AUTORREFORMA DO PSB

Subsídios para Elaboração do Programa Partidário
(Provocação ao Debate)

Autorreforma PSB

BRASIL, UM PASSO ADIANTE.

Imagem: Freepik.com | @jcomp

28, 29 e 30 de novembro de 2019
Rio de Janeiro - RJ

AUTORREFORMA DO PSB

Subsídios para Elaboração do Programa Partidário (Provocação ao Debate)

Conferência Nacional da Autorreforma do PSB
28, 29 e 30 de novembro de 2019
Rio de Janeiro - RJ

FICHA TÉCNICA

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL

PRESIDENTE NACIONAL
Carlos Roberto Siqueira de Barros

PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE NACIONAL
Gov. Paulo Henrique Saraiva Câmara

VICE-PRESIDENTE NACIONAL DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS
Luiz Roberto de Albuquerque

VICE-PRESIDENTE NACIONAL DE MODERNIZAÇÃO PARTIDÁRIA
João Alberto Rodrigues Capiberibe

VICE-PRESIDENTE NACIONAL PARA POLÍTICAS PÚBLICAS
Ricardo Vieira Coutinho

VICE-PRESIDENTE NACIONAL DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
Rodrigo Sobral Rollemberg

VICE-PRESIDENTE NACIONAL PARA MOVIMENTOS SOCIAIS
Rubens José França Bomtempo

VICE-PRESIDENTE NACIONAL DE RELAÇÕES PARLAMENTARES
Dep. Danilo Jorge de Barros Cabral

VICE-PRESIDENTE NACIONAL DE RELAÇÕES INTERPARTIDÁRIAS
Dep. Júlio César Delgado

VICE-PRESIDENTE NACIONAL DE RELAÇÕES FEDERATIVAS
João Henrique de Andrade Lima Campos

VICE-PRESIDENTE NACIONAL DE POLÍTICAS DE GÊNERO
Dep. Lídice da Mata e Souza

SECRETÁRIO-GERAL
Gov. José Renato Casagrande

PRIMEIRO-SECRETÁRIO NACIONAL
Pref. Geraldo Júlio de Melo Filho

SEGUNDO-SECRETÁRIO NACIONAL
Antonio Carlos Valadares

LÍDER NA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Dep. Francisco Tadeu Barbosa de Alencar

PRIMEIRO-SECRETÁRIO NACIONAL DE FINANÇAS
Márcio Luiz França Gomes

SEGUNDO-SECRETÁRIO NACIONAL DE FINANÇAS
Severino Nunes de Araújo

SECRETÁRIOS NACIONAIS ESPECIAIS
Carlos Camilo Góes Capiberibe
Cláudio Valverde Santos
Domingos Leonelli Netto
Mário Sander Bruck
Milton Coelho da Silva Neto
Waldomiro Lopes da Silva Júnior

Wilson Nunes Martins

Carlos Enrique Franco Amastha

Pref. Jonas Donizetti Ferreira

Pref. Luciano Ferreira de Souza

Vice-Prefeita Mari Trindade Machado

Dep. João Henrique H. Caldas (JHC)

Dep. José Luiz Stédile

Dep. Luciano Ducci

Dep. Rafael Huete da Motta

Dep. Serafim Fernandes Correa

SECRETÁRIO NACIONAL DO MOVIMENTO POPULAR

Acilino José Ribeiro de Almeida

SECRETÁRIO NACIONAL DA JUVENTUDE

Tony de Siqueira Sechi

SECRETÁRIA NACIONAL DE MULHERES

Auxiliadora Maria Pires Siqueira da Cunha (Dora Pires)

SECRETÁRIA NACIONAL DO MOVIMENTO NEGRO

Valneide Nascimento dos Santos

SECRETÁRIO NACIONAL SINDICAL

Joílson Antonio Cardoso do Nascimento

SECRETÁRIA NACIONAL LGBT

Tathiane Aquino de Araújo

FUNDAÇÃO JOÃO MANGABEIRA

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETOR PRESIDENTE

Ricardo Coutinho

DIRETOR VICE-PRESIDENTE

Alexandre Navarro

DIRETOR FINANCEIRO

Renato Xavier Thiebaut

DIRETOR DE ESTUDOS E PESQUISAS

Carlos Amastha

DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO

Fabio Maia

CONSELHO CURADOR

PRESIDENTE

Carlos Roberto Siqueira de Barros

MEMBROS TITULARES

Ricardo Coutinho

Adilson Gomes da Silva

Álvaro Cabral

Cristina Almeida

Dalvino Franca

Francisco Cortez

Gabriel Maia

Jairon Nascimento
James Lewis
Joílson Cardoso
Manoel Alexandre
Paulo Bracarense
Serafim Corrêa
Silvânio Medeiros
Vera Regina Muller
Felipe Martins

SUPLENTE
Henrique Antão

CONSELHO FISCAL

MEMBROS TITULARES

Ana Lúcia de Faria Nogueira

Carlos Magno Barbosa do Amaral Júnior

Gerson Bento da Silva Filho

SUPLENTES

Alessandro Antônio Stefanutto

Paulo Sérgio Bomfim

AUTORREFORMA DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

COMISSÃO ORGANIZADORA
Carlos Roberto Siqueira de Barros
Ricardo Coutinho
Alessandro Lucciola Molon
Alexandre Navarro
Beto Albuquerque
Domingos Leonelli
Fabio Maia
João Alberto Rodrigues Capiberibe
Marcelo Peron
Martiniano Cavalcante
Paulo Bracarense
Sinoel Batista

COMISSÃO REDATORA
Carlos Roberto Siqueira de Barros
Domingos Leonelli
Marcelo Peron
Paulo Bracarense
Sinoel Batista
Tamara Ilinsky Crantschaninov

PROJETO GRÁFICO
Rita Corrêa

REVISÃO DO TEXTO
Eva Barbosa

SUMÁRIO

Introdução ao Programa 13

Eixo Temático I - REFORMA POLÍTICA 19

A Crise do Sistema Político 22

Reforma do Estado 26

Reforma Fiscal/Tributária 32

O Brasil e o Mundo: Os Desafios da Política Externa Brasileira 35

Defesa Nacional 40

Eixo Temático II – DESENVOLVIMENTO, CULTURA E MEIO AMBIENTE 43

Políticas para a Amazônia 46

Economia Verde, Limites e Escassez dos Recursos Naturais 46

Empregos Verdes 49

Cultura, Diversidade e Criatividade 50

Eixo Temático III - POLÍTICAS SOCIAIS 53

Saúde Pública 60

Educação Pública 64

Mais Mulheres no Poder 72

Negritude Socialista 74

Seguridade Social 75

Idosos, uma Nova Realidade 76

Segurança Pública 78

Reforma Agrária 82

Reforma Urbana Criativa 86

Eixo Temático IV - ECONOMIA: PROSPERIDADE, IGUALDADE E SUSTENTABILIDADE 91

Macroeconomia 97

Inovação e Economia Criativa como Estratégia de Desenvolvimento 101

O Futuro do Trabalho 108

Eixo Temático V - SOCIALISMO E DEMOCRACIA 111

Socialismo Criativo 113

Socialismo e Democracia 115

Pluralidade, Movimentos Sociais e o Partido 116

Um Partido Laico e Acolhedor 119

O Partido e a Comunicação em Rede 121

A Autorreforma e o Partido que Queremos 123

INTRODUÇÃO AO PROGRAMA

INTRODUÇÃO

Riqueza e desigualdade, luxo e miséria, desperdício e carências elementares, beleza cultural e violência, insegurança entre os mais pobres, caracterizam o Brasil deste início do século XXI.

Uma economia razoavelmente complexa, com seus clássicos componentes industriais, financeiros, comerciais e agropecuários, articulando-se, ainda que precariamente, com setores da moderna economia do conhecimento e com os avanços tecnológicos que convivem, no entanto, com a pobreza, ignorância e miséria, em escalas inaceitáveis. Segundo o Banco Mundial, o Brasil está entre os dez países com maior grau de concentração de renda do mundo, mas é também o maior país da América do Sul e da América Latina; o quinto maior do mundo em extensão; e tem mais de 210 milhões de habitantes.

O único país na América que fala majoritariamente uma única língua; o maior país lusófono do globo; além de ser uma nação multicultural e etnicamente diversa, em decorrência de imigrações de várias partes do mundo. Possui uma biosociodiversidade como nenhum outro país; a maior reserva de água doce do planeta; terras férteis capazes de produzir de tudo; e, entre tantas outras riquezas, um povo alegre e criativo. Essa criatividade, aliás, precisa se transformar num ativo cultural, econômico e tecnológico, para o seu pleno desenvolvimento.

O projeto de desenvolvimento implementado por Getúlio Vargas, entre as décadas de 1930 e 1950, alcançou parcialmente seus objetivos. Mas está se esgotando sem a sonhada inserção da maioria do povo brasileiro na plena cidadania econômica, social e cultural.

Tanto as fórmulas liberais adotadas pelos governos democráticos, a partir da última década do século passado, como os programas sociais levados a cabo pelos governos sociais- democratas, a partir dos anos 2002, foram insuficientes para libertar o povo brasileiro da pobreza, desigualdade e descrença na cidadania e política.

As elites dirigentes brasileiras nunca foram capazes de atrair a sociedade para o pleno exercício da cidadania e de promover o engajamento político das massas num projeto de desenvolvimento nos âmbitos econômico, social e cultural. O País não conseguiu, no ciclo democrático iniciado em 1985, elaborar e implantar um projeto nacional de desenvolvimento que produzisse uma inclusão massiva. Faltou, e ainda falta, um projeto de país.

Ao contrário de outras grandes democracias modernas, o Brasil contemporâneo não tem um marco fundacional próprio, algo como as revoluções lideradas pelas burguesias europeias, que modificaram radicalmente a estrutura fundiária, as relações de produção, e anunciaram novas institucionalidades. Algo como a revolução norte-americana, que produziu uma mudança significativa, cuja referência eram as relações escravistas. O País especializou-se em avançar com as conciliações, sem resolver os verdadeiros desafios, o que favoreceu, em grande medida, aos mais abastados.

Mesmo a esquerda (2003 a 2016), da qual somos parte, ao assumir o Governo Federal, não implementou as reformas estruturais necessárias à transformação da sociedade, como as reformas financeira, política, tributária, agrária, urbana e trabalhista. Não reformou o Estado brasileiro; não modernizou a prática política; e, pelo contrário, parte dela aderiu às formas tradicionais de realizar alianças, por meio do patrimonialismo, da fisiologia e corrupção.

A esquerda brasileira ainda não foi capaz, principalmente, de apresentar e executar um Projeto Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social conectado com as novas cadeias globais de valor vigentes no mundo, a partir da revolução tecnológica e da economia do conhecimento ou economia criativa.

Para avançar, contudo, é preciso identificar os erros produzidos pela esquerda (PT, PDT, PCdoB e PSB), especialmente pelo PT, partido hegemônico no conjunto, que teve papel preponderante. De partida, uma vez no poder, trouxe para o núcleo duro de seus governos não os parceiros de empreitada da construção da democracia, mas o PMDB e agremiações que hoje estão no Centrão. A tragédia que essa escolha representou, se vê, ainda hoje, pelas consequências de um modo de fazer política que nada tem a ver com as práticas da esquerda, e que nos tomou uma hegemonia até então inconteste no campo da probidade, da lisura, e do respeito aos princípios da administração pública.

Tudo isso permitiu à ultradireita/direita assumir uma linguagem "revolucionária" a serviço da contrarrevolução e propor as reformas estruturais associadas, não à modernização da estrutura econômica brasileira e a uma distribuição mais justa da

riqueza, mas ao desmonte do que foi o projeto de desenvolvimento de Getúlio Vargas (Petrobras, Eletrobras, mercado interno).

Temos assistido ao fortalecimento ainda maior do setor financeiro e à extinção, na prática, dos marcos regulatórios trabalhista, social e ambiental. No tocante a esse último, para permitir a expansão do agronegócio, que, embora muito importante, é voltado para a exportação de *commodities*, e inclui setores descompromissados com questões essenciais para o pleno desenvolvimento do País, como a sustentabilidade ambiental.

O fenômeno da emergência de uma plataforma de direita, ultraliberal nas políticas econômicas, e extremamente conservadora nos costumes, com uma agenda regressiva em termos civilizacionais e ambientais, não é um problema apenas no Brasil. O processo ocorre em escala mundial, sem que os problemas propostos pela contemporaneidade sejam sequer abordados. Em lugar de reflexão e políticas públicas, o mundo se vê diante de um voluntarismo e fundamentalismo que não podem nos levar a um lugar seguro.

Se realizado esse projeto da ultradireita, o Brasil estará geopoliticamente ajustado aos interesses internacionais, do capitalismo mais atrasado. Uma espécie de recolonização.

O fato é que parecemos estar em uma encruzilhada histórica, no fim de um ciclo e processo civilizatório que não se realizou completamente. A herança escravista, a exploração destrutiva da natureza e o alijamento sistemático da cidadania ameaçam juntar-se às novas formas de exploração dos trabalhos físico e intelectual dos brasileiros e brasileiras, na sociedade digital.

Essa combinação de perspectivas, a princípio irredutíveis a um termo comum, está sendo realizada por meio do desfazimento das conquistas sociais da Era Vargas e das conquistas sociais consagradas pela Constituição de 1988, muitas delas ainda inconclusas. O principal marco dessa "modernização reacionária" pode ser encontrado no desmonte do Sistema de Seguridade Social, que compreende saúde pública, assistência e previdência sociais.

A crise política que resulta desse processo é de tal magnitude que não suporta mais pequenos passos, soluções ambíguas, ou medidas graduais submetidas às nossas tradições políticas usuais e atrasadas. Não podemos mais buscar o modelo que, ao conciliar interesses, se esquece de fazer os enfrentamentos necessários à edificação de um grande país; de um projeto político que inverta as prioridades, de tal modo que os mais pobres se vejam à frente das preocupações políticas e do fazer do Estado. Temos que dar um passo além dessa tradição infértil que, neste exato momento, nos recoloca frente a frente com o precipício do autoritarismo.

É preciso buscar a refundação do Brasil numa perspectiva realmente revolucionária, não no sentido insurrecional ou violento, mas no sentido da transformação estrutural de longo prazo, por meio do aprofundamento da democracia política, econômica e social.

Mas esse longo prazo tem que começar já, especialmente porque a parca civilidade que pudemos alcançar até aqui, mesmo com toda sua precariedade, está ameaçada pelo retrocesso, arbítrio e autoritarismo.

É preciso reinventar o fazer político; mobilizar a sociedade para a luta pela redução das desigualdades; proporcionar, principalmente à juventude brasileira, uma perspectiva política pela qual vale a pena viver e lutar.

Harmonizar o sonho de cada pessoa com a utopia da felicidade coletiva.

EIXO TEMÁTICO I

REFORMA POLÍTICA

O Eixo Temático I - Reforma Política é integrado pelos temas da Crise do Sistema Político, Reforma do Estado, Reformas Fiscal/Tributária, Defesa Nacional, e Brasil e o Mundo: os Desafios da Política Externa Brasileira. Esses temas são propostos pelo PSB para serem alvo de uma reforma na qual o Estado atue diretamente para a construção de um processo civilizatório e emancipatório direcionado às pessoas e ao atendimento dos serviços públicos; estando preparado para enfrentar as crescentes desigualdades social e regional; além de superar os desafios colocados pelos cenários econômico e político atuais.

Tal objetivo somente será alcançado a partir de uma reforma da estrutura organizacional do Estado, sistêmica e integrada, pautada em bases modernas e racionais, centradas na ampliação das oportunidades para todos. Defende, o PSB, que as bases para isso principiam – a par da crise que enfrentam os sistemas político-eleitorais brasileiro e mundial, extremado em suas posições e sem respostas concretas a seus nacionais – pela oxigenação das estruturas partidárias e reformas acentuadas dos métodos atuais do sistema parlamentar representativo.

Internamente, que se implante um Novo Federalismo, repactuado pela ampliação da autonomia dos entes subnacionais e pelo reordenamento de receitas

e despesas correspondentes aos serviços assumidos por todos eles, calcado por uma Reforma Fiscal com progressividade e resultados direcionados ao princípio da "subsidiariedade", de baixo para cima.

Externamente, que o País recupere o conceito de autodeterminação dos povos; a noção de recepção acolhida de expatriados; e ampliação das relações comercial e técnica, caminhos sobre os quais deverão estar, obrigatoriamente, as estruturas físicas e humanas, abrigadas no sistema brasileiro de Defesa Nacional.

A CRISE DO SISTEMA POLÍTICO

As dinâmicas social, política e econômica que se desenvolveram a partir do fim da ditadura, em 1985, conduziram o Brasil a uma situação desafiadora, que coloca em questão, também, a própria democracia.

Importante destacar, nesse contexto, que o País tem alternado ciclos autoritários e democráticos, ao longo de sua história republicana. Entretanto, o Brasil vive o ciclo mais longevo da democracia, de 34 anos.

A situação dramática com que o Brasil se depara não decorre, evidentemente, apenas do atual mandato presidencial, mas de uma sucessão de eventos, ao longo desses últimos 34 anos, que produziram uma vitória eleitoral, em 2018, que traduz um desencanto com relação à democracia representativa, algo que se observa também em termos mundiais.

O principal fator que explica o atual cenário decorre de uma crise política, cujo desenho mais agudo começou a se configurar em 2013. É evidente que já havia problemas severos no sistema político, antes dessa data, mas não se pode negar que, naquele momento, a população expressou de forma clara sua inconformidade com a situação existente.

Do que se tratava, desde lá? Inicialmente, de um enorme desarranjo no sistema político e de suas instituições partidárias, cuja proliferação indiscriminada jamais correspondeu às inclinações político-ideológicas efetivamente existentes na sociedade. Desde o fenômeno das legendas de aluguel, que têm incidido negativamente sobre o processo político como um todo; até práticas que implicam muitos de seus quadros e dirigentes em eventos de corrupção. Por outro lado, os grandes partidos não deixaram de dar pesada contribuição ao desarranjo do sistema, visto que se envolveram de maneira expressiva com práticas pouco republicanas.

Ainda no aspecto político, e não menos importante, salienta-se que houve uma captura do Estado, que leva à inflexão das políticas públicas no sentido da implementação das agendas do sistema financeiro. A esquerda, infelizmente, abandonou a utopia, deixou de defender sua ideologia e aderiu à agenda do "mercado", o que trouxe como consequência uma monumental crise socioeconômica, além de semear a desesperança, da qual se nutre a extrema direita.

A fragmentação partidária ocasionou problemas correlatos, mas, provavelmente, o mais prejudicial está associado às complexas relações entre o executivo e o parlamento, que geraram práticas pouco republicanas, e adquiriram escalas tão expressivas que contribuíram de forma decisiva para a degradação da percepção das pessoas sobre o sistema político como um todo.

Colocado frente a frente com a insatisfação popular, o sistema político adotou medidas defensivas, em lugar de atender aos clamores por mudanças expressivas em sua lógica de funcionamento. Desse modo, implantou-se em 2017, uma reforma política, embora no sentido correto, extremamente tímida, que não atacava, de modo incisivo, o problema da fragmentação partidária.

Faltou desprendimento para implantar, por exemplo, cláusula de barreira de ao menos 5%, mesmo que a adequação fosse feita em um conjunto de duas eleições. Não se atentou devidamente para o fato de que, em um universo de mais de trinta partidos, é difícil haver, de fato, alguma diferenciação política. Para o cidadão, portanto, sobram as "etiquetas", sem que ele possa reconhecer no que, objetivamente, elas diferem. Além disso, com essa configuração, o sistema político tem se deparado com dificuldades significativas para atender às demandas da população, especialmente quanto à entrega de políticas públicas de qualidade, como educação, saúde, segurança pública, saneamento, entre outras. Daí a decepção com a política e o descompromisso com a defesa do regime democrático.

Nas oportunidades em que ocorrem, as distinções estão associadas à polarização política, na qual se cristalizam falsos extremos, que opõem instituições partidárias e personalidades. A polarização personalizada, no entanto, empresta à atividade política uma profunda irracionalidade, que se constitui em problema e não em solução, além de abrir a porta para o autoritarismo e as tendências antidemocráticas.

Tem sido fator contribuinte, para o acirramento da crise, a criminalização da atividade política, que coloca em suspeição não apenas os malfeitos que seguem o devido processo legal, mas a atuação de quaisquer agentes políticos ou instituições partidárias. Para os segmentos sociais que precisam das políticas públicas de Estado, esse quadro tem sido nefasto, uma vez que são privilegiadas candidaturas que se conectam aos interesses de grandes grupos econômicos, ao estilo do "não político", ou do gerente, em lugar do gestor púbico.

Deve-se considerar, por fim, mas não de menor importância, a emergência da sociedade da informação, que revolucionou a prática político-eleitoral, propondo problemas novos, especialmente na formação da opinião pública. As eleições de 2018, por exemplo, estiveram repletas de práticas (financiamento privado, *fake news*) para a qual o sistema eleitoral não estava adequadamente preparado. Novos desafios/novas soluções/*fake news*.

A fragmentação partidária e a quase ausência de clareza político-ideológica contribuíram, ainda, para que se produzisse no Brasil um presidencialismo extremamente forte, mas que se vê obrigado a se relacionar com o Congresso Nacional, muito mais na base dos "interesses", do que das definições programáticas e convicções ideológicas.

Nesse contexto, saliente-se que o governo atual, que se elegeu com a bandeira do combate às velhas práticas políticas, faz exatamente o que se fazia anteriormente, ou seja, liberação de recursos (emendas) para "convencer" parlamentares a votarem a favor da reforma da Previdência.

Persiste, portanto, a prática de tratar a política como uma variedade dos "negócios", uma vez que a parte da representação política renunciou, em grande medida, à representação dos legítimos interesses populares, em favor daqueles que atendem a grandes grupos econômicos. Esse padrão de comportamento demonstra que o sistema político está necrosado e requer um radical reordenamento.

A rota da crise política segue essa longa via, da qual emergiram os mensalões, as cassações, as desqualificações de instituições, como a Presidência da República, e de seus mandatários, e as práticas pouco republicanas de financiamento eleitoral.

Abre-se um fosso, uma ruptura, entre o representante e os representados.

A população desejava uma mudança de paradigma, e não a reforma pontual e pouco abrangente do sistema político que lhe foi entregue. A recusa reiterada do sistema político em se atualizar, agindo em conformidade com o clamor popular por mudança, provocou um efeito extremamente grave: o descrédito da democracia representativa, pois o voto do eleitor pouco valia, no sentido de promover as mudanças por ele almejadas na cultura política.

Foi justamente essa frustração com o sistema político e suas instituições partidárias que nos trouxe a 2018, ou seja, a uma "renovação" radical de executivos e legislativos, em todo o País. Tratou-se, contudo, de uma renovação, de modo geral, para pior, e com regras que permaneceram praticamente inalteradas, reapresentando-se, consequentemente, os problemas e vícios decorrentes da fragmentação partidária – se é que eles não se tornaram ainda mais sérios.

Apresentado o quadro, o que se deve fazer?

Inicialmente, realizar uma ampla reforma do Estado brasileiro, que contemple os poderes judiciário, legislativo e executivo, tendo por meta orientá-lo a atender às demandas populares, tanto no sentido político amplo, quanto na entrega de serviços públicos de qualidade, com foco prioritário nos segmentos mais vulneráveis.

Deve haver, igualmente, um redesenho do sistema político, com o objetivo inicial de fazer com que as instituições partidárias se definam de modo claro, nos aspectos político, ideológico e programático, de forma que se estabeleça uma relação entre representantes e representados baseada nas convicções e nos perfis ideológicos. Tal rearranjo poderá orientar, inclusive, a ecologia partidária, que pode ser induzida, em caráter complementar, pelo estabelecimento de cláusula de barreira.

Um segundo ponto a considerar é a insuficiência da democracia participativa, que requer a intensificação do uso dos mecanismos de participação, já previstos na Constituição – plebiscito, referendo, projetos de lei de iniciativa popular. Nesses mesmos termos, incentivar o uso das novas tecnologias – especialmente as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) –, com o objetivo de empoderar a sociedade civil no acompanhamento e controle das ações de Estado. A ideia do fortalecimento da democracia, com a adoção de ferramentas de uma democracia digital, parece-nos não só possível, como necessária.

A hipótese do parlamentarismo

Por outro lado, a contumácia das crises geradas a partir das relações entre executivo e legislativo permite pensar, também, no tema do sistema político (parlamentarismo, presidencialismo e monarquia), debate que deve ser presidido com o objetivo de propiciar meios capazes de aprofundar a democracia, valorizando os coletivos (partidos, movimentos etc), e permitindo a solução de conflitos no governo, sem comprometer o estado de direito. No parlamentarismo, governos podem ser substituídos sem que a decisão gere uma crise de estado ou abale o sistema democrático. O parlamentarismo possibilita, também, a efetividade democrática, na medida em que as pessoas votarão, não em salvadores da pátria, mas em partidos com programas definidos e conhecidos. Por sua vez, o regime parlamentar levaria os partidos a democratizar as suas estruturas, abrindo-se mais a participações relativas a gênero, etnias e gerações. Note-se que tendências irreconciliáveis abrem flancos para fenômenos autoritários, que devem ser combatidos firmemente em uma democracia. É preciso ponderar, ainda, as possibilidades de adoção do voto distrital misto porque pode contribuir para o fortalecimento do sistema político-partidário.

No tocante ao parlamentarismo, trata-se de proposta apresentada e concebida no âmbito do grupo organizador deste Documento de Trabalho da Autorreforma. Entretanto, o debate deve ser aprofundado nas várias instâncias partidárias como

forma de escrutinar sua viabilidade. Aliás, consultando os arquivos da história do PSB, poderá se observar que em sua essência, desde a fundação, o partido sempre teve uma inclinação a esse sistema de governo.

É necessário acrescentar um registro sobre a diferença entre partido e governo. Um partido de esquerda, por exemplo, precisa tornar públicos uma mensagem política e ideológica claramente definida, um projeto estruturado e revolucionário em longo prazo. Já os governos, mesmo liderados pela esquerda, realizam programas conjunturais de curto e curtíssimo prazos, além de resultarem, em regimes democráticos, de alianças políticas e eleitorais, e de acertos programáticos, que envolvem outras forças políticas. Os governos socialistas devem levar a cabo ações e programas que avancem na direção dos objetivos de longo prazo do partido, de acordo com as circunstâncias e a situação política. Inclusive, porque a realização deste projeto não se dará integralmente no período de um mandato governamental.

Além disso, a clara separação entre governo e partido permite, a este último, cobrar e fiscalizar o próprio governo, para que se aproxime ao máximo do projeto do partido, deixando claro para a militância socialista, principalmente para a juventude, a nítida ideia de que a política não se exerce apenas por meio de governos.

REFORMA DO ESTADO

O Brasil encontra-se numa crise que apresenta dimensões econômica, política, ética e federativa. Esse esgotamento é grave, por si só, mas tem um aspecto civilizacional de larga envergadura: o fato de o Estado, embora seja o único agente capaz de articular projetos abrangentes, em suas múltiplas dimensões, ainda que na forma concebida por nossas elites, não ter ainda entregue o suficiente aos que padecem de forma mais aguda dos efeitos desse cenário de descalabro.

Corrigir essa situação impõe medidas extensivas, em diversas frentes, que serão expostas no decorrer deste texto. O Estado brasileiro, para atender às necessidades da sociedade e os desafios do século XXI, na era do conhecimento, deve ser pautado em novas diretrizes criativas, em especial, o enfrentamento diário das desigualdades e promoção dos princípios do humanismo, da diversidade, neutralidade, universalidade e igualdades; que devem estar refletidos em paradigmas organizacionais, como o planejamento estratégico, pelo acesso e desempenho meritocrático, pela atividade estritamente ética, transparente e sustentável.

Novo Federalismo

O modelo federalista brasileiro formou-se por desagregação, ou seja, por partição do poder central, diferente do caso americano, formado por uma reunião de entes que cederam autonomia para uma instância mais ampla de regulação. O federalismo brasileiro, constituído de forma assimétrica, adquiriu características desequilibradas, que hipertrofiam as funções federais, pesando cada vez mais sobre os Municípios e reduzindo a importância dos governos estaduais.

Para além das obrigações, é preciso descentralizar receitas, a partir de uma construção colaborativa, entre os entes federados, que leve em conta as desigualdades regionais e a definição de padrões mínimos nacionais, para as diversas áreas temáticas de políticas públicas. É necessário promover a transição de um federalismo concentrador e conflituoso para um estado federado cooperativo, capaz de diminuir as desigualdades regionais e ampliar a autonomia dos entes subnacionais.

Ainda, se faz necessário vencer esse estigma centralista, de um lado tributário, formado pela concentração arrecadatória nos cofres da União (65% da carga tributária) contra 20% destinada a Estados e 15% a Municípios e, de outro fiscal, decorrente da assunção de atribuições por políticas públicas ("direitos sociais") desproporcionais ao volume que recebe.

Nesse Novo Federalismo, as instâncias subnacionais devem ser empoderadas. Isso pode ser realizado pelo fortalecimento do Princípio da Subsidiariedade, no qual é proposta uma interlocução de baixo para cima, propiciando a efetiva participação cidadã na elaboração de políticas e do orçamento público. Inicialmente, as comunidades locais e os municípios devem ser estimulados e empoderados para realizarem as funções básicas essenciais ao bem-estar da população; depois, os Estados; a seguir, e finalmente, o governo federal, caso os anteriores não solucionem a demanda. Essa operação cooperativa, a exemplo dos Consórcios Públicos, entre a população e entes nacionais, deve ocorrer em redes paralelas: uma federativa e outra institucional, numa articulação maior da ação dos governos estaduais entre si, para aprendizado e auxílio mútuos.

Reformas Fiscal e Tributária

No horizonte desse enorme descompasso, a construção do Novo Federalismo está diretamente ligada às Reformas Fiscal e Tributária. Ela deve reordenar a distribuição de recursos arrecadados de forma mais equânime e justa à participação dos entes da federação no montante de recursos públicos arrecadados, construindo um caminho contrário à concentração de recursos na União, deflagrada após a Constituição de 1988.

Nesse compasso tributário, deve, o Novo Federalismo, compor uma repartição mais coerente entre competência e receita, estabelecendo como prioridade política uma redivisão do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do Fundo de Participação dos Estados (FPE), compatíveis com as transferências de funções e seus custos reais, haja vista as competências assumidas ao longo das últimas décadas por esses entes federados.

Igualmente, deve-se propor um sistema tributário mais justo, com progressividade fiscal, em oposição ao aumento da regressividade tributária, ampliado vigorosamente a partir da década de 1990. Repartição esta que onera, dolosamente, trabalhadores e pessoas mais pobres, tornando-os mais frágeis socialmente a cada dia.

Visando ao equilíbrio harmônico federativo que garanta "desenvolvimento e bem-estar em âmbito nacional" (CF, Art. 23, Parágrafo único), propõe-se a construção de um sistema de freios e contrapesos tributários e fiscal que impeça que a esfera nacional promova renúncias fiscais que diminuam as receitas de Estados e Municípios; que crie tributos sem compartilhá-los com as outras duas unidades, assim como lhes atribua novas despesas sem a respectiva receita. O modelo atual forma um conjunto de unidades realmente federativas, verdadeiramente uma "Federação dos Estados Unidos do Brasil", ante uma República Federativa do Brasil centralista, configuração estabelecida em 1969, por Emenda à Constituição de 1967.

Governo Aberto e Gestão Compartilhada

No campo da "subsidiariedade" estão também os instrumentos de governança participativa que envolvam os cidadãos no acompanhamento e na tomada de decisões sobre as questões-chave que os afetam. É preciso reforçar os instrumentos de transparência das contas públicas e do serviço prestado por agentes públicos por meio de um Governo Aberto, que alcance todos os processos, humanos, materiais e financeiros, de realização do serviço público pelo Estado. O Brasil deve retomar a implementação das diretrizes da Parceria pelo Governo Aberto, da qual é membro-fundador, e que, desde 2011, já conta com mais de 69 países e mais de mil compromissos de Estados nacionais em tornarem suas práticas governamentais mais transparentes.

Ampliar, para esses casos, as experiências de Gestão Compartilhada já constatadas, exitosas e providas de usabilidade, tornando-as política institucional capaz de reunir cidadãos no acompanhamento dos gastos e na execução de obras e dos serviços públicos, por meio de dispositivos móveis, combatendo o desperdício e superfaturamento de obras e serviços públicos. Conjugada a Gestão Compartilhada com a disponibilização, em meio eletrônico e tempo real, de informações pormenorizadas sobre as execuções orçamentária e financeira de todos os entes da Federação, gerando um sistema integrado de administração financeira e controle, na forma endossada pela Lei da Transparência (LC 131/2009).

Uma forma de ampliar, sobremaneira, os resultados da Gestão Compartilhada e acesso à execução da matriz orçamentária e financeira proporcionada pela Lei da Transparência, é a identificação individualizada do ordenador de despesa, por meio da emissão de Cartão de Pagamento, no qual conste seu nome e CPF. Esse modelo, que já existe para despesas nas áreas da Cultura e Defesa Civil, deve ser estendido a outras movimentações financeiras, a exemplo de executores de gastos por transferência Fundo a Fundo e de entidades do Terceiro Setor para custeio, operações especiais e contribuições correntes.

Desprivatização do Estado e Combate a Privilégios

A Reforma de Estado que o PSB defende precisa viabilizar uma associação jurídico-política que apresente como propósito a desprivatização do Estado e o combate a privilégios patrimoniais constantes em todos os Poderes e instituições públicas brasileiras. Precisa conter a privatização e a precarização no serviço público, notadamente na saúde e educação. Estes setores estão fragilmente servidos pela terceirização irrestrita e por agências capturadas e manipuladas pelo mercado, por meio da instituição de Fundações Públicas de Direito Privado (FPDP). Geridas por Contratos de Gestão, as FPDP, em regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com progressão laboral prevista e ingresso via concurso, agilizam, facilitam o uso do recurso público e ampliam a transparência e a possibilidade de controle da sociedade, num processo de Governo Aberto e Gestão Compartilhada.

Tribunais Públicos

Nesse horizonte de flexibilidade, oxigenação e alternância para ocupação das funções e cargos públicos, peça fundamental para o enfrentamento do patrimonialismo brasileiro - herdado, diga-se de passagem - e vícios recorrentes, que conduzem, ao longo do tempo, à forma comum de administrar os negócios públicos como se fossem particulares, é fundamental adotar o limite de oito anos para o exercício das funções de ministros, desembargadores, juízes de Tribunais Superiores, Inferiores e Tribunais de Contas, assim como discutir novas formas de assunção a essas vagas.

No caso de Tribunais de Contas da União, Estados e Municípios, além de limitar mandatos a oito anos, o PSB propõe seu redesenho, funcional e administrativo, transformando-os em Auditorias Gerais, com estrutura colegiada, independentes, mas articulados aos Parlamentos locais, o que os distinguirá do controle interno, a exemplo das Auditorias Gerais do Reino Unido, Estados Unidos, Canadá, Finlândia, Dinamarca e Austrália, entre outros países.

Agência de Controle da Dívida Pública e de Atividades Financeiras

Com a reformulação dos métodos de escolha, composição e permanência dos membros nos Tribunais, o PSB defende a criação de estrutura que una o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), responsável pela inteligência financeira e proteção dos setores econômicos e sociais contra a lavagem de dinheiro, a outra unidade administrativa que analise e promova a auditoria permanente da dívida pública, na forma de Agência Reguladora, composta por servidores públicos e postulantes da sociedade civil escolhidos por Comitê de Busca, sistemas de seleção por qualificação e mérito.

Em paralelo, estabelecer Arquivos Públicos, na forma proposta pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico *(OCDE)*, que permitirão criar registro dos verdadeiros donos das empresas do país, a exemplo de *offshore*, além de proprietários de embarcações, veículos, imóveis, joias e obras de arte, numa forma de combater a corrupção, sonegação, elisão, e reduzir as opções para ocultar transações ilegais por empresas e falsos proprietários.

Legislativo Cidadão

O PSB defende uma Reforma no Processo Legislativo Orçamentário, a partir da requalificação das Comissões de Orçamento dos Legislativos brasileiros, ou das estruturas que as comportem. Seu funcionamento deve ser permanente e misto, no caso do Congresso Nacional, mas apenas sistematizadoras das propostas de análise da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), do Plano Plurianual (PPA) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), assim como de projetos de crédito especial ou suplementar. A modificação das leis orçamentárias passará a ser de competência e responsabilidade das Comissões Temáticas vinculadas ao objeto da despesa e depois aprovadas pelo legislativo.

Da mesma forma, os projetos de iniciativa popular passam a englobar as outras duas espécies previstas no artigo 14 da Constituição Federal, ou seja, os plebiscitos e referendos. A apresentação destes exigirá assinatura eletrônica de 0,5% dos eleitores nacionais, distribuídos por cinco Estados, pelo menos, e tramitarão no Congresso Nacional com prazos e ritos equivalentes às medidas provisórias.

Planejamento Estratégico Sustentável

A consecução do ciclo completo de Planejamento (planejamento, orçamento, gestão e avaliação), como "função precípua e indelegável do Estado", engloba

todo o arcabouço anterior, sem o qual qualquer ajuste será inócuo, inexequível no tempo, com altos custos e sem resultado real. A recuperação da capacidade de planejar, ampliando a atuação do Estado nos campos da formulação, regulação, implementação e coordenação das políticas de desenvolvimento nacional, deve ser capaz de propor ações de longo prazo, essenciais para compor a visão estratégica do futuro do País.

Nos governos subnacionais, implantar três linhas aplicadas nos Estados governados pelo PSB: i) a adoção de perspectivas de longo prazo, mesmo que não realizáveis no decurso de um mandato; ii) o conhecimento territorial; iii) a definição tão clara quanto possível de eixos, objetivos estratégicos, programas, projetos e planos operativos monitorados que resultem de sessões colegiadas compostas por todos os órgãos envolvidos e presididas pelo governante local.

Atingido esse ponto, constrói-se um Mapa Estratégico, que sintetize o que vai ser o governo, suas premissas, prioridades e os valores. Evita-se, ademais, com o Mapa e a definição clara dos objetivos, tendências de fragmentação e descoordenação dos governos estaduais, com estruturas administrativas pouco intersetoriais.

É emergente incluir na estrutura e agenda de planejamento, quando da elaboração, exame, execução e avaliação das LOAs, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a exemplo do combate à pobreza extrema (objetivo 1); promoção da igualdade de gênero (objetivo 5); trabalho decente para todos (objetivo 8); enfrentamento das mudanças climáticas (objetivo 13); promoção e uso sustentável dos ecossistemas (objetivo 15); e implementação e revitalização da parceria global para o desenvolvimento sustentável (objetivo 17).

A partir dos ODSs 15 e 17, o país deve reordenar seus fatores de produção, direcionando investimentos, de forma "paciente", e promovendo desoneração fiscal a novas matrizes econômicas sustentáveis oriundas dos sistemas ecológicos e da produção biotecnológica dos biomas da Amazônia, Cerrado, Pantanal, Caatinga, e da biodiversidade marinha, num horizonte de produtos e processos oriundos da Economia Verde.

Deverão, por fim, participar da elaboração desse Planejamento, servidores do Executivo, das Comissões Temáticas do Congresso Nacional e da Comissão de Orçamento sistematizadora, do Ministério Público e da Auditoria-Geral, promovendo um Acordo de Resultados avalizado por todos, com posteriores apurações de responsabilidade.

REFORMA FISCAL | TRIBUTÁRIA

A questão tributária tem sido abordada no Brasil no contexto estrito dos equacionamentos fiscal e orçamentário, ou seja, a perspectiva que tem orientado o debate é aquela do equilíbrio fiscal, sem ampliar a discussão de forma mais larga da relação entre arrecadação e financiamento das políticas públicas.

Tal abordagem faz parecer desejável uma reforma que cuide apenas do equilíbrio do erário público, como se a sociedade devesse ser desembaraçada do "peso" econômico exercido pelo Estado, para perseguir por si mesma o caminho de seus melhores interesses particulares. A perspectiva do PSB é distinta, porque se ocupa da gestão fiscal propriamente dita, mas atribui um sentido social ao ato arrecadatório.

Sob o ponto de vista do socialismo democrático, é essencial assegurar que uma boa prática fiscal produza uma situação virtuosa de bem-estar social, ou seja, que as políticas públicas tenham financiamento adequado, para que a população possa progredir, especialmente no acesso a bens e serviços públicos de qualidade, em áreas como saúde, educação, segurança pública, mobilidade e transporte. Destaque-se, como o demonstram os países desenvolvidos, que bens e serviços públicos são caros e distinguem sociedades efetivamente civilizadas, daquelas que confundem a acumulação de riqueza privada com o desenvolvimento em sentido próprio.

Como todo contribuinte bem sabe, esse cenário está longe de se realizar no Brasil, prevalecendo a avaliação segundo a qual, para o montante de tributos pagos, o cidadão recebe em troca serviços precários, para dizer o mínimo. Esse quadro precisa ser alterado com a implementação de um reforma fiscal, que só faz sentido, como já se defendeu neste documento, no contexto de uma ampla reforma do Estado, que compreenda, entre outros elementos, o reordenamento administrativo da máquina pública, para aumentar de forma expressiva sua produtividade e efetividade.

Apresentado o pano de fundo, é preciso tipificar o regime fiscal brasileiro como injusto, o que contribui de forma expressiva para a elevada desigualdade na distribuição de renda e riqueza que se observa no país. Esse é um cenário já antigo, cuja primeira expressão é a regressividade de nossa carga tributária, que decorre do fato de que, proporcionalmente à renda, os mais pobres pagam mais impostos do que os mais ricos.

Ao se falar, portanto, de reforma fiscal, o ponto de partida deve consistir em ampliar a progressividade fiscal, invertendo a lógica até aqui dominante. Iniciativa dessa natureza requer, no entanto, alterar o modo pelo qual os impostos são arrecadados. É preciso reduzir a incidência de impostos sobre consumo e aumentar os impostos aplicados sobre a renda dos mais ricos.

Complementarmente a tal iniciativa, impõem-se diminuir significativamente, ou eliminar, as desonerações fiscais sobre as rendas altas - especificamente a não taxação de lucros e dividendos -; ampliar a tributação patrimonial, com destaque para o Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF) e Imposto Territorial Rural (ITR). Compõe a mesma cesta de adequações, o aumento do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD).

O maior desafio da reforma tributária consiste, portanto, em alterar a composição da massa tributária, diminuindo a incidência dos impostos sobre o consumo, e aumentando de forma expressiva aqueles que alcançam a renda dos mais ricos e o patrimônio. Esse arranjo, por sua vez, deve permitir que a reforma seja efetivada sem que ocorra aumento da carga tributária.

Do ponto de vista dinâmico, a reforma fiscal que o PSB preconiza se processa com a recomposição entre impostos diretos (renda) e indiretos (consumo), ampliando-se o primeiro sem que isso implique aumento da carga tributária geral, tendo tal esforço, como principal meta, assegurar o financiamento adequado das políticas públicas, com destaque para as políticas sociais de Estado.

Qualquer proposta de reforma fiscal deve considerar, ainda, a necessidade de realizar uma simplificação fiscal, com vistas a tornar mais racional o processo arrecadatório, que na atualidade se processa em um cipoal de siglas, com incidências que não são claras para os cidadãos, mesmo que previstas em lei.

A simplificação deve acompanhar e promover a desburocratização e a transparência, porque um processo arrecadatório mais simples e compreensível facilitará a disseminação do princípio, segundo o qual, pagar impostos é elemento fundamental de cidadania, uma contribuição ao bem comum e, nessa medida, fator-chave para assegurar o acesso a direitos.

Novo Federalismo

O que está em questão, nas relações entre reforma fiscal e o desenho federativo do Brasil é a macrocefalia da União, que concentra a maior fatia dos recursos, deixando Estados e Municípios em dificuldades, considerando, em especial, que esses entes passaram a assumir responsabilidades crescentes depois da implantação de políticas públicas, como saúde, educação, assistência social, nos termos previstos pela Constituição de 1988.

É fato que, cada ente da Federação, possui fonte própria de recursos (Quadro 1), mas Estados e Municípios têm participação nos impostos recolhidos pelo governo central, que são repassados automaticamente por meio do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM), respectivamente.

Relevante salientar que, quanto menor o dinamismo econômico de cada unidade federada, tanto maior a dependência dos repasses da União.

Quadro 1 - Carga tributária por ente federativo (2017)

ENTIDADE FEDERATIVA	*ARRECADAÇÃO [R$ milhões]*	*% DO PB*	*% DA ARRECADAÇÃO*
UNIÃO	1.447.106,36	22,06%	68,02%
ESTADOS	547.073,54	8,34%	25,72%
MUNICÍPIOS	133.189,98	2,03%	6,26%

Fonte: **Carga tributária no Brasil** – análise por tributos e bases de incidência, p. 3. Ministério da Fazenda, Receita Federal, Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros (Cetad), nov. 2018. (Disponível em: http://bit.ly/carga-tributaria-2017-MF.)

A proeminência arrecadatória da União manteve-se e vem sendo agravada, em grande medida, pelas renúncias fiscais federais que incidem sobre impostos que fazem parte do FPM e do FPE, ao mesmo tempo em que se mantêm inalteradas as contribuições, que não são compartilhados com Estados e Municípios. Existem ainda desonerações incidentes sobre tributos, como Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) – caso da Lei Kandir –, que deveriam ser objeto de compensação por parte do governo federal, e que não tem ocorrido na proporção das perdas arrecadatórias dos estados.

O modelo existente limita, portanto, consideradas a arrecadação e partição de recursos fiscais, a autonomia atribuída aos Estados-Membros, ao Distrito Federal e aos Municípios, assegurada pela própria Constituição.

A reforma fiscal defendida pelo PSB levará em conta esse aspecto e proporá a adequação dessa situação defendendo a tese de um Novo Federalismo, que torne compatíveis atribuições e recursos dos entes federados, minorando, em benefício dos cidadãos, a volúpia da União no processo arrecadatório.

O BRASIL E O MUNDO: OS DESAFIOS DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Introdução

A Constituição de 1988 estabelece, em seu artigo 4º, que a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos princípios de independência nacional; prevalência dos direitos humanos; autodeterminação dos povos; não intervenção; igualdade entre os Estados; defesa da paz; solução pacífica dos conflitos; repúdio ao terrorismo e ao racismo; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; concessão de asilo político. Determina que o Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações. Estabelece que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza; garante aos brasileiros e estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade.

No âmbito da relação e cooperação internacionais, destaca que: i) os direitos e as garantias expressos na Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais dos quais o Brasil seja parte; ii) os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais; iii) o Brasil submete-se à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.

Estados Nacionais, Soberania e Globalização

O modelo de soberania externa absoluta, que garante a autonomia das ações dos Estados nacionais dentro de seus territórios, confronta-se diariamente com as novas premissas do mundo globalizado - em que fronteiras se tornam mais tênues à medida que a circulação de pessoas, informações, recursos financeiros e mercadorias se amplia em fluxos globais, intensificados pela revolução tecnológica. Ao mesmo tempo, convive-se com posicionamentos ideológicos de isolamento a essa movimentação - como o Brexit, por exemplo - o que reaviva discussões ultranacionalistas perante os intensos fluxos globais. O conceito de soberania está em discussão na realidade atual, reposicionando governos em favor da defesa dos interesses de sua população - interesses estes que deveriam ser chamados de nacionais. Questiona-se, no entanto, quais têm sido os interesses "nacionais" defendidos pela política externa brasileira; e qual

é o projeto de inserção global do Brasil, nesse cenário, em direção à construção de uma sociedade mais justa e igualitária?

A (Anti)Política Externa Brasileira

Há dois paradigmas em voga, em relação à Política Externa brasileira: o americanismo, que acredita na aliança tática com os Estados Unidos como forma de aumentar o poder de negociação com o país; e o globalista, contrário à matriz americanista.

Os Governos Lula e Dilma promoveram um grande número de cooperações internacionais, principalmente com a África e a América Latina, por meio das ações executadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Nos últimos anos, o Brasil investiu fortemente na articulação internacional, por meio da inserção em grupos de cooperação. O país participou, desde 2005, de reuniões do G8, compondo o G8+5, grupo que reúne presidentes e primeiros-ministros dos países do G8 (Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Rússia, Reino Unido e os Estados Unidos), mais os países do G5 (África do Sul, Brasil, China, Índia e México). A partir de 2008, o Brasil também passou a compor o chamado BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul -, países que formam um grupo político de cooperação.

Mais recentemente, contudo, o Governo Federal vem dialogando com países não democráticos e acusados de violação sistemática dos direitos humanos, no sentido de estabelecer relações e parcerias comerciais, tendo como base o louvor à soberania desses, pendendo, muitas vezes, à omissão.

O orçamento do Ministério de Relações Internacionais (MRE) é um dos menos detalhados do Governo Federal, pois não identifica ações concretas e específicas. Isso torna difícil seu acompanhamento e fiscalização, impactando as possibilidades de democratização da política externa.

Em que pese seu papel de articulação entre os blocos regionais, o país ainda não tem uma posição definitiva sobre o caminho em direção ao regionalismo. Nos Governos Lula e Dilma, o alinhamento ideológico entre os líderes da América Latina possibilitou a construção de relações estáveis no projeto do Mercosul, com a evidente condução do Brasil, nesse processo. Do ponto de vista comercial, as relações Sul-Sul também se destacaram. No ano de 2015, mais de 85% das exportações brasileiras para o bloco eram compostas de produtos industrializados. O bloco importou cerca de 24% dos produtos brasileiros, ultrapassando as vendas para a União Europeia e Estados Unidos[1].

Alguns especialistas[2] apontavam a retomada da negociação focada no eixo Norte-Sul, ou seja, o retorno do americanismo, no Governo Temer. Esse processo intensifica-se de forma profunda no Governo Bolsonaro, com submissão total à

agenda dos Estados Unidos. Além de colocar o Brasil numa relação subalterna aos interesses americanos, seus movimentos têm incomodado as relações construídas nos blocos regionais, nas últimas décadas. O Presidente, que já tinha flertado com o desmantelamento do bloco sul-americano, logo após a sua vitória eleitoral, prometeu deixar o Mercosul, se Alberto Fernández vencesse as eleições argentinas - dado o viés ideológico do político, eleito no pleito de 2018. Ou seja, Bolsonaro flerta com o isolamento externo pregado por Donald Trump, criticando o "globalismo" - que, segundo o chanceler brasileiro, "é a globalização econômica que passou a ser pilotada pelo marxismo cultural", o que faria com que os interesses nacionais não fossem prioritários. O próprio slogan da eleição presidencial ("Brasil acima de tudo") também já indicava essa direção. Na verdade, os movimentos realizados pela chancelaria brasileira e pelo Presidente da República, apontam o desejo de flexibilizar os compromissos que o Brasil assumiu, ao longo dos últimos anos, com vistas a facilitar a entrada de capitais internacionais no País, com o objetivo de colocar em marcha ambicioso projeto de venda de ativos (recursos naturais e empresas estatais), sob o argumento de que o "Estado está inchado".

O Socialismo Democrático e a Política Externa, Soberana e Progressista

A política externa brasileira precisa ser um instrumento de impulsionamento do projeto estratégico de desenvolvimento do País, estando subordinada aos interesses da população brasileira e integrada às demais estratégias políticas. Como já trazido em outros momentos deste texto, o elemento norteador deste projeto deve ser a redução das imensas desigualdades que assolam o Brasil. Dessa forma, a política externa deverá também ser pautada por esse objetivo.

A redução das desigualdades deve, inclusive, perpassar por estratégias de aumento da representatividade e diversidade, no Itamaraty, de forma a representar, de maneira mais fidedigna, a sociedade brasileira.

É necessário refutar a subserviência nacional aos interesses norte-americanos e qualquer outro estado nacional, que representam o avanço da submissão a um modelo de relações que prioriza os interesses do capital, do rentismo, da exploração à exaustão dos recursos naturais brasileiro, e da cega estratégia de adoção do Estado mínimo. Todas as relações externas que se estabelecerem sob o eixo do pensamento progressista devem levar em conta a potencialidade do País na geração de riquezas e nos instrumentos de sua conversão em benefício dos habitantes.

Sem submeter-se a interesses externos, é necessário definir a opção do País em relação à construção de blocos regionais. Claramente, a opção progressista não pode ser pelo isolamento, em contraposição ao criticado "globalismo", mas pela busca de solidariedade com os povos sul-americanos, com o fortalecimento

do Mercosul, que deve atuar como parceiro para o desenvolvimento de projetos nacionais, constituindo a "base material para a união política da América do Sul"[3] e sua integração econômica, cultural e territorial.

A opção não significa ser conivente com violações de direitos humanos no Eixo Sul-Sul ou em qualquer lugar do mundo, notadamente nos países localizados nos continentes africano, asiático, ou no países de língua árabe. É preciso condenar vigorosamente e de forma ampla as práticas que ferem os direitos humanos e a democracia, pois demonstram o descompromisso de outros Estados com o progresso social e a defesa da autonomia e autodeterminação dos povos. Como fez, recentemente, o PSB, que criticou o regime venezuelano, repudiando as violações de direitos humanos praticadas por esse governo, típicas de regimes autoritário.

Nesse sentido, a Coordenação Socialista Latino-americana (CSL), organização liderada pelo PSB e que representa 11 partidos socialistas e progressistas da região, deve ser fortalecida como ferramenta para aprofundar a integração de partidos progressistas comprometidos com a redução das desigualdades; os desenvolvimentos econômico e social soberano dos países do continente; a democracia; as liberdades; e os direitos humanos.

Relações Internacionais no Âmbito do PSB

O PSB debateu e produziu consensos sobre a necessidade de propor atitudes proativas e independentes no campo das relações internacionais. Há importantes movimentos, realizados pelo Partido, que demonstram a necessidade de trilhar o caminho adotado; entretanto, os resultados alcançados até o momento apontam que há uma longa jornada ainda a ser percorrida. Dentre os movimentos, o primeiro envolveu a decisão tomada pela direção partidária de orientação do afastamento do PSB do Foro de São Paulo.

O segundo está relacionado à criação do Grupo de Política Internacional, que tem o desafio de evoluir para Conselho de Política Internacional do PSB e poderá ter como objetivo realizar análises da conjuntura internacional com vistas a orientar o Diretório Nacional no posicionamento sobre as questões de relevante interesse nacional, envolvendo temas relativos à soberania nacional, economia, política, conflitos locais e regionais, direitos humanos, entre outros. O terceiro envolve a eleição, como secretário-geral, do deputado federal Alessandro Molon, para a Coordenação Socialista Latino-americana (CLS).

Esses movimentos apontam para a necessidade de o PSB desenvolver estratégias articuladas à agenda internacional, com vistas ao fortalecimento dos

vínculos atuais e de novos relacionamentos e parcerias com partidos progressistas em vários territórios do globo, conforme indicados a seguir:

• **CONTINENTE LATINO-AMERICANO:** Desenvolver atividades para o fortalecimento dos laços e relações com: Chile (fortalecer laços e relações com o Partido Socialista Chileno); Argentina; México; Uruguai (fortalecer laços e relações com o Partido Socialista Uruguaio, integrante da Frente Ampla), Cuba (fortalecer laços e relações com o Partido Comunista Cubano);

• **ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA):** Desenvolver atividades para o fortalecimento dos laços e relações com o Partido Democrata e Socialistas Democráticos da América, organização política integradas por correntes de orientação democrática, socialista, social-democrata e trabalhista;

• **CONTINENTE EUROPEU:** União Europeia (UE): Nessa mancha territorial que constitui a primeira experiência de formação de um Estado Supranacional, deverão ser desenvolvidas atividades para o fortalecimento dos laços e relações com: Espanha (fortalecer laços e relações com o Partido Socialista Obrero Espanhol – PSOE); Portugal (fortalecer laços e relações com o Partido Socialista – PS); Alemanha (fortalecer laços e relações com a Aliança Progressista, e, em particular, com o Partido Social Democrata - SPD e o Partido Die Link); no Reino Unido, o Partido Trabalhista Britânico; na França, o Partido Socialista Francês;

• **CONTINENTE ASIÁTICO:** Nesse continente, deverão ser desenvolvidas atividades para o fortalecimento dos laços e relações com: China (fortalecer laços e relações com o Partido Comunista Chinês); Índia (fortalecer laços e relações com partidos progressistas a serem identificados).

Como forma de subsidiar e fortalecer as decisões tomadas pelo PSB, estudos com o objetivo de melhor conhecer o papel dos Estados Nacionais/ Supranacionais e Regiões, seus interesses/conflitos, possibilitando a leitura e compreensão dos temas em disputas, as posições e os interesses desses sobre os países em desenvolvimento. Os estudos possibilitarão também a compreensão das estratégias geopolíticas, do controle e domínio sobre recursos naturais, da incidência sobre modelos políticos e culturais, entre outros, praticados pelos países ricos. Complementarmente, poderão ser realizados estudos sobre os impactos econômico, social e político exercidos pelas corporações de atuação global, uma vez que possuem peso econômico superior à soma dos Produtos Internos Brutos (PIBs) de muitos países juntos.

O objetivo dessas pesquisas, além de organizar as informações gerais sobre os temas, é possibilitar a leitura e interpretação sobre a identificação dos movimentos bilaterais e multilaterais; os fluxos de capitais e ideias; os núcleos de produção de inteligência, que vêm caracterizando o cenário nas últimas décadas e impactam na vida nacional.

Os estudos podem contemplar dois grandes grupos de interesse partidário. O primeiro, envolvendo os estados nacionais, blocos regionais e supranacionais, integrados por EUA; América Latina; União Europeia; Rússia; China; Índia. O segundo se relaciona com aspectos que envolvem grandes corporações, com atuação global, tais como: empresas de manufaturas e industrialização (equipamentos, alimentos, medicamentos, petróleo, etc.); bancos (financeirização da economia); conglomerados híbridos (Google, Facebook, WhatsApp, Telegram, Instagram, Uber, Amazon, Netflix, Weibo, Baidu, etc.).

DEFESA NACIONAL

Uma moderna visão da Defesa Nacional passa por incorporar a geopolítica à política e às estratégias partidárias. Além disso, colocar a Defesa Nacional numa perspectiva econômica e de desenvolvimento tecnológico.

A Defesa Nacional não é um tema exclusivamente militar; por outro lado, o efetivo exercício da soberania nacional não pode desconhecer a importância do papel das Forças Armadas, que, no estado democrático, estão subordinadas ao poder civil do Presidente da República, se constituindo em instituições do Estado e não do governo, como reza a Constituição Federal.

Do ponto de vista econômico, o componente industrial de Defesa Nacional tende a desenvolver uma base tecnológica que, em vários países, adquiriram um caráter dual e se desdobraram em produtos e serviços para o mercado. Assim é que acordos de transferências tecnológicas e a produção de equipamentos militares de ponta, como, por exemplo, os submarinos nucleares brasileiros e o projeto espacial brasileiro, abrem caminho para que o parque industrial nacional aproveite mercadologicamente muitos dos seus componentes.

É preciso também desfazer a visão preconceituosa de que a indústria da defesa é apenas a indústria bélica.

Do ponto de vista geopolítico, o Brasil só pode exercer o seu papel na América do Sul e no mundo se dispuser de um mínimo de autonomia na produção de equipamentos de defesa. Para garantir, por exemplo, o pleno uso da chamada Amazônia Azul, ou seja, o domínio da nossa parte do Oceano Atlântico, serão necessários navios civis e militares que assegurem nossa soberania sobre essas águas.

Uma clara visão geopolítica é ainda necessária para situar o Brasil no quadro político mundial, em que as polaridades estão se refazendo. Sem forçar hegemonias,

o Brasil tem por seu território, sua população, e seu desenvolvimento econômico, um papel na América do Sul. Esse papel deveria ser o de aprofundar as perspectivas de integração sul-americana, não só nos terrenos da economia, da logística de transportes, mas também culturalmente. E, assim, nossa política de Defesa Nacional deve se entrelaçar à defesa do continente sul-americano.

E, se quisermos pensar no papel que o Brasil deve desempenhar no Hemisfério Sul, precisamos incluir a África Subsaariana, a Antártica e a Bacia do Atlântico Sul no novo contexto de deslocamento de hegemonias do ocidente para o oriente. Deve-se ainda considerar o papel da China em relação a América Latina e a África. É fundamental reafirmar o princípio da autodeterminação dos povos, a soberania das nações e a defesa da paz.

Um bom começo é atualizar a Estratégia Nacional de Defesa aprovado pelo Congresso Nacional em 2005. Porém, como diz o professor Luiz Martins de Melo, "nosso maior problema é a ausência de um projeto de país. Nós não temos um projeto de Nação. E o projeto de defesa está subordinado ao projeto de Nação".

EIXO TEMÁTICO II

DESENVOLVIMENTO, CULTURA E MEIO AMBIENTE

O Eixo Temático II – Desenvolvimento, Cultura e Meio Ambiente é composto de quatro temas: Políticas para a Amazônia, Economia Verde, Empregos Verdes e Cultura, Diversidade e Criatividade. Norteia a construção deste eixo a ideia de que as políticas de desenvolvimento para o país, sob a ótica do socialismo, devem ter como centro o homem e sua relação com o ambiente e aqueles com quem divide o território e a sua cultura.

Dessa forma, essas relações devem ser assentadas na lógica do desenvolvimento sustentável, conforme proposto pelo Relatório Brundtland (O Nosso Futuro Comum) na década de 1980, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas. Nele, o desenvolvimento sustentável é compreendido como aquele que provê as condições de vida atual, garantindo pelo menos as mesmas condições para as gerações futuras. Esse desenvolvimento tem como seus três pilares constituintes: uma economia inclusiva, proteção social e conservação ambiental.

O PSB entende que esse é o desenvolvimento que deve ser perseguido na condução das políticas para o Brasil, em todos os setores, no campo e nas cidades. Assim, a defesa da Amazônia, um dos principais biomas nacionais, deve comtemplar o espírito do desenvolvimento sustentável, proporcionando aos estados da região

e às suas populações, condições de terem uma economia inclusiva, com proteção social e respeito às características culturais próprias dos habitantes da região e com o necessário cuidado com a floresta. Essas preocupações devem ser estendidas para os outros biomas brasileiros e também para todas as cidades.

POLÍTICAS PARA A AMAZÔNIA

O conteúdo desta seção corresponde ao item denominado **Amazônia 4.0**, constante no **Eixo Temático IV - Economia: Prosperidade, Igualdade e Sustentabilidade.**

ECONOMIA VERDE, LIMITES E ESCASSEZ DOS RECURSOS NATURAIS

A premissa da agenda da sustentabilidade é que a Economia Verde apresenta potencial muito maior para a inclusão social e geração de renda e empregos do que o atual modelo de política econômica praticado, baseado nos princípios de liberalização radical e minimização extrema do papel do Estado e na inserção internacional da economia brasileira como exportadora de matérias-primas.

Ou seja, deve haver uma ruptura com o atual modelo de asfixia dos gastos públicos, equivocadamente associado à austeridade, e buscar um modelo alternativo, no qual a inclusão social e a conservação ambiental atuem como motores, e não como obstáculos para o desenvolvimento econômico.

É crucial entender que, embora o setor privado deva ser o principal vetor das atividades produtivas, a transição para uma economia verde não acontecerá de forma espontânea, por ser necessária a indução por parte da política econômica.

Caso contrário, será aprofundada a atual trajetória do País como um espaço para a expansão predatória da fronteira agrícola; o estímulo ao "garimpo de recursos naturais" e "refúgio de poluição" no comércio internacional, com nítida retração em produtos de maior conteúdo tecnológico, sem prover empregos qualificados e estáveis. Essa dependência aumentará ainda mais se a mola-mestra

da economia brasileira for a exploração mineral e a expansão da fronteira agrícola, por mais desmatamento. O acirramento de conflitos ambientais será inevitável, caso haja continuidade desse modelo, e o problema do desemprego tampouco será solucionado: a indústria extrativa mineral possui baixa demanda de mão de obra por unidade de valor gerado e, a despeito do crescimento acima da média do PIB, o setor agropecuário brasileiro emprega cada vez menos. Também é muito arriscada a aposta da exploração de petróleo como alavancador da economia brasileira, em um momento em que governos e empresas das principais economias mundiais são cada vez mais pressionados para consumir cada vez menos combustíveis fósseis. Deve-se notar que tais pressões já deixaram, há muito, de serem exclusivas de grupos ambientalistas, e o próprio mercado financeiro começa a alertar investidores de longo prazo sobre o risco de excesso de valorização das reservas de petróleo, conhecido como "bolha de carbono".

Existe uma opção verde, mas isso requer o redirecionamento dos incentivos governamentais para setores identificados com a transição para o baixo carbono, e pela adoção de princípios tributários que onerem os responsáveis pelo uso predatório dos recursos naturais e do meio ambiente.

Ou seja, a economia verde surge como um caminho possível, mas não automático, para o desenvolvimento econômico, onde a inclusão social e a conservação do meio ambiente atuam como motores, em vez de obstáculos, para níveis mais altos de atividade e bem-estar, induzida por políticas específicas.

As atividades econômicas associadas à sustentabilidade necessitam do apoio regulatório e, em certos casos, financeiro, das administrações públicas.

Do ponto de vista tributário, deve-se adotar, em larga escala, a prática de cobrança das externalidades negativas, baseada no princípio do poluidor – usuário pagador. Além de fonte de financiamento para atividades limpas, essa é uma forma de justiça social, pois impede que haja apropriação do meio por poucos, em detrimento das populações mais pobres, que são as que sofrem com os problemas de saúde, mobilidade, desastres climáticos e outras formas de qualidade de vida resultantes da poluição e demais formas predatórias de uso do meio ambiente.

Essa transição também passa pela mudança das políticas setoriais em todas as áreas, incluindo: maior ênfase nas energias renováveis (biocombustíveis, bioeletricidade, eólica e fotovoltaica), redimensionamento em todos os projetos hidrelétricos para empreendimentos de menos impacto socioambiental, eficiência energética e, no caso dos hidrocarbonetos, privilegiar o gás natural como combustível de transição para uma economia de baixo carbono, inclusive, por ser mais eficaz na geração de empregos.

Incremento da produtividade por unidade de área, com especial ênfase na agropecuária, produção familiar e agricultura de baixo carbono, que são muito

mais intensivas em mão de obra e permitem a expansão do valor adicionado do setor em um contexto de desmatamento zero.

Investimentos públicos em infraestrutura, com especial ênfase na reconstrução dos espaços urbanos por meio de soluções sustentáveis, no que diz respeito a moradias e também ao equipamento urbano (principalmente transporte público, saneamento e disposição de resíduos), em projetos inclusivos tanto pelo alto poder de geração de empregos, quanto pela melhoria na qualidade de vida das populações urbanas e periurbanas.

Prioridade nas políticas de desenvolvimento agrário, com aceleração na garantia de direitos fundiários e extensão rural, para pequenos produtores e comunidades tradicionais, com sólido investimento para o fomento de práticas sustentáveis de agricultura e extrativismo (incentivo ao associativismo, à assistência técnica, ao crédito, aos preços mínimos e às políticas de compras garantidas pelo poder público), bem como pagamento por serviços ambientais aos produtores e comunidades que atendem aos princípios de sustentabilidade.

Mudança de prioridade na política industrial, em particular na ação do BNDES e demais financiadores públicos, na direção de setores e atividades com mais conteúdo tecnológico, potencial de emprego e controlado impacto ambiental.

É claro que essas mudanças requerem fontes de financiamento. Isso pode ser obtido pela alteração da ênfase em megaprojetos, de resultados econômicos e socioambientais extremamente controversos, e pela efetiva implementação dos princípios do Protocolo Verde no financiamento público a projetos. Seletividade deve ser essencial para que os beneficiários do crédito público sejam agentes econômicos de transformação para um país mais sustentável, e deve-se parar com a sangria de recursos públicos para subsidiar atividades que geram grandes externalidades negativas, como automóveis particulares, o consumo excessivo de energia e crédito agrícola para produtores que não estejam dispostos a se adequar à legislação florestal.

Empregos Verdes: O Trabalho Sustentável na Direção da Economia Inclusiva, da Proteção Social e da Conservação Ambiental

A necessidade de empregos verdes surgiu do fato de a Plataforma de Trabalho Decente da Organização Internacional do Trabalho (OIT) precisar incorporar às suas discussões o fortalecimento da construção da Economia Verde. Para a OIT, trabalho decente é aquele justamente remunerado, realizado em condições de igualdade, liberdade e segurança, e que propicie uma vida digna para o trabalhador e a trabalhadora, e às suas famílias. Já o relatório da OIT, que apresenta os empregos verdes, os define como aqueles que contribuem para preservar ou restaurar a qualidade ambiental. Ou seja, são empregos que contribuem para a redução do uso de energia, matérias-primas e consumo de água por meio de estratégias altamente eficazes que descarbonizem a economia e reduzam as emissões de gases de efeito estufa, minimizando ou evitando completamente todas as formas de desperdício e a poluição; protegendo e restaurando ecossistemas e a biodiversidade.

O conceito de emprego verde não se restringe àquelas profissões diretamente relacionadas com a natureza, como a agricultura, a pesca, o saneamento e a conservação ambiental. A plataforma dos empregos verdes diz respeito a todo e qualquer ofício. Importa, portanto, verificar quanto a ação laboral contribui para a construção de uma economia verde, conforme aqui definida. Um caminhoneiro, mesmo que militante da causa ambiental, terá o seu emprego classificado como não verde (ou marrom), se ele conduz um veículo movido a óleo diesel, derivado de combustível fóssil e, portanto, altamente poluidor e emissor de gases de efeito estufa, que tem como consequência forte contribuição para o efeito estufa artificial.

A crise econômica de 2008 ampliou a discussão sobre políticas de estabilização para além dos círculos acadêmicos usuais. Alguns rotularam essa tendência como um "momento Minsky" em referência à concordância de Hyman Minsky com John Maynard Keynes de que o setor privado é incapaz de manter uma estabilidade econômica duradoura e, menos ainda, o pleno emprego. O remédio não recai nos mecanismos indiretos de fino ajuste monetário, mas sim nos meios diretos da política fiscal. De acordo com essa vertente econômica, as políticas de incentivo fiscal, por meio dos gastos do governo, não são uma política direta, e, portanto, também não fornecem solução de longo prazo para as questões de estabilidade e pleno emprego. Além de não favorecer a criação geral de empregos, essa política tende a exacerbar a desigualdade de renda, não se mostrando capaz de corrigir as principais falhas do sistema econômico. Outra falha desse tipo de política é sua incompatibilidade com a sustentabilidade ambiental. Assim, as discussões sobre o emprego devem estar associadas a preocupações relacionadas a sistemas sociais

e ambientais mais amplos. A implementação, por exemplo, de políticas como Empregador de Última Instância ou Programas de Garantia de Trabalho são mais compatíveis com a proposta da OIT de promoção de trabalho e emprego.

Programas desse tipo servem como uma rede de oferta de empregos para os quais os trabalhadores se candidatam quando não há outros empregos disponíveis no sistema econômico privado. O termo é usado em dois sentidos: (i) empregos muitas vezes indesejáveis pelo setor privado, que são tomados apenas como último recurso; e (ii) um programa formal de garantia de emprego do governo, que promete agir como empregador de última instância, inserindo todos os candidatos que desejam um emprego relacionado ao nível de salário oferecido. Os empregos referidos não podem, no entanto, ser separados de sistemas sociais e ambientais mais amplos e daí a necessidade de incorporar a perspectiva dos empregos verdes da OIT na formulação das políticas públicas de geração de trabalho e renda.

O desenvolvimento sustentável, do qual o PSB é partidário, é definido como aquele que promove o desenvolvimento atual garantindo que, no mínimo, as condições de vida atuais serão asseguradas para as futuras gerações. Esse desenvolvimento tem como pilares indissociáveis uma economia inclusiva, a proteção social para aqueles que mais necessitam e a conservação ambiental. Esses pilares necessitam ser observados na geração de trabalho, emprego e renda das populações. Frentes de trabalho verde, por exemplo, constituem alternativas para aliviar o desemprego e o desalento, ao mesmo tempo em que concorrem para a construção de uma economia verde.

CULTURA, DIVERSIDADE E CRIATIVIDADE

"Quando penso na realidade, penso primeiro pela imaginação, depois pela análise". A frase não é de um poeta, nem filósofo, mas de um dos maiores economistas do Brasil, Celso Furtado. Ele é quem diz que a cultura é fundamental para a definição de um verdadeiro projeto nacional de desenvolvimento com características brasileiras. Um desenvolvimento visto "como reencontro com o gênio criativo de nossa cultura e como realização das potencialidades humanas".

A cultura nos permite pensar o desenvolvimento a partir de fins substantivos a alcançar, dando, assim, nitidez aos nossos sonhos.

Ainda segundo Celso Furtado "o objetivo último de uma política cultural deve ser fortalecer todas as formas criativas de sociedade", pois os bens e serviços

culturais possuem uma dimensão simbólica e uma dimensão econômica. A dimensão da economia criativa que, segundo ele, ainda em 1984, não pode ser considerada simplesmente mais uma ramo da economia.

Também para o ex-ministro da Cultura, Gilberto Gil, "a diversa e sofisticada produção cultural brasileira, além de sua relevância simbólica e social, deve ser entendida como um dos grandes ativos econômicos do país, capaz de gerar desenvolvimento".

Na era do conhecimento, em que as novas tecnologias de informação e comunicação tendem a disseminar, em escala global, manifestações artísticas, culturais e políticas, é preciso refletir, o mais profundamente possível, sobre os fatores que podem configurar a cultura brasileira e a identidade nacional.

O primeiro cuidado a se tomar, segundo o antropólogo Antônio Risério, é a respeito da própria expressão "identidade nacional" já que nos movemos no campo paradoxal desse processo em que a globalização (na verdade a continuação do "livre comércio" por outros meios), não só veio a desencadear poderosas pressões homogeneizadoras, como também a avivar, em reação ao discurso dominador, a tendência a valorizar o singular, "a cor local"; a diferença particularizante ou a particularidade concreta. Os discursos em tela visam, justamente, a fortalecer o singular frente ao global. Para que esses discursos não venham a ser restrições à nossa variedade cultural e "capacidade de assimilar e canibalizar informações produzidas em qualquer parte do planeta", faz-se necessário observar três fatores: O primeiro é que a configuração cultural brasileira não é estática; o segundo é que, além de móvel, ela é múltipla; o terceiro é a invenção, ou a criatividade, fundamental para a afirmação de qualquer país.

Assim, para o caso da mobilidade, se hoje a identidade cultural baiana é marcada pelos orixás do culto afro, não o era até o século XVIII, nos textos poéticos de Gregório de Matos, e na antropologia barroca de Antônio Vieira. Com relação ao segundo fato, a multiplicidade, e ainda tomando a Bahia, como exemplo, "definitivamente a Bahia das rodas de samba de Dorival Caymi não é a Bahia do messianismo trágico de Antônio Conselheiro. Um filme como Deus e o Diabo na Terra do Sol e o disco Araçá Azul de Caetano Veloso, expressam contextos antropológicos nitidamente dessemelhantes. Gláuber é o sertão dos cangaceiros e fanáticos, Caetano é o Recôncavo dos mulatos e candomblés.

E, para o caso da inovação, Risério pergunta: "Que lugar haveria para o 14 Bis de Santos Dumont nas teses sobre o caráter nacional que foram suas contemporâneas? Nenhuma". Basta lembrar que Euclides da Cunha contrapõe a autenticidade sertaneja à degenerescência mestiça e cosmopolita da vida litorânea. A essência da nacionalidade estaria no sertão, e não em meio às nuvens, vencendo um desafio milenar da humanidade. E o 14 Bis, uma invenção brasileira, acabou se constituindo num marco na história do *design* brasileiro, inaugurando uma nova era na história

da vida social, econômica, política e cultural da humanidade. "O 14 Bis, a poesia concreta, assim como Brasília, são exemplos superiores do poder inventivo de uma jovem nação."

Nessa configuração de mobilidade, multiplicidade e inventividade, ou criatividade, é que se pode pensar a cultura brasileira como um espaço polifônico e polissêmico, sublinhando como força a nossa diversidade. Diversidade interna que, antes de desagregar, aparece, em verdade, como um traço distintivo, vistoso e ostensivo de nossa personalidade cultural.

A diversidade seria, assim, um princípio organizador da nossa identidade cultural. Basta olhar em volta para substituir o peso da homogeneidade pela riqueza do mosaico. Os socialistas entendem que a nossa diversidade cultural é também um dos mais importante fatores para o aprofundamento da democracia. Diversidade que inclui o componente feminista, anti-homofóbico e antirracista, como valores democráticos imprescindíveis à contemporaneidade.

Em nossa visão, cabe ao Estado garantir e proteger as expressões culturais tradicionais e os direitos coletivos das populações autoras e detentoras desses conhecimentos.

O Movimento Armorial, fundado por nosso companheiro Ariano Suassuna, em 1970, e que tem como objeto unir a arte erudita com os elementos da cultura popular, na música, dança, literatura, artes plásticas, teatro, cinema e arquitetura, é um bom exemplo de incorporação criativa da arte popular.

Para os socialistas que lutam para fazer da economia criativa um eixo estratégico de desenvolvimento, é fundamental fortalecer as cadeias produtivas culturais, integrantes da economia criativa, valorizando a identidade nacional, estimulando os empreendimentos criativos nas áreas de música, audiovisual, literatura, artesanato, entretenimento, propaganda, moda, arquitetura, arqueologia e gastronomia.

E, ao mesmo tempo em que se estimula a geração de emprego e renda, por meio da economia criativa, é necessário legalizar e amparar socialmente os trabalhadores da cultura, que na sua maior parte estão na informalidade. Considerar também o crescimento do número de trabalhadores intelectuais, direta ou indiretamente, ligados à cultura, e adequar as leis trabalhista e previdenciária, certificando profissionalmente esses trabalhadores.

EIXO TEMÁTICO III

POLÍTICAS SOCIAIS

O Eixo Temático III - Políticas Sociais é integrado pelas políticas de saúde pública, educação pública, liberdade, igualdade, direitos humanos e os movimentos sociais, seguridade social, segurança pública, reforma agrária e reforma urbana e tem como objetivo apresentar as propostas do PSB a respeito. As políticas sociais são destinadas a garantir o acesso universal e a permanência da população em serviços providos pelo Estado, visando ao bem-estar, à dignidade e coesão social, provendo os bens e serviços necessários à garantia de vida plena e digna.

O PSB defende enfaticamente que as políticas sociais devem ser articuladas e estruturadas enquanto políticas de Estado, alinhadas à política macreconômica que propõe, por meio da formação de uma forte rede de proteção social, articulada inteligentemente entre as três esferas (União, Estados e Municípios) de governo da federação, orientada para o atendimento das necessidades da população, de modo a desempenhar ação e papel distributivos, contribuindo, assim, para o enfrentamento à pobreza, na redução da desigualdades e na promoção do desenvolvimento socioeconômico.

A principal meta defendida pelo PSB, por meio das políticas sociais, é assegurar o acesso universal e à permanência em serviços públicos de qualidade que assegurem mobilidade e emancipação social.

Introdução

O modelo de desenvolvimento excludente, vigente no Brasil, determina a adoção de estratégias radicais e criativas no combate às desigualdades e suas causas.

O dramático quadro social do Brasil tem na desigualdade o seu principal ponto de referência. Enquanto nos situamos entre os dez maiores PIBs do mundo, estamos entre os dez países mais desiguais, e considerando o extrato dos mais ricos, o Brasil é o mais desigual do mundo. Além disso, o simples exame do quadro evolutivo do universal Índice de Gini demonstra que essa desigualdade é estrutural, tendo sofrido somente variações residuais para melhor nas quatro últimas décadas, principalmente nos governos dirigidos pelo PT. Assim, dos anos 1970 até as primeiras décadas do Século XXI, o Brasil mantém a sua vergonhosa desigualdade social, com os piores indicadores verificados durante a ditadura militar. Os governos do PT não mexeram onde era fundamental. Ao longo dos mais de treze anos na Presidência da República, não apresentaram nenhuma proposta de reforma estruturante para o debate ou para o parlamento nacional, propondo tributar mais os milionários e multimilionários do Brasil. As ações e os programas, ao longo dos governos, foram realizados por meio de programas e nenhum por meio de reformas estruturantes.

Essa desigualdade, agravada nas suas dimensões de raça, gênero e idade, tem sua raiz na enorme concentração de riqueza e renda, e não terá solução nos marcos do capitalismo em que vivemos. Exige, sim, reformas estruturais a partir da reforma do próprio Estado. Essas reformas, aliadas a uma reestruturação econômica, devem assegurar a distribuição de renda, serviços públicos universais de qualidade, e garantir os direitos sociais já estabelecidos pela Constituição de 1988, que propugna como direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, aos idosos, e a assistência aos desamparados.

A desigualdade, no Brasil, é tão profunda que não pode ser enfrentada com medidas paliativas tradicionais corriqueiras, mas, sim, de providências criativas e inovadoras capazes de alterar as estruturas da desigualdade. Começando pela educação.

Para não deixar margem a dúvidas, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) em que revela que a concentração de renda aumentou, em 2018, reforçando a extrema desigualdade social no País. O rendimento médio mensal de trabalho da população 1% mais rica foi quase 34 vezes maior do que da metade mais pobre. Isso significa que a parcela de maior renda teve ganho médio mensal de R$ 27.744, enquanto os 50% menos favorecidos ganharam R$ 820. A pesquisa mostra ainda que esse resultado influenciou o aumento do Índice de Gini, instrumento que mede o grau de concentração de renda em determinado grupo, apontando a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos.

Quanto mais perto de 1, maior a concentração de renda em um país. Em 2018, o índice, no Brasil, chegou a 0,545, o maior desde 2012.

Revolução Criativa na Educação

A educação de qualidade é a principal política social, pois permite, principalmente à criança e juventude, ter uma formação para a vida em geral e conquistar uma profissão. Se for efetiva como política social de estado, a educação crítica e criativa deve assegurar e promover a emancipação do indivíduo. A igualdade de oportunidades, para ser plenamente efetiva, implicaria tornar o ensino fundamental totalmente público e acessível a todas as camadas da sociedade, a exemplo do que já ocorre em diversos países como, por exemplo, os Estados Unidos e algumas sociais-democracias europeias. Os filhos dos trabalhadores pobres precisam ter o mesmo espaço escolar que os filhos das classes média e abastada. Assim, os pais pertencentes a essas classes, exigiriam do Estado qualidade no ensino fundamental.

O espaço público da educação necessita ser fortalecido e ampliado no Brasil por meio do aumento de aporte de recursos que permita o aprimoramento na formação de professores e a construção de ambientes escolares compatíveis com as exigências da atual realidade imposta pelo desenvolvimento das novas tecnologias. Pior que a distância que separa o grupo que teve acesso à educação, daquele que não teve, principalmente da camada da população que ainda convive com o analfabetismo, será o profundo abismo que separará, no futuro, a parte da população, que teve acesso às novas tecnologias, daquela que foi inviabilizada tecnologicamente. Mais do que o uso de aparelhos de comunicação digital, é fundamental, para as crianças e os jovens, o entendimento da nova linguagem: a programação. Caso contrário, essa situação agravará ainda mais as enormes desigualdades econômica e social do país.

Importante destacar que, no nível de educação infantil (creche e pré-escola), é fundamental que as ações sejam coordenadas e realizadas pela esfera cuja competência lhe foi atribuída com exclusividade pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), ou seja, os municípios. Não faz sentido o governo federal, desde Brasília, estabelecer regras de como devem ser construídos esses equipamentos pelo País afora, como o ocorrido nos governos petistas. Ao Ministério da Educação (MEC) compete estabelecer as diretrizes e aportar os recursos; mas a decisão de como fazer, qual processo construtivo a adotar, que tipo de materiais utilizar, dentre outros detalhes, compete aos gestores locais.

Outro aspecto relevante na gestão da educação e das demais políticas públicas envolve a qualidade dos gastos. É fundamental a adoção, pelos gestores socialistas, de mecanismos que qualifiquem os gastos, de modo que se faça muito mais com o mesmo orçamento, ou seja, a pauta da eficiência é um patrimônio dos socialistas.

Avançar com o SUS

A dificuldade de acesso à saúde de qualidade, por grande parcela da população, é ainda uma lacuna a ser preenchida com políticas públicas que aperfeiçoem o Sistema Único de Saúde (SUS), cuja concepção é oriunda do aprofundamento de discussões e lutas do movimento sanitarista no Brasil nas décadas que antecederam a sua implementação. A sua base, enfim abraçada pelo texto constitucional, era de que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Ao longo dos anos, os governos não conseguiram dar efetividade à execução plena do SUS. No entanto, apesar das deficiências do sistema, é preciso defendê-lo e torná-lo eficaz, para que os cidadãos tenham suas necessidades de cuidado da saúde atendidas e que então possam apoiar plenamente o projeto, de forma a torná-lo cada vez mais essencial. É necessário discutir a criação de um fundo próprio e específico para a saúde oriundo de uma contribuição específica.

O PSB defende, assim, a criação e adoção de fonte exclusiva para o financiamento complementar da saúde.

A Seguridade Social é Instrumento da Redução da Desigualdade

A Constituição Federal entende a Seguridade Social como um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar os direitos relativos à Saúde, Previdência e Assistência Social. A Assistência Social deve ser prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à Seguridade Social, e tem por objetivos a proteção à família, maternidade, infância, adolescência e velhice; o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; a integração ao mercado de trabalho; a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência; e a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso, que não tenha meios de prover a própria manutenção.

Algumas políticas de Assistência Social de caráter emergencial, ainda necessárias no Brasil, visam a atender situações de proteção à extrema pobreza. Por sua natureza, é desejável que tenham caráter provisório e busquem promover o desenvolvimento humano e a qualificação dos cidadãos para que não mais dela necessitem. O Programa Bolsa Família, por exemplo, faz parte de uma política social que já atravessa mais de quatro governos e que, no entanto, ainda cumpre um papel importante na manutenção das famílias de uma parcela importante da população que tem sérias limitações para se organizar economicamente. Outras políticas importantes dizem respeito à proteção de pessoas em condições de rua, pessoas em condições de criminalidade e que necessitam de recuperação, e para

pessoas consideradas miseráveis. Essas camadas sociais não têm aposentadoria e necessitam de algum aporte de dinheiro para a própria sobrevivência.

A Previdência Social - na configuração anterior à pretendida pela PEC 6/2019 - tem sido fundamental na proteção da velhice, no caso de problemas relacionados à ocupação, na aposentadoria por invalidez e doença.

Trabalho: O Desafio Maior

Uma das principais políticas públicas emancipatórias é a Promoção de Trabalho e Renda para toda a população. Dela fazem parte a intermediação do emprego, a qualificação social e profissional e o seguro-desemprego. Essa tríade compõe o cerne da Política de Trabalho no país. A despeito das enormes taxas de desemprego e de desalento no País, muito especialmente para os jovens, e particularmente para aqueles que ainda não tiveram acesso ao primeiro emprego, a promoção do trabalho deve se dar segundo a plataforma de Trabalho Decente, da OIT. Esse trabalho caracteriza-se por ser justamente remunerado, exercido em condições de igualdade, liberdade e segurança e que possa assegurar uma vida digna para o trabalhador e a trabalhadora e suas famílias.

Um conjunto de mudanças constitucionais foi implementado, especialmente a partir do Governo Temer, de forma acelerada, sem o óbvio debate com a sociedade, com apoio maciço do capital financeiro, da mídia e elite política, com o propósito de liquidar o caráter de Estado de Bem-estar Social inserido na Constituição de 1988.

Em seu conjunto, importa destacar que a Seguridade Social e as políticas públicas na área do Trabalho têm sido as mais importantes ferramentas para minorar o problema da distribuição de renda, combater a pobreza extrema e dinamizar a economia de pequena escala, em comunidades empobrecidas, pequenos municípios e áreas de baixo dinamismo econômico.

SAÚDE PÚBLICA

Saúde como Direito à Vida e Dignidade

Após as duas Grandes Guerras Mundiais, as nações, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1948, firmaram um documento-guia de humanidades, a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Foi a primeira vez que se estabeleceu, em âmbito mundial, essa proteção universal de direitos; e esse espírito de paz social levou as nações a lutarem pelos ideais de justiça social, solidariedade e liberdade.

No Brasil, a utopia sonhada e buscada pelo seu povo, em especial nos anos 1970-80, resultou na Constituição da República que reconheceu direitos e garantias fundamentais em seu artigo 5º, cláusulas pétreas não sujeitas a emenda constitucional, tal o seu valor político-social e cultural. O mesmo se diga dos direitos sociais previstos no artigo 6º, dentre eles, o da saúde, reconhecidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF) como direitos fundamentais, que não admitem retrocessos. Aliás, o legislador constituinte, na arquitetura normativa, primeiro dispôs sobre as garantias e os direitos fundamentais, para depois estabelecer a organização do Estado, elegendo a pessoa humana como o centro. É com esse olhar humanista que devemos tratar a saúde pública brasileira, direito de todos e dever do Estado.

Ainda que a Declaração Universal dos Direitos Humanos continue a inspirar as nações, o momento mundial e nacional requer a reafirmação e a proteção dos direitos fundamentais. É com frequência que se ouve que os direitos sociais consagrados no pacto político-social de 1988, não cabem no orçamento público. Ocorre que o constituinte de 1988, ao criar o SUS, estabeleceu também todas as fontes de receitas necessárias ao seu pleno financiamento. Porém, os sucessivos governos esvaziaram os recursos da Seguridade Social, que inclui evidentemente, a saúde, sobretudo, via criação da Desvinculação das Receitas da União (DRU), que, quando de sua criação, era de 20% e, a partir do Governo Temer, passou a ser 30%; entretanto, os governos deveriam ter aumentado os recursos para o setor. Além disso, o Governo Federal diminui gastos com a saúde para fazer superávit primário. É preciso que o ponto de partida, para que a chegada seja o direito de todos de viver mais e melhor, seja o respeito à Constituição e sua defesa, sem perder a noção de que o mundo de 2019 não é mais o mesmo de 1988, requerendo novas miradas para que o direito à saúde se efetive como condição de liberdade e dignidade de vida.

O direito à saúde, em sua tripla dimensão, a regulatória, a protetiva e a assistencial, requer amplas políticas públicas, dado que saúde não é um termo unívoco por decorrer de diversos fatores biopsíquico, econômico e social[4], como o trabalho, a renda, educação, cultura, saneamento, que mitiguem os riscos de agravo, preservando e promovendo a saúde das pessoas. É sob essa ótica que o direito à saúde deve se consolidar no País.

O SUS que Precisamos Defender

Embora o SUS seja muito bem concebido e possua uma visão socializante de acesso e cobertura, está ainda muito distante do que a sociedade brasileira necessita.

Num Estado Federal tridimensional, ousou-se sair de um modelo de saúde centralizado e não universal, para um sistema descentralizado e universal: descentralizado em seus fazeres, único em seus conceitos e diretrizes organizativas, integral na assistência e universal em seu acesso. Em menos de uma década, todos os municípios no Brasil – hoje 5.570 – e os Estados passaram a cuidar da saúde das pessoas, abandonando a retrógada exigência de serem contribuintes do regime previdenciário para o acesso a serviços de saúde, que se configuravam como benefício previdenciário.

Esse SUS que deu certo produziu, em 2018, na atenção de média e alta complexidades, 3,74 bilhões de procedimentos ambulatoriais e 11.94 milhões de procedimentos hospitalares[5]. A pujança do SUS é visível - acerto constitucional inconteste de positivar, no ordenamento jurídico, as propostas da Reforma Sanitária dos anos 1970. São 5.570 conselhos e fundos de saúde municipais e 27 estaduais. A sociedade está presente nas discussões das políticas de saúde em todo o País, e a Conferência Nacional de Saúde, realizada em agosto de 2019, produziu mais de 4 mil conferências municipais. Os atendimentos no SUS se espraiam em ações da vigilância sanitária, epidemiológica, imunização, atenção primária, urgência e emergência, transplantes, medicamentos, saúde bucal e outras. São 47 políticas públicas definidas pelo Ministério da Saúde[6], ao longo de 31 anos. A longevidade brasileira e a melhoria do bem-estar das pessoas se devem, em grande parte ao SUS. Um SUS que deu certo, ainda que eivado de dificuldades e objeto de reclamações.

É essa mesma potência do SUS que o coloca na berlinda quando se trata de seu financiamento, um de seus principais óbices. Luta histórica entre as áreas social e econômica, porque as políticas neoliberais consagraram que políticas públicas de bem-estar social fazem mal à economia e ao orçamento público, por consumirem recursos, diga-se, do próprio povo, devendo a riqueza da Nação estar a serviço do mercado e de seus investidores.

É importante orgulhar-se do SUS e despertar na população o sentimento de pertencimento por esse empreendimento social e humanístico realizado pelo Estado e sociedade e propor medidas para o seu aperfeiçoamento e para manter o seu núcleo essencial, que é a garantia do direito à saúde, um dos pilares do Estado de Bem-Estar Social.

O Desafio do Financiamento Suficiente

É fato irrefutável que o SUS sempre foi subfinanciado. Hoje vigora a EC 86, de 2015, que estabelece para a União o valor de 15% das receitas correntes

líquidas como piso da saúde, sabidamente insuficientes para as suas necessidades. Com a EC 95, de 2016, o SUS passa a ter perdas, segundo projeções, de mais ou menos R$ 400 bilhões em 20 anos. O SUS deixa de ser subfinanciado e passa a ser "desfinanciado", desidratando o direito.

Em 2018, foram aplicados, na esfera federal, R$ 116 bilhões (população de 208 milhões de pessoas), valor federal *per capita*/ano de R$ 581,34; projeta-se, para o ano de 2020, um gasto federal de R$ 119 bilhões, para uma população de 210 milhões, com *per capita*/ano federal de R$ 561,07. Na projeção de 2020, o percentual será de 13,74% da Receita Corrente Líquida (RCL) e não mais 15%, uma vez que a EC 95 congelou o valor efetivamente empenhado em 2017, reajustado anualmente pela variação da inflação medida pelo Índice de Preço ao Consumidor Ampliado (IPCA), tendo, assim, suspendido a aplicação de 15% da RCL. Em 2020, totaliza-se uma perda de R$ 29 bilhões na saúde[7].

O gasto total público *per capita* em saúde, do Brasil, em 2015, foi de US$ 595. No Chile, foi de US$ 1.157; na Argentina, de US$ 993, lembrando que esses dois países não têm sistema universal de saúde. Em relação às despesas públicas *per capita* de países que possuem sistema universal de saúde, as diferenças são brutais: Reino Unido (US$ 3.330), Espanha (US$ 2.261) e Portugal (US$ 1.762)[8].

Os Macroproblemas da Saúde

A saúde brasileira precisa de mais recursos, possível de obter sem mudanças jurídico-estruturais do SUS, como muitos apontam, como o fim da universalidade do acesso. O que se impõe é o enfrentamento de três macroproblemas: a) mais recursos para a saúde; b) melhoria da gestão pública; c) políticas públicas voltadas à melhoria das condições de vida que interferem com a saúde, os determinantes sociais.

- **MAIS RECURSOS PARA A SAÚDE:** O aumento de recursos é possível mediante uma série de medidas macroeconômicas. Elida Graziane[9] ressalta ser preciso "corrigir distorções da regressiva matriz tributária e do elevado estoque de renúncias fiscais e cumprir ditames constitucionais sobre os limites de dívida consolidada e mobiliária federal". É possível aumentar recursos para a saúde mediante: a) a revogação do art. 3º da EC 86 que incluiu o valor decorrente do resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural no cômputo do piso da saúde; esse valor deve ser um plus ao piso, como antes da EC 86; b) a revisão das deduções e isenções no imposto de renda das pessoas físicas e aumento da alíquota para rendas mais elevadas; c) o fim da denominada "pejotização" na prestação de serviços, que distorce o pagamento do imposto de renda, menores para as pessoas com altas rendas em relação ao que os demais trabalhadores pagam; d) o aumento da tributação sobre a renda do capital, como os dividendos; e) a elevação de alíquotas fiscais da herança e doação de altos valores; f) o fim do abatimento das despesas

com saúde no imposto de renda (A EC 95 congelou os gastos públicos e não os gastos tributários).

• **MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA:** Implica o abandono de matrizes jurídico-administrativas e sanitárias superadas para o alcance de uma gestão centrada na pessoa, não permitindo que as atividades-meio dominem o cenário, prejudicando a sua finalidade, que é a garantia de serviços qualitativos e em tempo oportuno. A forma de remuneração dos serviços de saúde continua nos moldes dos anos 1980, que já não faz sentido nos dias de hoje; os critérios de rateio dos recursos federais para Estados e Municípios não observam o disposto em lei, mantendo um sistema de transferência altamente federalizado, inibindo a criatividade dos demais entes federativos e ferindo suas autonomias.

Estamos na era do conhecimento, que deve ser usado de forma inventiva para tornar a saúde menos onerosa e mais acessível às pessoas mediante a introdução de tecnologias que lhes sejam benéficas. As pessoas que vivem em locais de difícil acesso devem contar com tecnologias que – se bem disciplinadas, reguladas e avaliadas, como a telemedicina e a educação para o autocuidado – podem minimizar as distâncias, diminuir filas, melhorar os atendimentos e tornar o cidadão um copartícipe dos cuidados com a sua saúde, prevenindo agravos, em especial das doenças crônicas e outras próprias da longevidade, isso sem contar com diversas possibilidades na gestão da clínica, nos registros eletrônicos de saúde interoperáveis, na saúde digital. É preciso jogar luz nessas possibilidades.

Por outro lado, as tecnologias exigem racionalidade e sobriedade em sua incorporação e uso, para evitar a captura do SUS, cobiçado por suas proporções, pelo mercado de produtos, equipamentos e medicamentos desnecessários. Como apontado pela União Europeia, somente 25% das novas tecnologias realmente contêm inovações. Isso nos leva a defender a autonomia da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologia em Saúde (Conitec). É preciso ser racional na incorporação de tecnologias em saúde para usufruir o bom e refutar os abusos e excessos e mudar paradigmas na forma de produzir saúde. O seu custo-efetividade e as evidências científicas devem ser analisadas profundamente.

Dificuldades, como a falta de médicos em locais de difícil acesso e provimento, podem ser superadas com residências médicas realizadas parcialmente no próprio serviço de saúde situado nesses locais, sob tutoria de especialistas, com permanente interação entre médicos residentes, a população e as realidades brasileiras, por um ano que seja.

Imperioso ainda regionalizar a descentralização dos serviços de saúde, ganhar escala, otimizar a garantia da integralidade e melhor instalá-los geograficamente em relação à vida do cidadão; cuidar da qualidade dos serviços prestados, regulando, avaliando, classificando-os e atuando para recuperar os serviços de menor qualidade essenciais à população.

• **NECESSIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS:** Cabe ao Estado implementar políticas que interferem com a saúde, evitando o risco de seu agravo por diversos meios, como: regular propagandas de alimentos ultraprocessados, com alto teor de sal e açúcar, bebidas alcoólicas e outros para combater a obesidade, diabetes e outros males; dotar as cidades de saneamento adequado; melhorar a renda das pessoas; proteger o meio ambiente; promover a educação e outras. Essas políticas interferem com a saúde, inibindo o risco de doenças e contribuem para diminuir as desigualdades sociais. Berlinguer já dizia que quem é pobre morre antes.[10]

Por fim, é necessário lembrar que o envelhecimento populacional vai alterar o perfil epidemiológico, impondo novas práticas em saúde e novos paradigmas sanitários que exigem planejamento público imediato. Segundo previsão do IBGE, o Brasil terá uma população de mais de 20% de pessoas acima de sessenta anos de idade, até o ano 2030. Saúde é um direito que decorre do direito à vida e, em pleno Século XXI, a era do conhecimento, é inadmissível não proteger, salvar vidas e minorar o sofrimento das pessoas.

EDUCAÇÃO PÚBLICA

Educação, Autonomia e Emancipação

Compreender a função do Estado como provedor de educação pública universal, gratuita e de qualidade é o elemento central para definir uma agenda efetiva e de longo prazo, neste tema. A educação é elemento fundante do processo de construção da autonomia dos sujeitos, pois é por meio de seu desenvolvimento educacional que cada cidadão cria capacidade de interpretação do mundo ao seu redor, de sociabilidade, obtenção de qualificações para o exercício de funções econômicas, enfim, que alcançam sua emancipação. O Estado, garantidor de direitos e promotor da qualidade de vida de seus cidadãos, deve ter como diretriz a criação de uma sociedade mais justa, ética e produtiva, por meio da garantia da educação pública universal, gratuita e de qualidade.

"A crise da educação no Brasil não é uma crise; é um projeto", nos ensina Darcy Ribeiro. Excluir grandes parcelas da população pobre do acesso à educação qualificada; sucatear a estrutura de ensino público; possibilitar o avanço do setor privado na oferta de educação paga direcionada à elite do País; e investir cada vez menos recursos na área, em todos os níveis de ensino; corroboram com a afirmação de Darcy Ribeiro. Embora registrem avanços quantitativos, os resultados que a educação pública vem alcançando nas últimas décadas demonstram a incapacidade do Estado brasileiro em garantir o processo de aprendizagem e a permanência na escola para os brasileiros mais

pobres, que, sem educação de qualidade, serão excluídos do mercado de trabalho e dos processos produtivos da economia do conhecimento e precisarão continuar, como o fazem na atualidade, recorrendo a subempregos para sobreviver cotidianamente. A estrutura da desigualdade social expressa-se, de forma contundente, na negação do direito ao desenvolvimento da autonomia e emancipação, reforçando o ciclo de segregação estrutural que abate o Brasil desde seus primórdios.

A Educação e a Federação

Com a finalidade de financiar as políticas de educação, a Constituição Federal estabeleceu a vinculação de recursos para o setor. O percentual mínimo que a União deve aplicar em educação é de 18% dos recursos arrecadados com impostos, incluindo as transferências constitucionais. Estados e municípios devem aplicar, pelo menos, 25%. Assim, estabelece-se o modelo de federalismo cooperativo, a ser sedimentado por meio do regime de colaboração recíproca, descentralizado, com funções compartilhadas entre os entes, em que:

- O **Governo Federal** é responsável pela educação superior e pelo ensino técnico nas escolas federais. Compete a essa esfera de governo o apoio técnico e financeiro aos governos estaduais e municipais na organização de estratégias de oferta de educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e erradicação do analfabetismo. À União, cabe a regulação dos estabelecimentos particulares, por meio do MEC e do Conselho Nacional de Educação.

- Os **Governos Estaduais e o DF** são responsáveis por ofertar o ensino fundamental e ensino médio. Pode ainda, essa esfera de governo, ofertar ensino superior e apoiar técnica e financeiramente os municípios na oferta de educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental e nos programas de erradicação do analfabetismo.

- Os **Governos Municipais** são responsáveis por oferecer, como prioridade absoluta, educação infantil (creches e pré-escolas). Universalizado o acesso a esse nível de ensino, o município deve, de modo ascendente, atuar na oferta do ensino fundamental, anos iniciais e finais. Somente após a universalização desses níveis é que o município poderá atuar nos demais níveis educacionais, ou seja, ensino médio e superior, porém com recursos adicionais ao percentual mínimo (de 25%) vinculados pela Constituição Federal.

A Educação Brasileira

O cenário de queda de investimentos nas políticas sociais, em especial na educação e saúde, engrenado a partir da aprovação da PEC do Teto, em 2016,

tem se agravado de forma contundente, no Governo atual. Não há perspectivas de intensificar os investimentos na Educação, além da adoção de medidas extremas, como o ensino a distância, militarização dos colégios e cobrança de mensalidades no ensino superior. Os municípios, responsáveis pela educação básica, sofrem consequências diretas desses cortes. Os repasses da União para municípios seguem em queda, como a registrada de 2016 para 2017, de 4,8%.

Ensino Fundamental

Os avanços realizados na expansão da cobertura de ensino nas últimas décadas não foram suficientes para superar a imensa desigualdade educacional brasileira. Apesar da evidente expansão do ensino fundamental (em 2017, 96,4% das crianças estavam na escola), a qualidade e capacidade de retenção dos alunos é baixa: 40% dos estudantes que terminam o 5º ano não conseguem localizar informações explícitas em artigos de opinião ou em resumos, por exemplo; e cerca de 34% não realizam as operações matemáticas básicas. No 9º ano, 60% está no nível insuficiente de português e 64% no nível insuficiente de matemática. Além de não aprenderem, 24,1% das crianças não concluem o ensino fundamental (2018). A distorção idade/série também preocupa. Nos anos finais do ensino fundamental, 26% dos estudantes têm atraso escolar de dois anos ou mais (2017).

A igualdade de oportunidades para ser plenamente efetiva implicaria tornar o ensino fundamental totalmente público e acessível a todas as camadas da sociedade, a exemplo do que já ocorre em diversos países como, por exemplo, os Estados Unidos e algumas sociais-democracias europeias. Os filhos dos trabalhadores e dos pobres precisam ter o mesmo espaço escolar que os filhos das classes média e abastada. Assim, os pais pertencentes a essas classes exigiriam do Estado qualidade no ensino fundamental.

Há que se registrar que o Fundeb é obra de engenharia educacional e financeira de importância na vida nacional. Embora, necessite de ajustes, o Fundo tem capilaridade para identificar e tratar os graves problemas de desigualdades regionais. Falta-lhe a alocação de recursos na medida adequada para fazer mais. O Fundeb é hoje o maior mecanismo de financiamento da educação básica. São R$ 141 bilhões, cerca de 60% do total investido (2017). Segundo o Estudo Técnico nº 24/2017, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, o Fundeb permite que a amplitude da desigualdade de investimento seja reduzida em até 71%, entre os entes da federação, ou seja, permite que territórios com capacidades reduzidas de investimento na educação alcancem em cerca de 71% o valor investido por entes federados com maior capacidade de investimento. Ou seja, é um instrumento fundamental para a garantia da redução das desigualdades educacionais.

O Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) defendem que o Fundeb seja

transformado em política pública de caráter permanente, com a aprovação da PEC nº 15/2015, que tem esse objetivo. A proposta está atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados, sob apreciação de Comissão Especial.

Ensino Médio

No Ensino Médio, maior gargalo da educação brasileira, um em cada quatro jovens abandona os estudos entre 15 e 17 anos. Estamos longe de cumprir a meta do PNE de ensino integral (atualmente, 9,2% dos alunos no Ensino Médio frequentam escolas de tempo integral, contra 50% do desejado). Contribui muito, para agravar a situação, o fato de que 40% da população brasileira entre 25 e 34 anos não possui o Ensino Médio completo.

A Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017), aprovada durante o governo Temer, reestrutura esse nível de ensino. As mudanças envolvem a possibilidade de individualizar os percursos formativos dos estudantes, de acordo com os planos de vida de cada um deles e a flexibilização curricular, incluindo as possibilidades de ensino a distância. A reforma aprovou também a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), estabelecendo parâmetros mínimos formativos em todo o território nacional.

A falta de diálogo com a sociedade civil na aprovação da reforma foi alvo de críticas. Especialistas acreditam que a Reforma aprofundará desigualdades, já que a maior parte dos Municípios e Estados não tem como ofertar todos os percursos formativos previstos na Lei, e são substituídos por soluções precarizadas de ensino a distância.

Ensino Técnico

O Ensino Técnico é frequentando por menos de 10% da população (9%), com oferta concentrada no Sistema S e nos Institutos Federais.

O último dado disponível sobre educação profissionalizante é de 2014, cuja origem é a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (Pnad), organizada pelo IBGE. A publicação aponta que 2,2% dos jovens de 15 anos ou mais de idade frequentavam cursos técnicos. Contudo, 40,2 milhões de pessoas disseram ter interesse nesse tipo de educação. Em 2014, dos 9 milhões de estudantes do ensino médio, apenas 812 mil (9%) frequentavam curso técnico. Desses, 55,1% frequentavam o curso técnico na rede pública; 18,6% vinculados ao Sistema S; 25,6% em instituição particular.

Pesquisa feita pela Fundação Itaú Social aponta que estudantes com formação em ensino médio profissionalizante ganham em média 12,5% a mais do que os que cursaram o ensino médio comum. A diferença é ainda maior para os alunos que optaram pela área de indústria, com um aumento de salário anual de 18,8%.

O ensino técnico é um dos percursos formativos aprovados pela Reforma do Ensino Médio. A discussão é garantir que a implementação seja feita com qualidade, em todos os locais em que seja ofertado, para não aumentar ainda mais as diferenças de qualidade entre as regiões brasileiras. Também se discute a possibilidade de os percursos formativos técnicos ampliarem o abandono e a evasão para os mais pobres, uma vez que não há previsão de estratégias eficientes (como as escolas de tempo integral adotadas nas gestões do PSB) de acolhimento eficientes na retenção, permanência e envolvimento dos alunos nos percursos formativos, notadamente os que adotarão a modalidade de ensino a distância.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado em 2011, como estratégia de impulsionamento da formação qualificada para o mercado de trabalho brasileiro. O programa, contudo, não conseguiu atingir um bom arranjo entre governo, sociedade civil e iniciativa privada. A evasão, de acordo com o Ipea, atingia cerca de 70% das matrículas. O programa perdeu 60% das vagas com o corte orçamentário da PEC do Teto, em 2017.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBN, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), rege a organização da educação brasileira e é considerada, depois da Constituição Federal, o instrumento mais importante de regulação sobre o tema.

A LDBN cumpriu e cumpre um papel essencial e fundamental na organização da educação brasileira, ao estabelecer que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias. Estabelece também que a educação escolar deve vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

O PSB defende como de fundamental importância a manutenção, o aprimoramento e o fortalecimento da LDBN.

Educação de Jovens e Adultos

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis da educação básica do país, pois é destinada aos jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso à educação na escola convencional em idade apropriada. Permite que o aluno retome os estudos e os conclua em menos tempo e, dessa forma, possibilita sua qualificação para conseguir melhores oportunidades no mercado de trabalho.

A EJA é ofertada tanto no ensino presencial, como à distância, com o objetivo principal de democratizar o ensino da rede pública no Brasil. O programa é dividido em etapas, com abrangência do ensino fundamental ao médio. O processo de ensino e aprendizagem no programa deve levar à integração das experiências vividas e refletidas por todos os envolvidos no processo e não exclusivamente entre o ensino propedêutico e ensino profissional. Desta forma, o PSB entende a necessidade de ampliar o programa com aprofundamento da crítica de sua condução.

Ensino Superior

O acesso ao ensino superior passou por diversas transformações, com a criação de programas como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que permitiram à população de baixa renda o acesso à educação universitária privada. No entanto, apesar dos avanços, somente 19% dos jovens de 18 a 24 anos estão na universidade, quando a meta do PNE aponta para 38%. O ensino superior está na alça de mira do governo atual, que crê ser a terra plana. O atual ministro da educação, além de revelar dificuldades no cálculo das porcentagens, disse recentemente que a universidade pública é "lugar de balbúrdia" e promete fechar o cerco ao acesso ao ensino superior. Destilando seu ódio e preconceito ao ensino superior, defende despudoradamente que "a universidade deve estar restrita a uma elite intelectual".

A modalidade de Ensino a Distância (EAD) cresceu bastante, nos últimos tempos - de 15% dos ingressantes, em 2007, passou a representar 34%, em 2017. Isso pode ser explicado principalmente pelo baixo custo das mensalidades (cerca de 1/3 do custo de um curso presencial) e pela expansão da infraestrutura de acesso à internet no País. Apesar do avanço em números, o tema merece atenção e cautela. Embora muito elogiada pelos investidores do empreendimento EAD, esses negócios têm como meta o retorno da capital investido, maximizado pelos lucros que a "oportunidade" gestada pelo Governo Federal propicia.

Os números dos financiamentos de alunos nas instituições privadas revelam que a modalidade cresceu nos últimos tempos. O FIES, criado em 2001, provocou um incremento no afluxo de ingresso de jovens no ensino superior, ao permitir o financiamento do curso superior em instituições credenciadas pelo MEC, a juros menores que o praticado pelo mercado, e as vezes até zerados, para o caso de alunos originários de famílias carentes. Entre 2010 e 2017, foram firmados cerca de 2,5 milhões de contratos.

Outro importante propulsor do acesso ao ensino superior é o ProUni, de 2005, que concede bolsas de estudos parciais e integrais. O programa foi

responsável pelo aumento do número de matrículas, no setor privado, em 5,5% ao ano, desde sua criação.

Nos últimos anos, o setor encolheu, como resultado da PEC do Teto. As universidades públicas federais tiveram perda de 28% do seu orçamento, em contraposição à expansão da rede federal ocorrida no período de 2003 a 2015.

Programa Future-se, Uma Tragédia

O Future-se, projeto do Ministério da Educação, põe fim ao sentido público das instituições federais de ensino. A proposta altera os eixos históricos que sustentam o caráter público e socialmente referenciado das instituições. O programa propõe garantir a "autonomia financeira" dos Institutos de Formação e Educação (IFEs) via captação de recursos do setor privado, por meio de fundos de investimento, parcerias público-privadas e privatização do patrimônio imobiliário das IFEs. A gestão fica a cargo de Organizações Sociais, de caráter privado. O orçamento de manutenção e investimento das instituições será desvinculado da União e substituído pelo financiamento privado.

O fomento à competitividade, à captação de recursos próprios e ao empreendedorismo individual são algumas das propostas apresentadas. Dessa forma, a produção de conhecimento estará submetida aos interesses do mercado e não mais voltada às necessidades da sociedade. Todas as medidas têm como enfoque o ensino e a pesquisa, ignorando a extensão. Com isso, o Future-se promoverá o desmonte do tripé que sustenta a lógica de produção de conhecimento socialmente referenciado e colocará em risco diversos projetos que atendem à população, em especial as parcelas mais vulneráveis da sociedade.

Ciência e Tecnologia

O setor da Ciência e Tecnologia tem sido dizimado, desde que Temer assumiu a Presidência. Em 2018, a situação era de calamidade: O orçamento para pesquisas em Ciência e Tecnologia era de R$ 1,4 bilhão, contra R$ 10 bilhões, em 2010. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), uma das responsáveis pelo desenvolvimento e financiamento da pesquisa e inovação no País, apontava que o setor de incentivo à pesquisa será profundamente prejudicada em 2019, com a suspensão de bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado, atingindo cerca de 93 mil estudantes e pesquisadores, devido aos cortes de orçamento realizados pelo Governo Federal. O Governo Bolsonaro, por sua vez, não deixa claro o volume de investimentos destinados ao setor, mas diz que toda pesquisa deve estar alinhada às necessidades do mercado.

Socialismo Democrático e a Educação Pública Universal, Gratuita e de Qualidade

O PSB defende que a educação é o principal instrumento de combate às desigualdades contidas na sociedade brasileira. Deve ser movida por princípios democratizantes do acesso a outras esferas da vida - seja o Estado, mercado ou a sociabilização em comunidade - e ser capaz de criar sujeitos autônomos, democráticos, emancipados e tolerantes com todas as formas de expressão humana. O desenvolvimento educacional deve ser a base dos desenvolvimentos econômico e social.

Existem dois instrumentos norteadores do projeto de educação brasileira que devem ser relembrados e reforçados como as orientações importantes deste projeto. A primeira é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da educação básica. Além dela, o Plano Nacional de Educação (PNE) determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024 - muitas ainda longe de serem cumpridas. É necessário resgatar essas pactuações e organizar esforços para que sejam cumpridas em sua totalidade.

É imperativo organizar todos os esforços e energias da sociedade civil, organizações sociais, empresas e do Estado para superar o analfabetismo. São 14 milhões de brasileiros que não sabem ler e escrever.

A qualificação e valorização dos professores é primordial para alcançar a educação defendida pelo PSB. O professor da escola pública passa por desgastes constantes no exercício da profissão, sofre com as dificuldades de financiamento do setor, que leva, em alguns casos, ao sucateamento da estrutura educacional. Além dos baixos salários, convivem com estruturas físicas deficitárias e desequipadas em relação aos desafios impostos pela economia do conhecimento. Somam-se a essas dificuldades, os recentes cerceamentos à liberdade de expressão e cátedra, uma vez que, em várias regiões do País, professores são acusados de doutrinadores de esquerda e comunistas.

O financiamento da educação é outra peça dessa composição. É imperativa a defesa da transformação do Fundeb, enquanto política de Estado, por seu papel crucial, principalmente para municípios menores e com arrecadação mais baixa. Igualmente, é necessário assegurar e reforçar o papel do Fundeb enquanto equalizador de desigualdades. Para tanto, é preciso ainda lutar para que seu orçamento seja aumentado. Os debates sobre a reforma tributária democrática também devem levar em conta que o financiamento público da educação está intrínseco a esse tema, evidenciando a importância de composições a favor do setor educacional. No mesmo sentido, o PSB defende a revogação imediata da EC do Teto dos Gastos.

A gestão do setor, no pacto federativo, conta com atribuições privativas e concorrentes aos três entes federados. A organização do sistema de ensino de forma holística e cooperada, com arranjos Interfederativos e intergovernamentais, é uma imperiosa necessidade na busca da garantia do acesso, permanência e aprendizagem de qualidade dos alunos. Muitos carregam deficiências extremas do ensino fundamental para o médio, ou do médio para o superior, fatores que causam a evasão e distorção idade/série. Ao trabalhar com uma proposta de um sistema integrado e evolutivo, pode-se diminuir as quebras, identificar e superar/evitar as falhas nas transições entre os níveis de ensino: do fundamental para o médio, enquanto níveis de ensino e do Município para o Estado, enquanto responsabilidade pela gestão. Isso significa fortalecer um modelo de gestão com base na cooperação inter/intrafederativa e compartilhada, respeitando-se a autonomia dos entes federados, assegurando a constituição de uma base orgânica, funcional e colaborativa.

No campo da autonomia, os municípios devem se apoderar de ferramentas de diagnóstico e metodologia de acompanhamento dos resultados escolares, para serem capazes de formular estratégias baseadas em evidências da sua realidade local. A partir deste diagnóstico e do planejamento estratégico, promover espaços de diálogo e troca de experiências entre os municípios.

Em nível federal, o PSB deve defender a formação ampliada do Conselho Nacional de Educação, como instrumento de participação da sociedade e deliberação da política educacional de Estado.

Adicionalmente é fundamental assegurar que a educação seja vista como estratégia central na execução de uma Projeto Nacional de Desenvolvimento, que organize e realize os desejos de construção de uma sociedade justa, fraterna e inclusiva, em que todos possam viver, trabalhar e ser felizes, numa economia que valoriza e privilegia o conhecimento.

O PSB defende estratégia de fundamental importância, que é assegurar a universalização do acesso e permanência no ensino médio na modalidade de tempo integral.

MAIS MULHERES NO PODER

Para os socialistas, a igualdade de gênero é uma base absolutamente necessária para a construção de um Brasil próspero e sustentável. E tem efeitos multiplicadores para o desenvolvimento de uma democracia econômica, social e política substantiva.

Enquanto persistir o modelo de discriminação contra mulheres, negros, população LGBT, e indígenas, em forma de violência, desigualdade salarial e oportunidades, não se pode considerar a vigência de um Estado de Direito Democrático pleno.

Representando, hoje, mais de 50% da população brasileira e do eleitorado, e mais de 43% da população economicamente ativa, as mulheres detêm apenas 15% da representação na Câmara dos Deputados e no Senado. Só esse dado revela um déficit da democracia brasileira, que compromete a sua própria estrutura.

Parece que, no Brasil, o capitalismo não foi capaz de superar a milenar opressão patriarcal que Karl Marx identificou na "concentração das grandes riquezas nas mesmas mãos – as dos homens – e do desejo de transmiti-la por herança aos filhos destes mesmos homens". Marx ainda diz que a primeira opressão de classe "coincide com a opressão do sexo feminino pelo masculino".

O capitalismo, ao longo dos séculos, tem reciclado a discriminação para separar os trabalhadores em grupos desiguais, que permitem a sobre-exploração dos "desiguais", mulheres, negros e jovens. São muito intrincadas, portanto, as interrelações sociais, econômicas e políticas, entre classe, gênero e raça.

A luta pela emancipação das mulheres, no Brasil, remonta ao Século XIX, quando Nísia Floresta traduziu o texto escrito pela inglesa Mary Wollstonecraft intitulado *Reivindicação dos Direitos da Mulher*.

No começo do Século XX, Bertha Lutz, fundou a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher. Desde então, as lutas femininas têm alcançado vitórias, cada vez mais significativas, e crescido sua influência nos partidos. A Lei 9.504/1997 determina que os partidos estão obrigados a destinar uma cota mínima de 30% das vagas, por sexo, em suas chapas de candidatos ao Poder Legislativo.

Para o PSB, cujo Movimento de Mulheres Socialistas já têm duas décadas de existência, o protagonismo feminino é um imperativo: "igualdade de condições, nem mais, nem menos".

Essa luta tem como lema Mais Mulheres no Poder e é travada em várias frentes. O essencial e elementar é o enfrentamento e a não aceitação de qualquer forma de violência contra a mulher, desde a exploração sexual até o assédio no local de trabalho. O PSB exige a garantia da aplicabilidade plena da Lei Maria da Penha e a ampliação e o fortalecimento da rede de serviços de atenção e cuidados às mulheres em situação de violência.

No plano econômico, além de salário igual, para trabalho igual, reivindica-se a qualificação profissional nas áreas tecnológicas e programas de emprego e renda, para as mulheres chefes de família.

Mas é no plano político que residem os principais desafios. É preciso superar a sub-representação da mulher nos espaços de poder e decisão. Para isso, são necessárias ações na cultura e socialização da política do País, nas famílias, escolas, instituições estatais e também nos partidos.

Se a cota de 30% nas candidaturas partidárias já representa um avanço, o PSB aspira por uma igualdade de meio a meio da representação política do poder legislativo. Os socialistas entendem que a melhor forma para concretizar o alcance da igualdade é a adoção do Voto em Lista, para que se se alterne, na ocupação da vaga, uma candidatura masculina, seguida de uma feminina, e assim sucessivamente.

Também na representação interna do Partido, propõe-se que, para a composição do Diretório Nacional, a representação feminina de 30% seja obrigatória, em cada estado. Caso um estado não cumpra essa determinação, suas vagas serão substituídas por ocupantes de outros estados

NEGRITUDE SOCIALISTA

O último país a abolir oficialmente à escravidão é o primeiro em população afrodescendente fora do continente africano. De acordo com dados do IBGE, 54% dos brasileiros são negros ou pardos, ficando atrás, em quantidade, somente da população da Nigéria, que, além de ser o país mais populoso da África, tem o maior número de negros.

A despeito dessa constatação demográfica, o Brasil ainda está longe de ser uma democracia racial. Ao contrário, os dados do Mapa da Violência de 2019, uma série de estudos da Unesco que analisa as taxas de mortalidade dos municípios brasileiros, demonstra que ter a pele escura, no Brasil, é sinônimo de redução da expectativa de vida. O referido estudo revela que mais de 75% das vítimas de homicídio eram pessoas negras. Nos últimos dez anos, o número de homicídios de negros cresceu 30% em relação ao de não-negros.

Essas mortes são o reflexo dos conflitos sociais existentes no Brasil, o que torna o racismo e a discriminação racial fenômenos constantes na sociedade. Essa relação da população negra com a violência se dá por meio dos estereótipos criados sobre o lugar onde esses indivíduos vivem e suas condições socioeconômicas.

A falta de representatividade negra, nos espaços de poder, é um fator que contribui fortemente para manter essa população na base da pirâmide social, com

os piores postos de trabalho; a média salarial mais baixa; e vivendo sob as condições mais vulneráveis, no que se refere à saúde, segurança e educação.

Então, apontar a necessidade do aumento da representação dos negros e negras nos poderes executivo, legislativo e judiciário e também nos demais espaços de poder, deve superar a afirmação casual e se converter em ações concretas.

O PSB, por meio do órgão de representação da Negritude Socialista Brasileira, reconhece a necessidade da mudança. Trata-se de avaliar possibilidades e inserir nos espaços de poder todas as representações de segmentos partidários.

No último pleito eleitoral, apenas 4% dos eleitos eram negros. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), das 1.626 vagas para deputados distritais, estaduais, federais e senadores, apenas 65 vagas foram preenchidas por candidatos autodeclarados negros. São apenas três senadores, 21 deputados federais e 39 deputados estaduais, distribuídos em 26 unidades da federação. Quando se observa o cenário geral, esse incremento é muito restrito, notadamente, nas assembleias legislativas e para os cargos do executivo.

Em contraposição às práticas ocorridas nos Estados Unidos, França e Inglaterra, no Brasil, tributa-se mais o consumo do que a renda e o patrimônio. Quem ganha menos consome tudo o que recebe. Estudo do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) vai além, destrinchando essas injustiças fiscais também por raça/cor e gênero. Ao fazer um recorte de gênero, na estrutura do sistema tributário vigente, percebe-se facilmente que são as mulheres negras pobres que mais pagam impostos e as que recebem os menores salários.

Portanto, reconhecer a crise que acomete a democracia representativa é o primeiro passo para identificar a profundidade das injustiças que se materializam na representatividade dos negros, nos espaços de poder no País. A luta para a superação dessa crise, na qual o PSB é combatente de primeira hora, soma-se a outra mais antiga, que é o combate a todas as formas de discriminação que violaram, por séculos, os direitos da população negra no Brasil.

SEGURIDADE SOCIAL

O conteúdo desta seção corresponde ao item denominado A Seguridade Social é Instrumento da Redução da Desigualdade constante da Introdução ao Programa.

IDOSOS, UMA NOVA REALIDADE

O envelhecimento populacional e suas consequências para a vida das pessoas é um dos principais desafios que as nações desenvolvidas e em desenvolvimento têm encontrado já neste início do Século XXI, incluído aí, também, o Brasil. Os fatores que têm provocado esse envelhecimento são diversos e conhecidos e têm sido tratados com bastante cuidado por organismos internacionais, como a Organização Mundial da Saúde (OMS).

No Brasil, a expectativa de vida passou de 50 para quase 80 anos, em pouco mais de seis décadas, em contraponto com o decréscimo da taxa de fecundidade, que evoluiu de seis filhos por mulher em idade fértil, em 1960, para menos de dois, nos dias atuais. Segundo o IBGE, proporcionalmente, o Brasil já tem mais idosos do que jovens. A população brasileira com 60 anos ou mais é superior a 31 milhões de pessoas e está concentrada nos centros urbanos das grandes cidades.

Até 2030, o Brasil será um "país idoso", situação que decorre quando a população acima dos 60 anos supera a de jovens até 15 anos de idade. Um pouco mais adiante, em 2050, estima-se que esse contingente alcance 68 milhões de pessoas. Em temos comparativos, equivaleria à atual população da França.

O fator populacional deve exercer impacto direto na previdência social. O Brasil tem 20,3 milhões de aposentados e mais de 65% recebem um salário mínimo. Os aposentados do Regime Geral da Previdência são os únicos brasileiros que tem renda compulsória vitalícia. Na atualidade, estima-se que mais de dez milhões de brasileiros dependem da renda familiar auferida pelas aposentadorias. Mesmo aposentados, 21% deles ainda trabalham, uma vez que a renda é insuficiente para cobrir os custos do orçamento doméstico. A oferta de emprego para essa faixa etária é praticamente nula.

As aposentadorias movimentam um volume significativo de empréstimos consignados. Esse mecanismo de crédito tornou-se um dos expedientes mais disputados pelos bancos, uma vez que a inadimplência é baixa ou quase nula. O tempo médio de vínculo de um aposentado com esse tipo de crédito varia de banco para banco, mas, em alguns casos, é superior a 15 anos. O crédito a juros baixos tornou-se uma armadilha para o endividamento sistemático dos aposentados e esse expediente agrava-se pelo fato de que milhões deles ainda são a principal fonte de renda da família.

A exclusão social e familiar do idoso é outro fator alarmante e detonador de doenças crônicas, como depressão, hipertensão, ansiedade, síndrome do pânico, inanição, entre outras, que podem levar à morte. O abandono e o suicídio de

idosos é um fato cada vez mais comum, em muitas metrópoles do planeta, e está se tornando realidade também aqui no Brasil.

As desigualdades sociais existentes na sociedade brasileira refletem-se mais severamente entre os idosos. Essa população é vítima de uma série de exclusões, cujas origens se agravam pelo fator idade, uma vez que está há mais tempo exposta a essas vicissitudes. Essas marcas podem ser identificadas como camadas que vão se acumulando. A falta de assistência à saúde, que agrava o diabetes, o colesterol, a pressão alta; a educação precária, que exclui os idosos do acesso às novas tecnologias; os filhos e netos, que, também vítimas das exclusões, não os acolhem. Enfim, às debilidades históricas da rede de proteção e acolhimento a esses idosos se somam os elementos das novas exclusões, notadamente as que envolvem as tecnologias digitais.

Ainda que a internet tenha como usuários somente um terço da população idosa, o acesso às modernas tecnologias também exige cuidados, pois têm sido muito frequentes os chamados "crimes cibernéticos" cometidos contra os idosos. Os crimes envolvem violação da intimidade sexual, clonagem de celulares, invasão de privacidade através de dispositivos de mensagens. Os usuários sêniores são suscetíveis a *fake news* e mensagens dúbias.

Embora exista um marco legal e políticas públicas destinadas aos idosos, faltam-lhes organicidade e sentido de sistema federativo. Pode-se afirmar que, na atualidade, não existem instrumentos e ferramentas adequados para que compreendam e enfrentem os problemas no território nacional. Adicionalmente, o governo atual tem demonstrado desprezo por essa faixa populacional, uma vez que não se identificam políticas consistentes destinadas ao atendimento das necessidades e demandas da população idosa.

A organização de estratégias visando ao enfrentamento das debilidades que atormentam a vida de milhões de idosos, além de necessária, é urgente. É fundamental o envolvimento e a sensibilização da sociedade civil, visando à construção de uma efetiva política pública de garantia, atenção e promoção dos direitos dos idosos. Registre-se o trabalho da Comissão do Idoso, da Câmara dos Deputados, que vem promovendo encontros e debates para chamar a atenção da sociedade, dos governos e do legislativo sobre a urgência dessa pauta.

Ressalte-se que um dos instrumentos importantes para implementação de programas e políticas públicas para o idoso são os Conselhos (nacional, estaduais e municipais), que devem ser estimulados e multiplicados por todo o Brasil; igualmente, a criação dos Fundos do Idoso, mecanismos que permitem aos Estados e Municípios captarem recursos incentivados e previstos na Lei do Idoso (Lei 10.741, de 10/2003) o que permitiria investir em projetos de interesse da comunidade.

No plano mais complexo das políticas públicas, é fundamental que as casas legislativas criem ou tornem proativas as Comissões de Defesa do Idoso, tendo em vista que a realidade difere por região, estado e cidade. O Estatuto do Idoso (Lei 10.741, de 10/2003) inclui todos os direitos dessa população, que precisam ser cumpridos e modernizados à luz da nova realidade do País.

SEGURANÇA PÚBLICA

Breve Contextualização

As questões relacionadas à segurança pública e violência passam a compor, de forma mais sistemática, a agenda política do País, no final dos anos 1990. Com o aumento da criminalidade urbana, o debate ganha novas proporções e, paulatinamente, deixa de ser tema afeto tão somente às corporações policiais.

Como consequência, a pauta passa a ter contornos nacionais, com diversas tentativas de implementação de um plano nacional de segurança que fosse além do brevíssimo traçado constitucional sobre a área. Na segurança, a Constituição restringe-se a enumerar órgãos policiais e suas respectivas competências, ficando anos-luz de distância dos sistemas estabelecidos para outras áreas fundamentais de atuação governamental, como a saúde, educação e assistência. Esse silêncio, aliás, é considerado uma das causas do cenário atual da segurança, já que não se tem claramente estabelecido um desenho organizacional e, muito menos, um sistema de governança da área.

O aumento da criminalidade violenta e a estruturação e o fortalecimento do crime organizado e das facções prisionais, fazem com que a segurança pública seja uma das preocupações atuais dos brasileiros. Diversas pesquisas apontam esse tema como um dos principais problemas do dia a dia das pessoas. Além disso, os impactos são cada vez mais sentidos na economia: os custos da violência chegam a cerca de 5,4% do PIB; a indústria já gasta mais com segurança do que com pesquisa e desenvolvimento; a questão dos índices criminais afeta o turismo e o investimento em determinadas áreas.

Se, do ponto de vista objetivo, as grandes questões atuais da segurança dizem respeito à criminalidade violenta, ao crime organizado, ao caos do sistema penitenciário e a um modelo organizacional disfuncional, o pano de fundo da área diz respeito à necessidade de se (re)pensar a política criminal que queremos para o país.

As velhas propostas do Congresso Nacional, que se restringem à tipificação de novos crimes, ao aumento das penas e endurecimento do regime de seu cumprimento, têm se mostrado não somente ineficazes, mas agravantes dos problemas. No cenário político mais amplo, há claras dificuldades em se conjugar medidas preventivas e repressivas e em acabar com o falso antagonismo entre segurança pública e direitos humanos.

Apesar de todas as dificuldades surgidas nessa área, o PSB conta com um legado de experiências de sucesso em segurança pública e controle da violência nas (a partir) gestões de Pernambuco (Pacto pela Vida), do Espírito Santo, da Paraíba e do Distrito Federal. Não há nenhum outro partido no País que tenha, atualmente, esse conjunto de resultados, com potencial para se transformar em um ativo eleitoral importante num cenário em que o tema vem cada vez mais pautando as eleições. O que foi feito nesses Estados deve ser mais bem compreendido e internalizado pelo partido: é fundamental identificar os fatores de sucesso dessas experiências e transformá-los em aprendizados que sustentem a modelagem de uma nova concertação federativa para a área. A prática nas gestões estaduais mostrou que é possível inovar na gestão e desenhar políticas de segurança comprometidas com a redução da violência em um cenário de respeito a direitos.

Pensar novas estratégias para a redução da violência e promoção da segurança deve partir da proteção dos direitos humanos como valor fundamental, e, também, inovar na conjugação de políticas de prevenção, com programas e ações de repressão qualificada. Apropriar-se de temas mais técnicos; compreender e se relacionar com as polícias; lidar com iniciativas de repressão qualificada; e desenvolver políticas públicas estruturadas - em síntese, ampliar o repertório para além dos temas de proteção dos direitos humanos e implementação de políticas sociais -, é um desafio que não pode ser desprezado.

Segurança é Política Pública e como tal Deve ser Gerida

O desenvolvimento histórico da prestação do serviço de segurança, no Brasil, fez com que apenas recentemente a área fosse compreendida como um dos campos das políticas públicas. Apesar de alguns avanços, o Brasil ainda é marcado pela descontinuidade dos programas de segurança e pela falta de mecanismos de cooperação inter e intrafederativa. É preciso aprimorar a legislação e avançar na implementação do Sistema Único de Segurança Pública, o Susp.

Há que se desenvolver mecanismos de governança, inclusive orçamentária, para a área e aproveitar as experiências de gestão por resultados que deram resultado, como as implementadas nos governos do PSB, que se utilizam de mecanismos de gestão sofisticados mas de implantação relativamente simples, como o estabelecimento de objetivos e prioridades específicos; a definição de

metas baseadas em indicadores de desempenho; a especificação de planos de ação em função de áreas territoriais integradas; e o fortalecimento da produção das estatísticas e análise criminal.

Não é possível que, em pleno Século XXI, ainda não existam estatísticas criminais e penitenciárias nacionais confiáveis e com produção uniforme e periódica. Não é razoável, também, que não tenhamos mecanismos claros de financiamento das políticas de segurança e o desempenho da área siga sujeito aos graves contingenciamentos que impossibilitam a continuidade de programas e ações. O modelo do SUS é um ponto de partida relevante para a estruturação de um modelo de governança da segurança pública.

O estímulo à cultura de monitoramento e avaliação das políticas, programas e ações da segurança deve ser contínuo e contar com mecanismos efetivos de participação social.

Pontos Elementares para uma Estratégia na Segurança Pública

- Atuar na redução da violência e na promoção da segurança com base em evidências científicas implica assumir a necessidade do protagonismo de políticas de prevenção, voltadas ao desenvolvimento social, à promoção de oportunidades de trabalho e renda; do acesso à educação, cultura, saúde e ao lazer.

- Especialmente no que diz respeito à juventude, não há como desvincular o acesso ao emprego e à educação, das políticas de segurança. Se não faz sentido "securitizar" as políticas sociais, que têm seus próprios princípios informadores e não devem ser pautadas pelo olhar da prevenção criminal, sob outra perspectiva, é necessário que dialoguem com esse tema, especialmente no que diz respeito à definição de focos territoriais e públicos-alvo, especialmente no que concerne às ações de prevenção secundária e terciária. Esses aspectos da prevenção, inclusive, se apresentam hoje como um desafio no País: se priorizar ações preventivas já não vem sendo feito, menos ainda a implementação de políticas estruturadas de prevenção secundária e terciária, que operem com foco em pessoas e grupos de risco, ou que busquem evitar a reincidência e a revitimização.

- Se o repertório de políticas sociais é farto, porém, há que se somar a ele uma nova gramática, baseada no conceito da repressão qualificada, que minimize as táticas tradicionais de excesso de uso da força e prisão, e incorpore o fortalecimento da inteligência e da investigação, por exemplo. Ainda que se entenda o uso da força como uma prerrogativa do Estado, geralmente exercida pelas corporações policiais em situações-limite, é importante que sejam adotados, com clareza e publicidade, protocolos e doutrinas operacionais compatíveis com o respeito aos direitos humanos.

•Isso também vale para a pauta das prisões. O superencarceramento, que caracteriza o Brasil nas últimas duas décadas, é questão a ser enfrentada urgentemente. Além de desumano e cruel, o uso exacerbado das penas privativas de liberdade se comprovou ineficaz, caro e alimentador de dinâmicas criminais violentas. A prisão deve voltar ao seu lugar de *última ratio* e a utilização prioritária de medidas e penas alternativas, bem como de novas tecnologias, deve ser uma meta a ser perseguida. Não há como se pensar em qualquer processo de humanização dos cárceres no Brasil enquanto tivermos 70% a mais de pessoas encarceradas do que vagas existentes e seguirmos com uma média de 40% de presos provisórios.

• Se a política criminal do país precisa urgentemente de uma nova orientação, é importante, também, ter clareza sobre o papel da polícia no socialismo democrático. O que se espera da polícia – e dos profissionais de segurança – na construção de uma "sociedade civilizada, com homens e mulheres livres, vivendo uma democracia plena, com direitos sociais reconhecidos"?

• É fundamental rever a lógica da configuração e da atuação das forças policiais, fazendo com que atuem para o cidadão, como promotoras e garantidoras de direito, e não exclusivamente para o sistema de justiça, numa lógica exclusivamente punitiva. As polícias podem e devem assumir espaços importantes na prevenção e administração de conflitos.

• As tensões entre as forças policiais e os movimentos sociais precisam ser superadas. A necessidade de manutenção da ordem pública não pode ser pretexto para violações de direitos. É preciso reorientar a atuação policial para a proteção e promoção de direitos, mas é também preciso que as forças de segurança se tornem menos herméticas, mais conhecidas e mais permeáveis ao controle social.

• O socialismo democrático precisa dialogar com os profissionais de segurança, compreendê-los como trabalhadores e sujeitos de direitos humanos. Não há como se pensar em uma polícia promotora e protetora de direitos humanos enquanto seus profissionais são violados cotidianamente por legislações e regulamentos disciplinares arcaicos, jornadas exaustivas, tensões e clima organizacional que fazem com que tenhamos índices altíssimos de adoecimento e suicídios nas corporações. É urgente a produção de um discurso que fale ao policial, que promova sua conscientização enquanto trabalhador e culmine na adoção de práticas efetivas de valorização profissional, com a revisão de carreiras, a criação de mecanismos de proteção à saúde biopsicossocial, a definição de jornadas de trabalho adequadas e a valorização salarial, por exemplo. É hora, também, de olhar com atenção a questão da mulher policial, que deve contar com estruturas físicas, armamento e equipamentos de proteção individual adequados, com mecanismos eficazes de combate ao assédio e com programas que incentivem seu desenvolvimento na carreira e a assunção de postos de comando e liderança.

• Medidas urgentes devem ser adotadas para a redução da letalidade e da vitimização policial, o Brasil não pode seguir como um dos países do mundo em que os profissionais de segurança mais matam e mais morrem. Reformulação dos processos de formação e treinamento, aquisição de equipamentos de proteção individual e coletivo e fortalecimento dos mecanismos de controle e revisão da atuação policial são iniciativas absolutamente necessárias para alterar esse cenário.

• A modernização do sistema policial implica encarar questões basais, como a bipartição do modelo policial no Brasil, que não favorece o trabalho integrado, os processos de ingresso e formação dos profissionais, a definição de padrões de atuação e o fortalecimento dos mecanismos de controle interno, externo e social da atividade policial.

• Outro ponto que assume cada vez mais importância, na configuração do cenário do crime e da violência no país, diz respeito ao crime organizado e às facções criminosas. Sem implementar mecanismos mais eficientes de articulação e coordenação interfederativa e sem fortalecer, dentro de um marco legal claro, a atividade de inteligência em segurança pública, seguiremos sujeitos à criminalidade organizada e suas intrincadas relações com o Estado e os poderes econômico e político.

• O controle do crime organizado e da criminalidade de massa, violenta ou não, demanda fortalecer a capacidade investigativa das forças policiais, no que se inclui a qualificação da produção da prova técnica, mas também implica adotar medidas que superem a frouxa articulação existente entre o sistema de segurança e o sistema de justiça criminal. Se não alterarmos a tipificação criminal como sendo a resposta padrão para condutas socialmente reprováveis, seguiremos com um sistema de justiça quase incapaz de processar e julgar os casos efetivamente graves e com esse cenário esquizofrênico em que temos, simultaneamente, altos índices de encarceramento e alta percepção de impunidade no País.

REFORMA AGRÁRIA

Por uma Reforma Agrária que se Conecte ao Brasil do Futuro

A reforma agrária, presente na história da imensa maioria dos países capitalistas, ainda está, em sentido estrito, por se realizar no Brasil. Esse atraso histórico requer, no entanto, que o tema seja pensado em termos contemporâneos, compreendendo as mudanças de larga escala que ocorreram na atividade agropecuária. Nesse sentido,

quais seriam os vetores de uma política de reforma agrária condizente com o Brasil do Século XXI?

O primeiro deles é atender a uma demanda emergencial de famílias pobres e envolvidas em conflitos fundiários. O segundo é fazer da reforma agrária um vetor de desenvolvimento, visto que várias regiões do Brasil interiorano apresentam baixo dinamismo e estão fortemente dependentes de transferências de receitas aos Municípios ou de renda às famílias pobres. O terceiro é favorecer a emergência de novas formas de uso dos recursos naturais, por meio da regularização fundiária e de uma política de valorização dos produtos da biodiversidade, ou de novas fontes de energia, especialmente importantes em certas áreas da Amazônia, das fronteiras dos Cerrados e do Semiárido do Nordeste, nas quais a expansão do modelo agropecuário brasileiro é inviável, sob os ângulos social e ambiental.

Essas três razões sugerem, então, que uma política de reforma agrária deve apoiar-se não na mera e simples distribuição de terras e na dotação de infraestrutura, mas em, ao menos, três modalidades de política fundiária, associadas com as demais políticas do governo federal (acesso a mercados, meio ambiente, ciência e tecnologia, entre outras), convertendo-se em uma política de desenvolvimento e ordenamento territorial, como segue.

REFORMA AGRÁRIA COMO UMA POLÍTICA EMERGENCIAL: Consiste na continuidade, melhorada, da atual política de assentamentos. Esse eixo da política fundiária buscaria atender às demandas imediatas de famílias sem-terra envolvidas em conflitos e ocupações. Seria preciso superar a dissociação que tem havido em termos de áreas, e explicitam os conflitos e os espaços hoje destinados para os assentamentos.

REFORMA AGRÁRIA COMO UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO: Consiste no planejamento estratégico de áreas reformadas. Esse eixo da política fundiária buscaria atender aos requisitos de dinamização econômica de regiões interioranas, para as quais o agronegócio não estabeleceu uma agricultura comercial pujante e os minifúndios são sufocados por uma estrutura agrária concentradora. Se não é possível reverter a concentração fundiária do País no atual contexto, isto pode ser feito em certos subespaços nacionais, diminuindo a dependência dessas regiões de transferências de receita e renda.

Para que isso funcione, será preciso atuar em duas frentes: a reorganização fundiária, em si, e a criação de circuitos dinâmicos para conectar esses agricultores a mercados. Algo semelhante ao ao que já se tentou fazer com a política de produção de matérias-primas para o biodiesel, que continha incentivos para que as empresas de produção do óleo adquirissem os produtos da agricultura familiar.

REFORMA AGRÁRIA COMO UMA POLÍTICA DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL: Consiste em fazer da política fundiária um instrumento para o uso

sustentável dos recursos naturais, sobretudo naquelas regiões onde há maior fragilidade ambiental. A regularização da posse da terra, em alguns casos, e o incentivo econômico a atividades compatíveis com a sensibilidade ambiental dessas regiões pode funcionar como um freio à expansão predatória da agricultura e, sobretudo, da pecuária extensiva.

Nessas três propostas, a política fundiária precisa ser vista como uma política nova. Não se trata somente de criar uma nova camada de camponeses, ou agricultores familiares, mas de fazer dos beneficiários da reforma agrária agentes de uma nova economia, conectada a mercados dinâmicos e produzindo alimentos; e, em alguns casos, bens de exportação e inovações. Para que isso seja possível, será preciso introduzir mudanças nos marcos legais e nas institucionalidades que se encarregam da política de reforma agrária, como indicado a seguir.

1. Revisão dos marcos legais.

2. Rever a forma de cálculo dos índices de produtividade, para saber se determinada propriedade pode ou não ser considerada produtiva e, em caso negativo, tornar-se objeto de desapropriação, por não cumprir sua função social como previsto pelo Estatuto da Terra e pela Constituição e, posteriormente, regulamentado pela Lei Agrária de 1993.

3. Unificação em Cadastro Nacional de Imóveis Rurais, pois, sem isso, não se pode discriminar positivamente os diferentes estabelecimentos e as respectivas formas de propriedade fundiária, algo vital para a definição das contrapartidas socioambientais a serem cobradas de cada segmento.

4. Imposto Territorial Rural (ITR): Sua função fiscal é falha e não serve de indutor de modernização da estrutura agrária. Sabe-se que há, no País, inúmeros estabelecimentos que não pagam esse imposto ou pagam valores irrisórios. Um levantamento da situação real de incidência dessa tributação deve servir para revelar o privilégio que grandes latifúndios têm recebido, numa espécie de contrapartida social às avessas.

5. Desenvolvimento de novas institucionalidades.

6. Estatuto do Brasil Rural e uma Lei de Responsabilidade Socioambiental.

No Brasil, o amplo universo de Municípios com população inferior a vinte mil habitantes encontra-se em um vácuo de legislação que disponha sobre as diferentes políticas públicas, em especial aquelas de atribuição direta do Município, como ordenamento territorial, saneamento básico, tributação de IPTU e ITU, além daquelas que realiza com os Estados, como educação e saúde.

Na política de ordenamento territorial, por exemplo, para os Municípios com mais de 20 mil habitantes, o Estatuto das Cidades coloca uma série de diretrizes

e normatizações, mas, para os que estão abaixo desse limite, simplesmente não há marco legal que regule a atuação do poder público para essa política. O único dispositivo semelhante que serve de orientação é o Estatuto da Terra, editado há mais de meio século.

A proposta de adoção de um marco legal – Estatuto do Brasil Rural -, concebido a partir de amplo e democrático pacto socioambiental, estabeleceria diretrizes e metas de médio e longo prazos acerca de um conjunto de indicadores sociais e ambientais que concretizassem um cenário desejado para o Brasil rural no intervalo de uma geração, garantindo as peculiaridades de regiões e Municípios brasileiros.

As metas propostas e seus respectivos indicadores socioambientais seriam cumpridos progressivamente, pelos Municípios, Estados e União, no que lhe couber, com implicações jurídicas para mandatários de cargos executivos, tal como hoje ocorre com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Reforma Agrária e Política Nacional de Transição a uma Economia Sustentável

O Brasil já dispõe de um conjunto de experiências localizadas, ou no âmbito de políticas públicas, que podem servir de referência a uma ampla mudança nas leis fiscais e nos meios de fomento, de forma a impulsionar a emergência de um forte segmento econômico alinhado com a sustentabilidade, no sentido amplo e forte, que envolve a obtenção de uma escala da atividade econômica compatível com a resiliência dos ecossistemas; a distribuição mais justa dos resultados dessa atividade econômica; e a necessária viabilidade desses empreendimentos, de forma a garantir sua durabilidade.

Essa política deveria abarcar alguns setores prioritariamente: energia (favorecendo a emergência de novas fontes e modelos de geração e distribuição de energia que permitam escapar ao fatalismo da superexploração dos recursos hídricos na Amazônia); biodiversidade (com a formação de um setor expressivo baseado em biotecnologias); turismo (com a indução de formas de aproveitamento econômico da paisagem e biodiversidade); reestruturação produtiva e de serviços (induzindo menor intensividade energética e de uso de materiais); e serviços ambientais (aperfeiçoando e ampliando as formas de remuneração pela prestação de serviços necessários ao bem-estar social).

Em todos esses setores, podem ser criados arranjos favoráveis à participação dos setores mais pobres da população, se forem implementados de modo vinculado às iniciativas da política de reforma agrária, com o objetivo principal de superar um dos principais obstáculos hoje enfrentados pelos assentamentos: a inserção em mercados de consumo, que permitam a geração de renda monetária para as famílias em meio rural.

REFORMA URBANA CRIATIVA

Cenário

A partir de meados do Século XX, o Brasil empreendeu sua transformação de país agrário e rural para urbano-industrial. A concentração, no meio urbano, dos principais interesses econômicos e da maior parte da força de trabalho, transformou as cidades – e o campo, por consequência. Paulatinamente, algumas cidades polarizaram interesses e atividades e cresceram em população.

Esse crescimento ocorreu sem planejamento urbano e em bases socialmente injustas, em relação às possibilidades de acesso a bens e serviços, gerando grupos muito distantes entre si, em relação à renda, escolaridade, às condições de moradia, mobilidade, acesso a lazer, etc. O País possui mais de seis dezenas de grandes aglomerados urbanos.

Quinze aglomerados urbanos destacam-se, apresentando características de tamanho, concentração de atividades econômicas e capacidade de interconexão próprias das metrópoles, que têm papel relevante na "econômica em rede", emergente com a globalização e a reestruturação produtiva. Em 2000, esses 15 aglomerados já detinham 39% da População Economicamente Ativa (PEA), 37% do total das Pessoas Ocupadas (PO) do Brasil, 43% das pessoas ocupadas na indústria de transformação.

Nos anos 1990 e 2000, os municípios-polo tiveram as menores taxas médias anuais de crescimento demográfico, em relação às periferias, porém, em números absolutos, a concentração demográfica nas grandes cidades é muito alta, gerando uma pressão de habitações precárias em áreas onde se concentram as camadas de maior renda. Essa situação gerou os fenômenos complementares:

- Autoisolamento de famílias e grupos mais abastados em bairros e condomínios da cidade;

- Segregação das famílias e grupos mais pobres, quer distanciando-os nas periferias, quer em guetos de sub-habitações;

- A falta de interação entre esses grupos gera forte empobrecimento relacional nas cidades, com tendência ao aumento de conflitos e ao abandono dos espaços e coisas públicas, incluindo o exercício da política.

Os anos dos Governos Lula e Dilma, por sua vez, caracterizam-se pelo modelo de inclusão social pelo consumo, de matriz sindical. Os projetos foram desenhados para acolher demandas sociais relevantes, como acesso a moradia,

por meio de subsídios ao setor privado, reiterando o valor privado da terra e dos imóveis, o poder da indústria automobilística, a matriz rodoviária, o uso de energias fósseis etc.

Esse modelo instalou-se com um aparato governamental segmentado por setores. Foi criado o Ministério das Cidades, para articulação, e por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), promovida a agregação de uma série de projetos, em princípio, de interesse da Reforma Urbana, porém igualmente fragmentados, na concepção e na prática. A Política de Habitação foi desenhada e implementada, nesse período, como elemento de dinamização econômica, considerando, inclusive, a possibilidade de gerar empregos num ambiente de crise.

O financiamento às construtoras, de forma desarticulada com as políticas territoriais urbanas locais e com a metropolização, alimentou com subsídios públicos o valor privado da terra e dos imóveis, reforçando a especulação imobiliária. A Política de Saneamento teve desempenho pífio, durante o período, não alcançando as metas do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab). A Política de Mobilidade também foi direcionada pela questão econômica, com visão tradicional:

- Forte incentivo à aquisição de veículos automotores resultou em alta taxa de motorização e a colocação, nas ruas das cidades e estradas intermunicipais, de milhões de veículos motorizados;

- Queda no uso de transporte público, de 68% para 51% do total de viagens motorizadas e aumento no uso do automóvel de 32% para 49%, de 1977 para 2005 (IPEA);

- Mobilização crescente de recursos destinados a melhorar a malha viária para fazer face ao aumento das viagens motorizadas e não para transformar o modelo de mobilidade;

- Desconsideração das consequências do aumento dos veículos automotores: congestionamentos, demandas por ampliação da malha rodoviária, alto consumo de energia fóssil, poluição gerada e consequências para o ambiente e a saúde humana.

Elementos Críticos do Processo de Urbanização

A urbanização brasileira deu-se, como regra, no contexto de um processo caótico, com baixo planejamento, em grande medida destinado a acolher a população que aflui do campo por levas de expulsão decorrente da concentração agrária, em parte pela pobreza endêmica observada em vários territórios do país.

Este processo teve por características:

- Desenvolvimento Urbano marcado pela dinâmica do capital, com modelo de expansão urbana direcionado pela retenção especulativa nas áreas periféricas das cidades;

- Crescimento demográfico metropolitano comandado pelas periferias, com projetos habitacionais que não levaram em conta o planejamento estratégico de recursos e do território;

- Modelo de mobilidade definido pela matriz rodoviária e relativo desprezo pelo investimento em transporte coletivo;

- Organização socioespacial caracterizada, por um lado, pelo isolamento das pessoas, cuja ocupação exige baixa qualificação, e das pessoas cuja ocupação exige alta qualificação e, por outro, pela baixa interação entre esses dois grupos;

- Déficit habitacional elevado, com porção significativa da população vivendo em favelas, e observado que 60% das favelas e cortiços concentram-se na Região Sudeste;

- Uma fração equivalente a 40% da população brasileira não tem saneamento adequado – nas cidades-polo, embora os indicadores de saneamento sejam superiores à média, os bolsões de favelas e cortiços não têm saneamento adequado;

- O transporte rodoviário é responsável por 75% das emissões de gases de efeito estufa e mais de 36% correspondem ao transporte urbano;

- Alto consumo e fortes conflitos por recursos naturais, como a água;

- A desigualdade expressa no IDHM é pior nas Regiões Norte e Nordeste.

Propostas de Ação

Para superar o contexto e as características com que se processou a urbanização no Brasil e colocar esse processo a favor das populações mais pobres e de um projeto civilizatório mínimo, é preciso abrir algumas frentes de luta, dentre as quais se destacam as que seguem.

- A reforma urbana deve, obrigatoriamente, ser concebida de modo transversal, estruturada por meio de um projeto que interponha holisticamente diversas políticas públicas, articuladas pelas três esferas de governo (União, Estados e Município) e a sociedade; de infraestrutura (água, esgoto, mobilidade), saúde, educação, segurança pública, cultura, esporte, lazer e recreação) e atividades econômicas.

Especial atenção deve ser dedicada na geração de programa destinado à juventude, visando, além de sua formação regular, a profissionalização;

- Criação de distritos criativos voltados para atividades econômicas, culturais e tecnológicas, como criação de *softwares*, arquitetura, móveis, artesanato, moda, audiovisual, em áreas degradadas dos centros urbanos;

- Quebrar a dinâmica da espoliação urbana, recuperando a capacidade do poder público em sobrepor os interesses coletivos aos interesses privados, garantindo e viabilizando a realização da função social da propriedade;

- Gerar um modelo de Reforma Urbana consistente com a função social da propriedade e com um modelo de inclusão social sustentável, que considere o fenômeno da metropolização, de modo a alcançar o desenvolvimento urbano sustentável para todas as cidades e o desenvolvimento urbano metropolitano sustentável;

- Desfragmentar as políticas públicas setoriais, de forma que concebam os espaços urbanos em sua amplitude e complexidade, desenvolvendo planos e projetos flexíveis e compatíveis com a diversidade de situações da federação;

- Avançar de pactos setoriais para pactos globais e regionais, incorporando o direito ao ambiente saudável na pauta da Reforma Urbana;

- Apoiar iniciativas de cidades compactas e saudáveis, como modelos complementares de desenvolvimento urbano, capazes de otimizar o uso das infraestruturas urbanas e promover a eficiência energética; o uso racional da água; a redução da poluição; o planejamento do uso do solo; a eficiência na mobilidade urbana; preservação de espaços públicos abertos e verdes, com prioridade a pedestres, ciclistas, transportes públicos; preservação de monumentos e lugares significativos para as populações;

- Promover o desenvolvimento sustentável e fazer investimentos e uso criativo das novas fontes de energia nos transportes e na iluminação pública;

- Estabelecimento de conexões entre o público e o privado nos níveis local e global, assegurando uma participação democrática nas soluções para problemas, ou antecipação de oportunidades nas áreas de inovação tecnológica, social e cultural.

Uma política de Reforma Urbana consistente, antenada com as ações antes indicadas, é fundamental, nos marcos de um projeto civilizatório, como o que o PSB vai propor ao Brasil, no contexto de sua Autorreforma. Afinal de contas, o País tem índice de urbanização que já supera os 85%, o que significa dizer que o bem-estar geral da sociedade depende do adequado equacionamento da questão urbana.

EIXO TEMÁTICO IV

ECONOMIA: PROSPERIDADE, IGUALDADE E SUSTENTABILIDADE

O PSB entende que a economia não deve ser um fim em si mesmo, mas servir à vida das pessoas, na busca permanente da igualdade e preservação da natureza, sem abrir mão da ideia do desenvolvimento sustentável.

Num país como o Brasil, a economia precisa encontrar fórmulas de corresponder ao imenso potencial de riquezas e ativos competitivos que nos diferenciam da maioria das Nações. Qual país do mundo dispõe, no seu território, de uma biodiversidade tão vasta, como a da Amazônia, do Cerrado, Pampa, Pantanal, da Mata Atlântica e Marinha? Já somos uma potência alimentar e, graças à tecnologia desenvolvida principalmente pela Embrapa, poderemos crescer muito mais, nessa área. Temos a possibilidade real de nos transformar também em uma potência energética, com a combinação de nossos recursos hídricos, eólicos e solar. E, naquilo que provavelmente dividirá o planeta, a água, disputamos com o maior manancial. Além disso, conta com um enorme mercado consumidor, no valor de R$ 4,4 trilhões, embora marcado por visível desigualdade social entre os seus 210 milhões de habitantes.

Consequentemente, na perspectiva do socialismo democrático, as principais metas econômicas da sociedade humana devem se relacionar à redução da desigualdade que se manifesta no País, nas regiões, e nas classes sociais, em relação

aos negros e mulheres, principalmente. Os níveis e as formas da desigualdade se entrecruzam, se sobrepõem e se retroalimentam.

E as desigualdades ameaçam se ampliar, na nova era da economia do conhecimento, na medida em que o avanço tecnológico reduz o trabalho manual e, por conseguinte, o número de trabalhadores, aumentando o desemprego, o principal flagelo do moderno capitalismo.

O projeto do socialismo democrático deve compreender, necessariamente, políticas públicas que promovam o crescimento e a prosperidade e, ao mesmo tempo, o acesso equitativo aos frutos do desenvolvimento, reduzindo a desigualdade na distribuição de riqueza e renda, que caracterizam historicamente o Brasil.

Evidentemente, essas metas só podem ser alcançadas se houver políticas públicas que promovam o crescimento econômico, para amparar processos distributivos de renda e riqueza, propiciando ainda o aumento do emprego, cuja qualidade é tão importante quanto o aspecto quantitativo. Em termos ideais, a oferta de empregos qualificados precisa crescer de forma expressiva, o que permitirá ocupar uma mão de obra melhor preparada do ponto de vista técnico e capaz de aproveitar as oportunidades geradas pela economia do conhecimento.

O socialismo democrático recusa o dogma liberal, que afirma que o funcionamento dos mercados produziria por si só o máximo bem-estar a que a sociedade humana poderia aspirar. As evidências indicam justamente o contrário, ou seja, que a doutrina liberal tem falhado, recorrentemente, na conciliação da produção de riqueza com a diminuição da desigualdade. O mercado é muito eficiente para produzir riqueza, entretanto, ineficiente para distribuí-la, ao contrário, tende a concentrá-la.

Só com políticas púbicas, econômicas e sociais, que promovam o crescimento econômico e propiciem melhor distribuição de renda, será possível alcançar uma verdadeira prosperidade, ou seja, uma melhoria real de vida, beneficiando a todos.

Além da justiça social e, em termos estritamente econômicos, uma melhor distribuição de renda, ampliará o mercado e fará a roda da economia girar, beneficiando a todos de forma equânime.

Por isso, o Estado de direito democrático deverá exercer plenamente seu dever, não se submetendo ao mercado caracterizado pelo predominância do sistema financeiro. Deve assegurar, sim, a segurança jurídica, a previsibilidade baseada em normas claras e equânimes e a desburocratização.

Nesse cenário, a reconfiguração das políticas econômicas e a sua harmonização com as políticas sociais têm uma importância política que não se pode minorar, uma vez que os fenômenos da intolerância, da polarização política, da reemergência da

extrema direita estão estreitamente vinculados à forma como têm sido superadas as grandes crises sistêmicas do capitalismo, que, a partir da década de 1970, revelam um padrão que se prolonga até os nossos dias[11].

Essas crises, além de impor, à maioria da população, o custo da recomposição da economia - por meio da adoção de políticas fiscais que desoneraram os mais ricos, de programas radicais de privatização, além da imposição da lógica do "muito grande para falir/quebrar" - ocorrem em meio à emergência de um vigoroso processo de financeirização do capital, que se associou a uma globalização excludente, da qual tem se beneficiado sobretudo os mais ricos.

Para os mais pobres, sobrou, do processo de globalização, a mudança radical do padrão dos empregos, o aumento da informalidade, a incerteza da aposentadoria e um sistema de proteção social que se torna cada vez mais limitado, comparativamente ao período que vai do imediato pós-Segunda Guerra Mundial, até 1975 - que um historiador do peso de Eric Hobsbawm chamou de "a era de ouro do capitalismo".

Para superar esse cenário de desesperança e tensões sociais que implicam o Brasil e o mundo, é fundamental que se efetive a articulação virtuosa entre as políticas governamentais e a atividade econômica das entidades privadas, estratégia que estará na base do projeto nacional de desenvolvimento que o PSB apresentará ao País.

Com esse propósito, é necessário que a política recupere sua precedência - na qualidade de atividade e instância de pactuação ativa de direitos e deveres, dos objetivos e metas da sociedade - sobre os interesses e conveniências do "mercado", que têm orientado as políticas econômicas e minado as políticas sociais.

Do ponto de vista prático, ou seja, para fins de execução das políticas públicas, o PSB buscará encontrar um ponto de equilíbrio entre a atuação estatal e da iniciativa privada, entre as novas políticas econômicas e as novas políticas sociais. O que significa recusar a um só tempo as falsas promessas do Estado mínimo e o estatismo exacerbado que se exerceu, não raro, em benefício de corporações e grupos de interesse que tomam o aparelho de Estado, privatizando-o em detrimento das reais necessidades da população.

Entendemos que, diante da emergência das novas relações de produção geradas pelos novos modos de produzir e comercializar; das novas formas de comunicação digital; e também dos novos problemas econômicos e sociais decorrentes da novíssima era, torna-se ainda mais necessário o redesenho do Estado, ou seja, uma reforma do Estado que o torne capaz, inclusive, de conduzir o Brasil na sua inserção soberana no mundo globalizado.

O horizonte que o PSB vislumbra, ao propor um redesenho da atuação estatal e de suas relações com agentes da sociedade civil, é a emergência da economia

do conhecimento, ou a economia criativa, que produz ganhos expressivos na produtividade do trabalho e permite, igualmente, gerar tecnologias que possibilitam potencializar a economia.

Nos quadros do que propõe o PSB, não se tratará jamais, por exemplo, de distribuir renda e riqueza tomando da classe média porções de seu patrimônio, ou reduzindo seus rendimentos. A equação a ser produzida consiste, ao contrário, em continuar aumentando a produtividade da economia e melhorar, de forma expressiva, a qualidade de vida dos segmentos mais vulneráveis da população, ao criar mecanismos redistributivos apropriados a tal finalidade. O PSB entende que, para reduzir as desigualdades, é necessário tributar quem tem mais dinheiro, os muito ricos, os milionários. Tirar daqueles que ganham muito – os super ricos - e não deve ser feito às custas da classe média.

No fundamento dessa equação, encontra-se um Estado capaz de planejar no longo prazo, induzir investimentos públicos e privados em setores estratégicos, e atuar compatibilizando políticas econômicas e sociais, de forma a promover a justiça social. O projeto de desenvolvimento que o PSB pretende apresentar ao Brasil não envolve, consequentemente, prescrições contrárias à livre iniciativa - no sentido do estatismo que rondou algumas práticas socialistas, como a soviética.

Socialismo e liberdade são consignas que continuam presentes em nossas mentes e nossos corações. E, no plano econômico, isso se traduz em igualdade de oportunidades, em coibir a atuação de oligopólios, em respeito as novas fórmulas de propriedade privada, coletivas e cooperativadas, sem prejuízo das grandes empresas produtivas.

A tarefa a que o socialismo democrático se propõe consiste em preparar o País para uma etapa pós-capitalista, na qual sejam preservadas a criatividade, inventividade, eficiência e economicidade. A concorrência inerente a esses fatores devem contribuir para a superação de cenários de miséria ou de vulnerabilidade social, em um mundo no qual já predomina uma relativa abundância que ainda não alcança a sociedade como um todo, em função de um radicalismo economicista, para o qual a única realidade é o lucro.

Essas são algumas das premissas que, em nosso entendimento, devem balizar o Projeto de Desenvolvimento Nacional, cujo eixo central deverá conter a Inovação e a Economia Criativa, na medida em que nesses novos fatores estão incluídos a inovação tecnológica, que impacta todos os setores da economia como a própria indústria, a agricultura, o comércio, os serviços e a economia da cultura. Nesse Projeto de Desenvolvimento Nacional, a educação representa uma verdadeira pedra de toque. Não ingressaremos de corpo inteiro, na nova era do conhecimento, sem que sejamos capazes de produzir uma verdadeira revolução na educação.

Importante ressaltar que, no caso específico do Brasil, para que ocorra um processo de desenvolvimento consistente, é essencial planejar e implantar uma

verdadeira política industrial, algo que falta ao país há décadas. Nesse estágio de desenvolvimento do sistema capitalista, é fundamental articular os setores industriais clássicos aos aportes da economia do conhecimento, intensificando, de forma expressiva, os investimentos nas políticas de ciência, tecnologia e inovação, observada a necessidade de se produzir pesquisa aplicada.

A rigor, dado o atraso tecnológico relativo em que se encontra a indústria nacional, impõe-se construir uma nova lógica para a inovação, para que aproxime as instituições de ensino e pesquisa das empresas, cabendo a essas internalizar como elemento inerente a suas atividades o permanente desenvolvimento tecnológico de suas atividades, produtos e processos.

Cabe considerar, por fim, que, para se alcançar o tipo de prosperidade que o socialismo democrático almeja, é necessário regular especialmente os efeitos negativos da financeirização do capital e da globalização excludente inerentes a esse processo. A continuidade e intensificação progressiva desse processo levam à incompatibilidade entre financeirização, democracia, civilização e sustentabilidade ambiental, impulsionando desastrosos retrocessos em todas as frentes. Refreado o peso que esse fenômeno tem imposto às contas públicas, cabe desenvolver políticas no âmbito da economia real, conforme se indica a seguir.

MACROECONOMIA

Os Fundamentos da Gestão Macroeconômica no Brasil

A gestão macroeconômica brasileira, base de funcionamento do sistema econômico do País, está estruturada em três elementos que constituem o tripé macroeconômico, composto por câmbio flutuante (relacionado à oferta e procura de moedas internacionais, notadamente o dólar); meta de inflação (que estabelece bandas/parâmetros inflacionários a serem perseguidos pela autoridade monetária); e meta fiscal (com indicação de superávit primário por meio da adoção de parâmetros para os gastos governamentais).

Somam-se a esses princípios, a regra de ouro, prevista na Constituição Federal (artigo 167), na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), e na Emenda Constitucional nº 95/2016, também conhecida como Emenda do Teto de Gastos

A manutenção de tais regras tem encontrado franco apoio da mídia e de economistas de formação liberal, que defendem garantir a geração de caixa para pagamento de juros, amortizações e refinanciamento da dívida, mesmo que isso signifique sobrepor os interesses dos rentistas, aos da imensa maioria da população, que sofre com os cortes e contingenciamentos dos gastos públicos. Para não deixar margem a dúvidas, em 2018, mais da metade do orçamento executado (a rigor, 53,85%) foi destinado para cobertura dessas despesas[12].

Financeirização e Subordinação da Macroeconomia Nacional à Economia Global

Desde a década de 1970, um Estado nacional - os Estados Unidos - emite uma moeda fiduciária, em torno da qual o sistema/mundo gravita, sem que existam instituições multilaterais que regulem e disciplinem essa emissão.

Tal anomalia gera tensões e instabilidades permanentes, pois o espaço de soberania de um único Estado passou a ser de todo o planeta. Ocupando uma posição privilegiada nas relações com o mundo, os Estados Unidos acostumaram-se a viver muito acima dos seus próprios recursos. E, com o tempo, esse novo arranjo monetário incrementou o poder de agentes econômicos que vivem desconectados da economia real.

Por outro lado, o Brasil aprofundou sua condição de país periférico e de economia reflexa, que apenas responde e se adapta aos ciclos do sistema internacional. O País perdeu a capacidade de controlar o processo de desenvolvimento, pois a margem de manobra dos capitais voláteis ultrapassa amplamente o espaço da economia real. Criou-se um capitalismo administrador da especulação de dinheiro. À frente do sistema, não mais estão capitães de indústria, do comércio e da agricultura, mas gestores de ativos líquidos, que vivem imersos em um ambiente de competição predatória.

Nesse cenário, o ciclo da acumulação capitalista passa a ter como condição que os lucros sejam realizáveis em moeda estrangeira, cuja oferta é limitada e instável; ao que se associa altíssima rentabilidade à aversão pela incerteza no curto prazo.

Perda do Valor Relativo da Indústria

O tripé macroeconômico, por sua vez, foi incapaz de evitar a tendência à sobrevalorização crônica da taxa de câmbio observada nos últimos 20 anos e é uma das razões do processo de perda de competitividade da nossa indústria.

A série histórica que compara a participação da indústria no PIB, entre 1947 e 2018, revela que a participação atual do setor é a mais baixa, desde o início da série histórica (11,3%, índice inferior aos patamares de 1952).

Os incentivos (renúncias) fiscais concedidos pela União a setores da indústria constituem enormes despesas com baixo (ou nenhum) benefício para a produção e o trabalho, uma vez que os recursos beneficiam apenas a algumas empresas e seus acionistas. Para que se dimensione a escala do problema, para o ano de 2019, serão destinados mais de R$ 300 bilhões nesses incentivos, o que corresponde a mais de 4% do PIB brasileiro.

Visão Socialista do Modelo Macroeconômico

Embora mantendo o tripé macroeconômico, o Brasil precisa romper com a sua forma de gestão atual, que resultou na apropriação, pelos rentistas, de nada menos do que 53,85% do orçamento nacional executado em 2018, para pagamento de juros, amortizações e refinanciamento da dívida. Isso reduz drasticamente a capacidade de investimento do Estado em políticas e atividades que poderiam alterar positivamente o perfil da economia brasileira, como inovação, atividades de intensidade tecnológica, indústria 4.0, infraestrutura e, principalmente, no fortalecimento da educação e na formação e qualificação profissional, que possibilitaria uma inserção soberana nas cadeias de valor globais que compõem a atual economia do conhecimento.

O PSB defende, enfaticamente, que a forma de realizar essa mudança é por meio de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, que coloque os instrumentos macroeconômicos a serviço prioritário da produção, do trabalho e da redução das desigualdades sociais. Não há como enfrentar a desigualdade sem a remoção de barreiras estruturais dos pontos de vista político e econômico.

Elemento essencial para o desenvolvimento do Brasil, o Plano envolve a adoção de uma política de valorização do salário mínimo. Esse mecanismo demonstrou ser - de meados dos anos 2000 até recentemente -, antes da crise, poderosa alavanca para irrigar os mais diversos setores da economia. A organização de políticas de formação e qualificação da mão de obra, aliado à política industrial, é vital para tornar possível a geração de empregos qualificados. Ou seja, a adoção de uma política industrial precisa ser acompanhada por estratégias de incentivo à educação de qualidade e estímulos à pesquisa e ao desenvolvimento de ciência e tecnologia.

Para a retomada do crescimento econômico, é fundamental que o Estado desempenhe ativamente seu papel de condutor da economia e implementador de políticas anticíclicas. Esse papel pode e deve ser exercido de diversas maneiras.

O Banco Central do Brasil (Bacen), não pode atuar de forma autônoma das definições governamentais. A política monetária deve estar casada com as estratégias de desenvolvimento econômico nacionais. A autonomia do Bacen é nociva para o Projeto de Desenvolvimento Nacional. O Banco Central não pode permanecer capturado por interesses de banqueiros e rentistas. Como estratégia de mudança desse cenário é fundamental que o Conselho Monetário Nacional (CMN) passe por reformas. Sua missão e os mandatos dos seus integrantes devem ser previamente definidos, por meio de: i) exigência de senioridade para ocupação de funções; ii) vencido o mandato, estarão submetidos a longa quarentena; e iii) deve ser missão do CMN e do Bacen a incorporação de dois componentes estratégicos nas decisões: compromisso com o desenvolvimento da nação e a garantia e geração de trabalho, emprego e renda. Ou seja, o PSB defende vigorosamente a desprivatização do Banco Central e a condução da política monetária pelo Estado; isso implica a necessidade de se realizar uma cuidadosa e responsável auditoria da dívida pública.

Políticas fiscais ativas e contracíclicas, de exclusiva responsabilidade estatal, devem ser adotadas para o enfrentamento dos efeitos da recessão. Para tanto, é fundamental subordinar as regras de gestão fiscal em vigor aos interesses da maioria da sociedade. Isso não significa, em absoluto, negar (as regras fiscais), mas adequar a gestão do tripé macroeconômico à necessidade de retomada do crescimento.

O PSB defende também a adoção de um vigoroso programa de apoio à Economia Criativa como eixo central estratégico e estruturante na formulação de um verdadeiro projeto nacional de desenvolvimento sustentável onde, por exemplo, as indústrias agroflorestais sejam consideradas como importante diferencial competitivo do Brasil.

Adicionalmente às medidas sugeridas até agora, o PSB compreende que é importante considerar a necessidade de inclusão, na pauta do Projeto Nacional de Desenvolvimento, a adoção de mecanismos de renda básica universal, uma vez que, em função dos avanços tecnológicos, cada vez mais pessoas serão excluídas do ambiente formal das relações tradicionais de trabalho e emprego.

O PSB defende as seguintes medidas no campo macroeconômico, com vistas a uma sociedade progressista:

- Subordinar as regras da gestão fiscal (câmbio flutuante, meta de inflação, meta fiscal e regra de ouro) à garantia do emprego e da renda, da soberania nacional e dos investimentos públicos como estratégia de desenvolvimento nacional;

- Adoção da diretriz de luta pela redução das desigualdades sociais como objetivo da gestão política macroeconômica;

- Desprivatização do Banco Central do Brasil;

- Projeto de Desenvolvimento Nacional contendo eixos estratégicos, objetivos, metas, programas e projetos a serem executados em curto, médio e longo prazos;

- Necessário também realizar cuidadosa e responsável auditoria da dívida pública;

- Adoção de políticas de valorização do salário mínimo;

- Revogação da Emenda Constitucional 95, Teto de Gastos;

- Realização de profunda revisão dos mecanismos de concessão de incentivos (renúncias) fiscais concedidos pelo Governo da União, subordinando-os à garantia de geração de emprego, renda e inovação, como meio de desenvolvimento dos setores estratégicos para a nação;

- Adoção de modelo de gastos sociais per capita, respeitando os mínimos constitucionais, subordinado a metas de gastos, investimento, cobertura, qualidade e produtividade na prestação dos serviços públicos;

- Adoção de Reforma Tributária que privilegie a progressividade (menos impostos para os mais pobres e a produção) e ampliação dos tributos para os mais ricos (sobre a renda, lucros e dividendos, patrimônio e grandes fortunas / heranças);

- Adoção de programa de apoio à Economia Criativa como eixo estruturante de um Projeto Nacional de Desenvolvimento;

- Adoção de mecanismos de renda básica universal.

INOVAÇÃO E ECONOMIA CRIATIVA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, em qualquer variante teórica, tem, na tecnologia, um ponto de inflexão. A revolução tecnológica dos últimos anos está resultando numa nova era, em que as relações econômicas estão sofrendo profundas transformações. Os ciclos de inovação aceleram-se de forma mais radical e muito mais rápida do que na primeira, na segunda e na terceira Revolução Industrial.

A geração de valor não é mais, predominantemente, determinada pelos bens de investimento de capital fixo. O que gera valor, hoje, não é somente a produção física de um computador, por exemplo, mas tudo o que tem embutido nele de tecnologia, *design*, logística, *software*, capital humano, marca. Uma fábrica de celulares, certamente, vale menos do que a marca da Apple.

Reduzem-se, também, ou simplesmente desaparecem, as fronteiras entre indústrias e serviços e, até mesmo, entre os setores primário, secundário e terciário da economia. E é nos serviços que estão as esperanças do emprego.

Surge, portanto, um novo paradigma de desenvolvimento. E também uma nova sociedade, marcada por mudanças rápidas, como as que operaram na comunicação digital predominante até o final do século XX, e passaram para a intercomunicação individual do começo do século XXI. Uma "sociedade em rede" como diz o sociólogo espanhol Manuel Castells. Já estamos nessa sociedade, pelo lado do consumo. Precisaríamos estar pelo lado da produção.

Nesse cenário global, o Brasil vive o momento histórico de esgotamento do seu modelo socioeconômico e político, que caracterizou a segunda revolução industrial e deixou gargalos que não serão fechados com a simples "reindustrialização".

O crescimento muito baixo, ou mesmo inexistente, do PIB brasileiro, nos últimos anos, a persistente perda de participação industrial nesse PIB; o crescimento do desemprego; e a ausência de um projeto claro e consistente de desenvolvimento nacional, caracterizam uma crise estrutural com ingredientes políticos e sociais diversos: violência, corrupção, conflitos institucionais e uma negação da atividade política.

Mais do que nunca, é necessário incorporar elementos novos, estruturantes e de longo prazo, às propostas econômicas e sociais para a crise do capitalismo no Brasil. Um salto criativo e revolucionário em direção ao novo paradigma da era do conhecimento.

Tomada como eixo estratégico de desenvolvimento, o dual Inovação e Economia Criativa pode pavimentar mais rapidamente o caminho do Brasil para a modernidade. Adotada de forma diferenciada em países como Inglaterra, Austrália, Suécia, Portugal e China, e tendo os seus produtos economicamente mais significativos, como *softwares*, *design* de produtos e processos, pesquisa científica e tecnológica, música, filmes, livros, games, turismo, entretenimento, tomado à frente das exportações nos EUA, a Inovação e Economia Criativa podem e devem se constituir em alternativa de desenvolvimento no Brasil.

Renascimento Criativo da Indústria e Competitividade

A adoção da Inovação e Economia Criativa como eixo estratégico do desenvolvimento não implica, obviamente, a eliminação de outros setores essenciais,

como a indústria de transformação, geração de energia, infraestrutura de transporte, agricultura e os serviços financeiros. Até porque a Inovação e Economia Criativa estão presentes, ou deveriam estar, em todos esses setores, através do *design*, dos *softwares* e da inovação tecnológica.

A inovação e a criatividade são, aliás, o DNA da nova economia do mundo e representam a possibilidade real de um renascimento criativo da indústria, agricultura, do comércio e dos serviços, em novas estruturas tecnologicamente atualizadas no Brasil.

E o que se denomina "desindustrialização" corresponde, na verdade, à perda de peso relativo da indústria manufatureira no conjunto da economia em que os serviços comuns e especializados cresceram; o comércio se transformou; e o agronegócio alcançou índice de maior produtividade. O fato é que não deixamos de produzir mais carros, geladeiras e sapatos, mas essa produção perdeu valor relativo.

A perda de competitividade industrial do Brasil coincide com o advento da 4ª revolução industrial: em 1990, ocupávamos a 26ª posição no *ranking* de competitividade, entre 150 países, e em 2017 passamos para a 35ª posição. No mesmo ano de 2017, passamos a ocupar a 87ª posição nas exportações de produtos manufaturados, demostrando, assim, o processo de reprimarização da nossa pauta exportadora, na qual se destacam commodities como minérios e grãos.

Assim, em lugar de uma reindustrialização, propomos um renascimento criativo da nossa indústria, com a modernização tecnológica de nosso parque industrial, a agregação a essa indústria de serviços hoje inseparáveis de alguns produtos industriais; os investimentos em ciência e tecnologia; a elevação do nível educacional dos trabalhadores brasileiros; e a articulação de nossas indústrias com os novos modelos de comercialização. Devemos, inclusive, considerar alguns complexos industriais e de serviços já existentes que podem ser fortemente potencializados nas áreas da saúde, defesa, do agronegócio, petróleo e gás, bem como nas áreas de informação e comunicação. E assegurar prioridade para as indústrias agroflorestais, como uma vantagem competitiva do Brasil.

Claro que um ambiente competitivo para nossas indústrias não pode deixar de considerar os fatores macroeconômicos relativos ao chamado custo Brasil, inclusive a sobrevalorização do real, que onera o custo de produção da indústria de transformação brasileira em 34,4%, na média, quando comparado ao custo dos principais países.

A desburocratização e a simplificação da legislação são, também, importantes fatores para o ambiente de negócios criativos no Brasil.

As chamadas indústrias criativas, as *startups*, a cultura, o turismo, a pesquisa em ciência e tecnologia, já possuem no Brasil um PIB igual ou superior ao da

indústria manufatureira. Se estimulados adequadamente, podem ser o carro-chefe de um novo tipo de desenvolvimento sustentável, capaz de gerar empregos, renda, riquezas e proporcionar a redução da desigualdade, com menor impacto ambiental.

Assim, economia criativa não é apenas mais um ramo da economia que reúne uma série de atividades altamente produtivas, mas, sim, uma Estratégia de Desenvolvimento, que pode possibilitar ao Brasil uma inserção soberana na economia globalizada, nas novas cadeias de valor do mundo moderno.

Para isso, como bem assinala Roberto Mangabeira Unger, precisamos de *um projeto produtivista que democratize a economia do lado da produção, não apenas do lado do consumo, qualifique o aparato produtivo rumo à economia do conhecimento, com uma educação analítica e capacitadora que rompa com a decoreba e o enciclopedismo raso, garanta o acesso rápido ao crédito, à tecnologia, às práticas e aos conhecimentos avançados.*

Esse projeto, ainda segundo Unger, deveria mobilizar instrumentos que o Estado já dispõe, como o Senai, o Sebrae, a Embrapa, a Embrapii, bancos de desenvolvimento, e juntá-los à iniciativa privada com potencial de inovação, como a agropecuária, o setor energético, as indústrias da saúde, e as da área de defesa. Muito relevantes, também, o papel da Apex, para as exportações de produtos de maior valor agregado, e da Finep para a inovação.

Amazônia 4.0

Um desenvolvimento baseado na criação de valor, a partir de nossa identidade cultural e dos nossos mais competitivos e valorizados ativos, como a diversidade dos biomas brasileiros.

No caso da Amazônia, existem mais de 450 insumos de biodiversidade já conhecidos pela ciência e em condições de gerar novos produtos de alto valor agregado. O açaí, por exemplo, gera cerca de US$ 1.500 por tonelada, para seus produtores, enquanto a soja rende no máximo US$ 200. E o açaí poderia gerar ainda mais, se produzíssemos no Brasil os mais de 50 produtos dele derivados que estão sendo desenvolvidos nos EUA.

Uma Amazônia 4.0, no dizer do professor Carlos Nobre, é possível e viável, numa Estratégia de Desenvolvimento baseada na Inovação e Economia Criativa. Em vez de queimar e transformar a floresta em pastos, é preciso preservá-la e explorar, sustentavelmente, esse imenso ativo biológico e de grande valor na era do conhecimento.

A Inovação e Economia Criativa na Amazônia 4.0 significa inverter a prioridade dos investimentos em ciência e tecnologia em que a Amazônia recebe apenas de 3%

a 5% dos recursos federais; mapear os cerca de 500.000 km² da área já devastada e definir projetos de recuperação com atividades compatíveis; barrar o avanço do agronegócio em direção ao coração da Amazônia e dar prioridade às hidrovias para evitar o desflorestamento, ao longo das rodovias.

Significa também compreender que a Amazônia apresenta a maior taxa de urbanização nas últimas décadas, partindo de 3,5% da população das cidades, em 1970, para 80%, na segunda década do Século XXI. Temos portanto, uma "floresta urbanizada", na expressão da geógrafa Bertha Becker. E na região onde está o maior manancial de água doce do mundo, registra-se falta de água potável em cidades ribeirinhas. E somente 29 dos 760 municípios amazônicos contam com serviços de tratamento de esgoto.

Ao lado dessa precária urbanização, um imenso patrimônio cultural e antropológico representado pelos povos indígenas que utilizam mais de 170 línguas.

Assim, o efetivo exercício da soberania nacional sobre a Amazônia brasileira só se dará com investimentos públicos e privados em ciência e tecnologia, em *marketing* de produtos, cultura, saneamento e transportes.

Preservar a floresta e a cultura; desenvolver novas tecnologias; e assegurar a participação do povo nas decisões, eis o caminho para a Amazônia 4.0.

Desafios de uma Estratégia

A formulação de um verdadeiro projeto nacional de desenvolvimento, que tenha a Inovação e Economia Criativa como eixo central estratégico, precisará, no entanto, vencer alguns grandes desafios.

O primeiro deles é vencer a imensa barreira cultural de mais de três séculos, que liga a ideia de desenvolvimento à indústria manufatureira. Fábricas tayloristas e fordistas eram os grandes símbolos do progresso até os anos 1980. Será necessário forte ação de planejamento e articulação do Estado brasileiro com a sociedade, o empresariado, a academia e os trabalhadores, para que o novo paradigma de desenvolvimento, baseado na cultura, ciência e tecnologia, seja assimilado.

Um esforço que começa na educação para o desenvolvimento de competências criativas; a visão analítica e transdisciplinar e de formação técnica, desde o ensino fundamental até as universidades. Aliás, nas universidades e no ensino da economia é que estão fortemente arraigadas as ideias de que toda a economia é baseada na escassez de matérias-primas e insumos materiais, como ensina Adam Smith. Não é fácil, para os velhos mestres, reconhecer que a nova economia se baseia na abundância infinita do talento, da criatividade e cultura. E que o valor das mercadorias

passou a ser determinado não apenas pelo capital fixo (máquinas) e pela quantidade de matéria-prima utilizada, mas pelo *design*, pelos *softwares* e investimentos em brand (*marketing*, publicidade). Por isso, o esforço educacional para a nova era do conhecimento precisará alcançar mestres, alunos, familiares e dirigentes públicos.

Um novo Plano Estratégico de Economia Criativa, no Brasil, precisa estimular fortemente o *Design* Nacional, baseado na imensa diversidade cultural do nosso povo para assim fortalecer a identidade cultural brasileira, bem como afirmá-la como produto global; única fórmula de mantê-la viva e pujante. Não podemos esquecer que o samba, carnaval e a música brasileira são fortes, no Brasil, também porque se afirmaram globalmente. Em menor escala, o cinema brasileiro apareceu para o mundo com o Cinema Novo. Nossa capital, Brasília, nos representa no mundo, inclusive, por causa do seu *design* original.

Mas o *design* não é só de arquitetura; de produtos de consumo nas áreas de audiovisual, moda e editorial. Há também o *design* de processos, e até de plantas técnicas para serviços, como os hospitais, por exemplo.

O desenvolvimento de um *Design* Nacional baseado em nossa própria identidade é fundamental, inclusive para a modernização de nossas indústrias tradicionais, pois, a um só tempo, é um imperativo cultural e tecnológico.

Outro desafio é o fomento financeiro e a desoneração tributária para empreendimentos criativos.

Embora gerem mais empregos e riqueza do que muitas das atividades tradicionais que dispõem de desonerações fiscais e estímulos financeiros, os setores ligados à tecnologia, cultura, criatividade e ao turismo, têm hoje poucos mecanismos de desoneração fiscal e de financiamento.

E, ousando ainda mais, é preciso estudar a criação de um fundo, ou uma empresa de capital misto, ou de um banco de desenvolvimento dedicado exclusivamente a viabilizar a participação financeira e o apoio tecnológico ao desenvolvimento de empreendimentos inovadores pequenos, médios e grandes visando a torná-los mais competitivos no mercado global.

Um novo marco legal para a Economia Criativa é absolutamente necessário. Assim, nas áreas tributária, previdenciária, de taxas alfandegárias e de propriedade intelectual, é preciso reconhecer a especificidade dos empreendimentos criativos. A regulação do uso de bens criativos deverá ter normas que facilitem a expansão dessas atividades e não as aprisionem aos monopólios da mídia e do transporte de dados.

Mas é a área do trabalho que exige mais atenção, para enfrentar os efeitos do desemprego estrutural gerado pelos avanços tecnológicos e pela robótica, bem como a chamada uberização do trabalho.

A inovação tecnológica não eliminou a contradição entre trabalho e capital. Apenas a colocou em novo patamar.

Uma verdadeira reforma trabalhista precisa prever a requalificação e a recolocação dos trabalhadores, o amparo de seguridade social para o trabalho dito autônomo, novas regras para inserir nos contratos de trabalho intermitente e com jornadas especiais, garantias sociais ao trabalhador e aos pequenos empreendedores.

Uma visão socialista da Economia Criativa não pode concordar com o risco de ser estabelecida uma "servidão digital", como nos alerta o sociólogo do trabalho Ricardo Antunes.

Mas, sim, propor novas formas de trabalho, como, por exemplo os "empregos verdes", que se realizam nas atividades vinculadas à preservação ambiental. Aliás, a economia verde é uma das faces sustentáveis da economia criativa.

O turismo, com todas as suas potencialidades em relação ao patrimônio histórico e natural; o artesanato, a gastronomia criativa, têm hoje óbvia interface com a tecnologia e pode se constituir em área altamente inclusiva da Economia Criativa.

Precisamos, enfim, adensar as cadeias produtivas do turismo, da cultura, biotecnologia e produção tecnológica, para ampliar a inclusão social na sociedade do conhecimento.

A produtividade da nova economia tornou, também, obsoleta a jornada de 44 horas semanais, e urgente a redução dessas jornadas para todos os trabalhadores, mesmo os que não exerçam atividade laboral intelectual ou tecnológica.

Os socialistas defendem espaços para aumentar substantivamente a produtividade de micros e pequenas empresas, responsáveis pela criação da maioria dos postos de trabalho no Brasil.

A economia criativa não pode ser apenas uma fonte para aumentar os lucros para empresas, mas precisa também significar a redução das desigualdades e dos salários mais elevados; mais tempo de lazer, cultura e prazer para os trabalhadores, ainda nos marcos do capitalismo.

Enfim, o socialismo criativo precisa ser a face humana do desenvolvimento e da tecnologia.

O FUTURO DO TRABALHO

Uma das mais importantes revoluções tecnológicas está em curso, consubstanciando-se na chamada Quarta Revolução Industrial, ou no advento da Indústria 4.0. Os processos produtivos e comerciais têm se utilizado de forma crescente de novas tecnologias que somente são possíveis em razão dos avanços proporcionados pela chamada inteligência artificial. Tecnologias como a internet das coisas, computação nas nuvens, aprendizagem de máquina, *big data*, robótica compartilhada, gêmeos digitais e realidade aumentada, entre outras, fazem parte, agora, do dia a dia dos processos produtivos e de consumo.

As capacidades de produção e gestão foram transformadas radicalmente, em razão dos descobrimentos científicos e tecnológicos, nos últimos anos. O aumento da participação da robótica na vida das pessoas e empresas, como se previu na ficção científica, há algum tempo, de fato se concretizou, mas não propriamente na forma física imaginada. Ela se deu muito mais pelos elementos lógicos, a partir da programação de computadores e desenvolvimento de *chips*.

Os desenvolvimentos em áreas como as de telecomunicações, engenharia genética, biotecnologia, tecnologias de informação e comunicação (TICs), novas fontes de energia limpas e renováveis, para falar somente de alguns campos mais proeminentes, mostram que o grau de transformação tecnológica que envolve a sociedade atual e os níveis que serão alcançados em breve constitui-se em um movimento irreversível.

A capacidade criativa envolvida nesses processos está relacionada a interesses dos agentes dos poderes econômico, social e cultural. Cabe lutar para que o desenvolvimento das novas tecnologias esteja a serviço da igualdade de oportunidades e do desenvolvimento social.

O cenário diante das características do novo quadro tecnológico tem significado o fim de algumas profissões e o surgimento de outras, e, mais, tem colocado em cheque a noção mesma de trabalho como conhecida até recentemente. As máquinas "inteligentes" tendem cada vez mais a substituir a mão de obra humana, em especial naquelas tarefas repetitivas, bem como atividades altamente especializadas. E o setor fabril vai sendo amparado e substituído pelo setor de serviços, notadamente aqueles relacionados ao auxílio que as novas tecnologias de informação, pelos novos *designers* de processos, enfim, pelos componentes da economia criativa, que proporcionam aos processos produtivos e de gerenciamento.

Dessa forma, ao excedente de mão de obra, resultante da implementação desses novos processos que permitirão produzir mais, trabalhando menos, restará uma de duas alternativas: ou a desocupação e a marginalização de um lado, ou

a sua adaptação a novas formas de concepção do trabalho, desenvolvendo sua dimensão criativa.

Para a Comissão Mundial sobre o Futuro do Trabalho da OIT: "temos que aproveitar as oportunidades que estas mudanças transformadoras nos oferecem para criar um futuro melhor e alcançar segurança econômica, igualdade de oportunidades e justiça social – e, em última instância, reforçar o tecido social das nossas sociedades". A Comissão constata, em seu documento, que, atualmente, 47% dos trabalhadores nos Estados Unidos correm o risco de vir a ser substituídos pela automação e que 56% dos empregos asiáticos poderão ser automatizados nos próximos 20 anos. Também há a constatação de que parte substancial dos empregos não será totalmente substituída em pouco tempo, mas grande parte das tarefas será automatizada, transformando a forma como esses trabalhos serão realizados. Ainda assim, projeta-se que dois terços dos empregos no mundo em desenvolvimento são suscetíveis de serem automatizados e que cerca de 50% das empresas preveem que a automação leve a uma redução de sua força de trabalho em tempo completo em poucos anos.

Diante dessa disjuntiva histórica, o PSB propõe outro caminho para o desenvolvimento. Opta pelo combate às desigualdades, pela economia criativa e educação com pilares centrais de seu projeto para o Brasil. Agenda que se articula vigorosamente para promover, de modo acelerado e contínuo, a redução da brutal desigualdade entre os que vivem do trabalho intelectual, criativo e artístico e aqueles que, ainda hoje, são obrigados a viver do trabalho manual, brutalizado, mecânico e precarizado, sem saber até quando poderão continuar a fazê-lo.

Assim, o PSB não teme a revolução científica e a tecnológica e tampouco teme a sociedade do conhecimento e da informação que resulta dessa revolução. Antes, e ao contrário, propõe que o País use, resolutamente, grande parte dos ganhos de produtividade que ela propicia para estimulá-la, acelerá-la e generalizá-la, retroalimentando-a num ciclo ininterrupto, até que não haja mais obsoletos ou excluídos. Que surjam, em seu lugar, seres humanos capazes de criar, intelectualmente, e de realizar, criativamente, uma nova realidade, em que as pessoas, de modo geral e predominante, se relacionem entre si e com a natureza, a partir do conhecimento e das potencialidades criativas. Por esse caminho, podemos deixar no passado o tempo em que os indivíduos, para sobreviver, ainda eram obrigados a fazer coisas que uma máquina pode fazer.

Diante disso, o PSB se pautará pela compreensão de que a qualificação permanente do trabalho exige grande incorporação - na vida social e nos indivíduos - da riqueza científica e cultural produzida pela humanidade. Isso impõe, obrigatoriamente, que os trabalhadores em permanente processo de intelectualização, sejam os principais beneficiários dos ganhos de produtividade, que eles, cada vez mais qualificado, tornaram crescentes de modo permanente.

Essas mudanças fundamentais e disruptivas na vida profissional afetam as sociedades como um todo. Os avanços tecnológicos proporcionados pela inteligência artificial, automação e robótica estão criando novos postos de trabalho, mas aqueles que perderem os seus empregos nessa transição poderão ser os menos preparados para aproveitar as novas oportunidades. As competências de hoje não terão correspondência no trabalho de amanhã e as novas competências adquiridas, podem rapidamente tornar-se obsoletas. Ao deixar que siga o seu curso atual, a economia digital provavelmente ampliará tanto as diferenças regionais como as de gênero, raça e idade. Segundo, ainda, o documento da OIT "[...] os *sites* de *crowdworking* (busca de soluções tecnológicas articuladas coletivamente) e o trabalho mediado por aplicações que compõem a economia de plataformas digitais poderão recriar as práticas de trabalho do século XIX às futuras gerações de 'trabalhadores digitais'".

O poder de decisão econômico e tecnológico está se concentrando cada vez mais em grandes grupos financeiros e industriais transnacionais, cujas estratégias não estão sujeitas a nenhum controle democrático. Ao mesmo tempo, as empresas estão adotando formas mais flexíveis de produção, afastando-se da grande fábrica e das linhas de montagem padrão como formas predominantes de trabalho.

É necessário aproveitar o momento e conhecer as inúmeras oportunidades que essas mudanças proporcionam, construindo programas que melhorem a vida de todas as pessoas, encerrando um longo ciclo de desigualdades que reforçam a exclusão.

Os socialistas reconhecem a gravidade da situação em torno do seu principal valor: o trabalho. Não há nenhuma possibilidade do capital, ou mercado, resolver, de forma humana, as contradições inerentes às transformações em curso no mundo do trabalho. Somente o Estado e a mobilização da sociedade poderão conduzir estratégias de evitem as barbáries. Como, por exemplo: i) garantir, por meio de política de Estado, a requalificação e recolocação dos trabalhadores; iii) assegurar, por meio da política de Estado, renda básica aos trabalhadores que possibilitem o seu sustento durante o período de transição e/ou requalificação; iii) assegurar, em igualdade de condições, para todos, acesso e permanência na educação de qualidade; iv) atualizar as pautas sindicais e estudar adequadas formas de representação dos novos trabalhadores.

EIXO TEMÁTICO V

SOCIALISMO E DEMOCRACIA

SOCIALISMO CRIATIVO

O desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, em qualquer variante teórica, tem na tecnologia um ponto de inflexão. A revolução tecnológica dos últimos anos está provocando uma nova era, em que as relações econômicas estão sofrendo profundas transformações. Uma das principais transformações foi na comunicação digital, que transitou de comunicação de massa, predominante até o final do Século XX, para a intercomunicação individual com todas as consequências qualitativas representadas por essa mudança, como bem observou o teórico espanhol Manuel Castells.

Se, nos últimos cem anos, o capitalismo demonstrou sua criatividade, criando produtos de valor universal, exportando cultura e até mesmo modos de vida, o socialismo, supostamente seu sucedâneo histórico, precisará demonstrar um potencial criativo pelo menos igual. Ou quedará vencido, nessa área, como o socialismo soviético, que se revelou incapaz de criar marcas e produtos aptos a disputar com os produtos do capitalismo, especialmente na área da economia criativa, intensivas em *design*.

Em outras palavras, o capitalismo moderno, sem dúvida, criativo, só será efetivamente superado por um socialismo criativo.

Essa perspectiva de médio e longo prazos consta da pauta da sociedade socialista economicamente mais avançada do mundo, a China, que já incorporou a inovação e a criatividade estrategicamente ao seu planejamento. Natural, portanto, que seja incorporada como um novo valor na agenda dos partidos que lutam pelo socialismo democrático no mundo. Especialmente nos países emergentes e desenvolvidos, onde as forças produtivas já alcançaram um certo grau de desenvolvimento.

O socialismo criativo não incluiria apenas a economia criativa, mas a inovação no seu sentido mais amplo, a sustentabilidade ambiental, o empreendedorismo, como uma das novas formas de organização do trabalho e as novas formas e metodologias de organização social e política. Nessas novas formas de organização social e política, incluem-se os movimentos sociais e os partidos, especialmente os partidos socialistas.

Se a criatividade capitalista tem como objetivo principal a ampliação do mercado e do lucro, a criatividade socialista deve ter como objetivos a ampliação dos espaços de liberdade na sociedade e o bem-estar das pessoas.

O capitalismo vê a evolução tecnológica apenas como forma de aumentar os seus lucros, pouco se importando com o que ficou para trás, das formas de produção superadas pela tecnologia. Já a luta dos socialistas deverá levar em conta que é preciso recolocar e requalificar trabalhadores, cujo trabalho foi superado pelas novas formas de produção. Para os socialistas, é preciso, por exemplo, pensar criativamente em como recolocar no mercado de trabalho os taxistas substituídos por motoristas da Uber e futuramente pelos carros-robôs, sem motoristas. O mesmo para os trabalhadores das fábricas substituídas por robôs; os escriturários, as costureiras, os pedreiros; entre tantos outros.

Sem deixar de apostar e investir na inovação, muito menos impedir os avanços tecnológicos, a criatividade socialista será utilizada para inovar socialmente na ampliação dos espaços de trabalho, dos trabalhadores e empreendedores. Ampliar, também, os serviços do terceiro setor, onde o Estado e as empresas não estão presentes.

Em um raciocínio simples e esquemático, se o capitalismo criativo está voltado para atender ao lucro das empresas, o socialismo criativo deverá voltar-se para o bem-estar social e a valorização do trabalho, inclusive o trabalho criativo.

O capitalismo tem, na força de inovação tecnológica e no desenvolvimento da economia criativa, um modo de reproduzir-se e perpetuar-se. O socialismo criativo tem, nessa mesma força, uma forma de alcançar uma sociedade socialista em que o trabalho é libertado da exploração.

Ou seja, o socialismo criativo deverá se constituir na dimensão humana do desenvolvimento das forças produtivas e da revolução tecnológica.

Melhor dizendo, a dimensão humanista, pois, segundo o jovem pensador israelense Yuval Noah Harari, o humanismo é um "novo e revolucionário credo que conquistou o mundo no século mais recente", um processo que ele denominou de Revolução Humanista.

Assim os socialistas modernos veem a economia criativa não apenas como o conjunto das atividades nas quais o talento humano é a principal matéria-prima, mas também como estratégia de desenvolvimento, a orientar políticas públicas de incentivos e apoiar a inovação tecnológica e a cultura, componentes básicos da referida economia.

O socialismo criativo pretende se constituir em uma visão crítica da economia criativa no que ela tem de concentradora de capital, monopolista e geradora de desigualdade.

SOCIALISMO E DEMOCRACIA

A questão da convergência entre a democracia e o socialismo está no DNA do PSB.

Fundado no turbilhão do pós-guerra (1947), quando das primeiras escaramuças daquilo que se chamou "guerra fria", o PSB procurou desde os seus fundamentos originais, abraçar a liberdade e a democracia com valores universais a pavimentar os alicerces do seu caminho para o socialismo.

Para o PSB, a democracia é uma premissa para alcançar o socialismo e seu fundamento ético e humanista.

Essa ideia apoia-se nos conceitos de Antonio Gramsci: trata-se de contrapor, ao conceito ortodoxo socialista de "assalto ao poder", a visão de construção de uma contra-hegemonia, processo mais lento, amplo e complexo, a partir dos valores liberais democráticos, alargando a consciência e mobilização da sociedade, na construção mais avançada de uma democracia socialista.

Em vez da visão de ruptura insurrecional, uma revolução democrática processual. Um movimento político que articule a ampliação da democracia

formal representativa com uma crescente participação direta da sociedade nos assuntos da República.

Com o movimento da autorreforma, o PSB reencontra sua história e seus compromissos originais, construindo uma atualização de seu ideário, coerente e inspirado sempre em seu passado.

Com os pés firmes no presente e um olhar que descortina os desafios futuros.

Isso impõe compreender uma dura e complexa realidade. Seja pelos equívocos e deformações das práticas político-eleitorais do atual sistema, seja pelo impacto das novas tecnologias das redes sociais, hoje assiste-se a uma humanidade desiludida da política e da própria democracia em si. Os tempos são de descrédito e desconfiança.

Esse fenômeno fortaleceu as visões ultraliberais, que contrapõe, ao homem social e coletivo, um homem individual que se socializa com o "mercado", novo "Deus ex-machina", em busca de prover solitariamente suas necessidades e de sua família.

Nesse mundo de solidões que competem selvagemente por sua sobrevivência, "tudo que é sólido desmancha no ar". Para esses não há mais história; vive-se uma espécie de tempo contínuo, onde uma estranha política conservadora e apocalíptica se oferece como a antipolítica, preservando o sistema, em nome de combatê-lo. Mais do que um embate entre ideologias, é a própria noção de civilização que está em cheque. "O velho mundo está morrendo. O novo tarda em aparecer. E nessa meia luz surgem os monstros", Antonio Gramsci, referindo-se ao nascimento do fascismo, na década de 1930.

Defender a democracia não pode ser um desafio restrito às esquerdas, mas deve encontrar nelas seus combatentes mais aguerridos.

A reinvenção e o fortalecimento da política é a única via contra a barbárie ultraliberal e o individualismo.

PLURALIDADE, MOVIMENTOS SOCIAIS E O PARTIDO

Os modos de dominação estabelecidos nas sociedades capitalistas excedem o aspecto exclusivamente econômico e alcançam um conjunto expressivo de esferas da vida em sociedade. Definir uma agenda que possa fazer frente às injustiças e

iniquidades requer, portanto, que se pense tanto na democracia, quanto nos Direitos Humanos como instrumentos para articular lutas que não são iguais, mas que, em suas diferenças, devem se compor, no sentido da construção de uma hegemonia política radicalmente democrática.

Do ponto de vista prático, é preciso fazer com que a diversidade das situações que produzem injustiças encontre uma expressão qualificada de resistência na luta político-partidária. Nesses termos, não é suficiente falar, por exemplo, das condições de trabalho em geral. É essencial reconhecer, por exemplo, que o trabalho das mulheres negras é atravessado por determinações específicas, algumas delas relacionadas a "padrões" que se estabeleceram ainda na longa noite do escravismo. Não basta, portanto, atender às pautas majoritárias, sem que se mantenha atenção sobre os aspectos "identitários" da luta política.

Este raciocínio tem consequências práticas imediatas para uma instituição partidária como o PSB. Em primeiríssimo lugar, a importância de eleger como tarefa prioritária a promoção dos Direitos Humanos. Por outro lado, fazer valer os Direitos Humanos exige um processo de democratização radical, que efetivamente se espraie pelos espaços públicos e privados, que chegue à praça pública, aos parlamentos, mas também às casas, fábricas, igreja, famílias, escolas.

Nesse sentido, o PSB reconhece a importância fundamental de seus segmentos organizados, que o vivificam com as reivindicações da sociedade civil e expressam, no interior do partido, a pluralidade e diversidade de que ela se compõe. O respeito a essa diversidade anima a democracia - interna e externamente ao partido - e institui o elemento central do debate sobre a igualdade, pensada sob a perspectiva socialista.

Para nós, socialistas, a igualdade deve ter como correlato a garantia de que, em nossas interações sociais, sejamos acolhidos, respeitados e valorizados *com fundamento em nossas diferenças*. Precisamos, portanto, ser iguais em direitos, dignidade, oportunidades, em acolhimento, em remuneração – ao menos até o limite mínimo de uma vida adequada aos padrões sociais médios –, sem que isso dependa de nosso gênero, raça, origem social, orientação sexual, etc.

A igualdade socialista deve preservar e valorizar as diferenças, sem expectativa de que elas se reduzam, em qualquer momento do tempo, a um padrão homogêneo. O socialismo democrático supera o conceito liberal de liberdade, pois incorpora a perspectiva do direito da autodeterminação à possibilidade de se empreender livremente, e de resistir ao arbítrio dos poderes ilegítimos. Desta forma, todos podem ser acolhidos, apesar de suas diferenças.

Nosso conceito de liberdade diz respeito, portanto, às lutas libertárias dos negros, dos homossexuais, das mulheres, de jovens, trabalhadores, dos diferentes movimentos sociais, dos que se veem oprimidos por guerras e conflitos étnicos; daqueles que militam por um meio ambiente saudável, equilibrado e sustentável.

A igualdade e a liberdade perseguidas pelos socialistas referem-se, portanto, ao termo omitido do pensamento político burguês, ou seja, à construção da fraternidade em suas bases estritamente terrenas. Trata, portanto, de inventar criativamente a cidade, a sociedade política, do acolhimento, da hospitalidade, do respeito recíproco, que unifica, por conseguinte, em uma única causa, todas as diferentes lutas libertárias.

Uma Democratização Radical

Do que se expôs até aqui, fica evidenciado que, para o PSB, a democracia é um valor essencial e, como tal, não admite nenhuma ordem de transação política. Por outro lado, a história demonstra à exaustão que o único antídoto eficaz para o autoritarismo é a prática imoderada de democracia. Não se trata, nessa imoderação, contudo, de falar apenas de democracia no espaço público, no ambiente externo a cada ente ou entidade, mas de organizar democraticamente todo o leque de relações sociais.

É sob essa perspectiva que o PSB deseja estabelecer a relação partido/segmentos organizados. É preciso que a instituição partidária seja permeável aos segmentos; que organize suas bandeiras também a partir das vozes que emergem da sociedade civil, por meio de sua relação com os movimentos organizados. Estes, por sua vez, não podem se compreender como extensões do partido. Têm, para com ele, uma afinidade ideológica, programática, mas não são aparelhos partidários.

O segmento organizado deve manter, para com o partido, uma diferença, um espaço, com o qual constrói sua especificidade e institui sua pauta de reivindicações, bandeiras de luta, que vivificam, com essa liberdade e autonomia, o próprio partido, afastando-o do risco da ossificação, da caducidade e da incapacidade de ouvir.

A absolutização do poder (e de grupos no poder) decorre, em grande parte, dessa incapacidade de escuta, do fechamento de uma visão de mundo sobre si mesma, para a qual o diferente não aparece como o que é – uma expressão da diversidade inerente à condição humana –, mas como um adversário a ser vencido ou dominado.

É dessa sorte de riscos que o PSB se liberta, ao manter para com os segmentos organizados uma relação democrática e dialética – *prepara-se ainda na luta pelo poder para exercê-lo democraticamente*. Essa perspectiva, contudo, não pode ser apenas do partido. Os segmentos organizados devem abraçar a democracia em suas práticas internas, na relação com a sociedade; resistir à sujeição de suas perspectivas às demandas partidárias e ao aparelhamento, mesmo que tenha origem interna.

É sob este aspecto que as lutas libertárias de mulheres, negros, trabalhadores, homossexuais, jovens e movimentos populares, devem ser compreendidos como a

linha de fronteira mais avançada da atuação partidária. É sobre a dialética partido/segmentos organizados, que nossa visão de futuro se constrói, e ela não é uma abstração, mas a realização das promessas de civilidade e civilização, que animaram, historicamente, todo o campo da esquerda democrática.

Por fim, cabe realçar a importância da orientação partidária para os seus segmentos organizados (Mulheres Socialistas, Negritude Socialista, Socialismo Sindical Brasileiro, LGBT Socialista, Juventude Socialista Brasileira e Movimento Popular Socialista), que, na sua atuação nos movimentos sociais e populares, não devem tentar transformar essas instituições e movimentos em "correia de transmissão" do Partido. Ao contrário, devem respeitar e estimular a autonomia e diversidade de tais movimentos sociais, visando a contribuir para apontar soluções para as diferentes reivindicações.

Em vez de partidarizar ou aparelhar esses movimentos, os socialistas devem buscar uma politização universalizante, para cada um desses segmentos, superando a visão estritamente corporativista.

UM PARTIDO LAICO E ACOLHEDOR

O Brasil conheceu, nos últimos 50 anos, importantes mudanças demográficas e culturais, que resultaram em um novo país, no fim das duas primeiras décadas do Século XXI. Segundo dados do IBGE, a expectativa de vida cresceu de 59,2 anos, em 1970, para estimados 76,7 anos, em 2020, caracterizando um forte envelhecimento da população.

Nesse período, a taxa de fecundidade passou de cinco filhos por mulher em idade fértil para menos de dois (exatos 1,7) nos dias atuais. A base da pirâmide etária ficou mais estreita e a sua altura aumentou.

Outra mudança importante foi a alteração da taxa de urbanização, que cresceu de 56% para estimados 90%, em um período de 50 anos. Observando-se ainda que, em 1960, o Brasil era um país rural, com somente 45% da população vivendo nas cidades. Nos dias atuais, de cada cem brasileiros, 90 habitam as cidades, com o agravante de que 25% da população vive nas dez maiores regiões metropolitanas do país e 50% nas 40 regiões metropolitanas, apesar dos 5.570 munícipios. Essa concentração populacional é única no mundo e traz vários tipos de consequências para a vida das pessoas, inclusive no que diz respeito a questões de acolhimento e pertencimento a grupos culturais, incluindo aí as relações religiosas.

As alterações da dinâmica populacional e de sua estrutura aceleraram mudanças de costumes, derivados também do avanço das tecnologias de informação, que fizeram com que o país sofresse mudanças de características na direção de uma sociedade mais plural e moderna. Ressalte-se que são mudanças severas, em poucas décadas.

Reflexo, também, dessas mudanças e do aumento de informações e da forma de acesso a elas, agora com o auxílio da Internet, o perfil da opção pelas crenças religiosas também vem se alterando de forma bastante veloz. O professor Ronaldo Almeida da Universidade de Campinas (Unicamp), estudioso da evolução das religiões no Brasil, avalia, com base em dados do Censo, que o Brasil, que se declarava católico em 1970 (91,8% da população) tenderá, nos próximos anos, a ser majoritariamente protestante (evangélicos, pentecostais e neopentecostais).

Este quadro, ao influenciar o comportamento e os costumes da grande maioria da população brasileira, fortemente religiosa, alcança de forma muito importante, o pensar e o fazer político nacional. De grande relevância é o destaque que o professor Ronaldo Almeida faz com relação à constatação da Sociologia da Religião no Brasil, que reafirma a ideia de que "ao Brasil tornar-se pentecostal, o Pentecostalismo se torna brasileiro".

Esse abrasileiramento ocorreu em várias religiões e em outros fenômenos culturais. Os socialistas consideram que esse é um importante contributo à nossa identidade nacional.

Em que pese o crescimento do componente pentecostal, continuam muito presentes, em nossa sociedade, o catolicismo, as religiões de matriz africana, o espiritismo, o judaísmo, e, em menor escala, o budismo e islamismo. Não se pode desprezar também os contingentes não religiosos, como os agnósticos e os ateus.

Nesse contexto, o desafio de um partido laico - que tem no ideário socialista a base de suas concepções e ações -, é dialogar com todas as correntes religiosas, atentando para o reforçamento dos ideais protestantes, que se baseiam, historicamente, na superação individual dos desafios cotidianos, através de esforços pessoais, ancorando-se na fé de um deus protetor e provedor.

Embora cada vez mais a opção religiosa tenha sido fator importante na ação política, e, principalmente, na opção de voto dos eleitores, não cabe ao PSB buscar ter ações nas definições religiosas da população e sequer de seus militantes e aliados. Mesmo porque, desde a sua fundação, o partido afirma "não ter concepção filosófica nem credo religioso, reservando os seus membros o direto de seguir sua própria consciência". Mas duas tarefas parecem primordiais, nesse terreno. Em primeiro lugar, defender que as pautas religiosas e as pautas políticas são distintas, apesar de suas interconexões. Em segundo lugar, que o partido consiga compreender que

os anseios da população, mesmo que carregados do querer religioso, são legítimos e devem ser respeitados dentro da diversidade e tolerância democráticas.

Mas é na ação política que podem ser estruturadas as mudanças tão necessárias em uma sociedade muito desigual, com severos desequilíbrios entre segmentos da população aprofundados pelas desigualdades regionais.

Em última análise, é necessário construir uma comunhão de interesses entre a vontade de justiça e paz dos religiosos com o programa político proposto pelo socialismo, respeitando-se as diferenças, em especial no que diz respeito às agendas comportamentais e de costumes, que muitas vezes dificultam essa comunhão ao não conseguir separar claramente a religião da política.

O caráter laico do PSB não se traduz em neutralidade ou aversão às religiões e filosofias, mas, sim, no máximo aproveitamento dos componentes de humanização, generosidade e igualdade, em todas elas. Assim, nosso Partido se dispõe a acolher em suas fileiras homens, mulheres, jovens e idosos de todas as etnias, respeitando as suas convicções religiosas, filosóficas e de orientação sexual.

O PARTIDO E A COMUNICAÇÃO EM REDE

Há uma falsa ideia corrente de que os aparatos tecnológicos e as TICs neles embutidas são a solução para o planeta, porque promoveriam uma comunicação em rede equalizada, horizontal, acessível a todas as pessoas.

É preciso introduzir a política e a economia no debate sobre redes que envolvem os ambientes digitais, pois aplicativos não combatem a pobreza, nem a misoginia, nem a discriminação racial. Difíceis de quantificar, os valores da democracia não cabem em uma fórmula. A premissa básica da democracia está em garantir o direito de discordar, de debater e buscar arranjos possíveis na diversidade da vida social. A democracia sobrevive por ser imperfeita.

A lógica tecno-utópica, de soluções assépticas e sem conflitos, assenta-se no que se denomina "economia do compartilhamento", que se resume a uma troca básica: para usufruir da gratuidade de programas, aplicativos e informações, as pessoas precisam, apenas, deixar seus dados disponíveis. Esses são usados e as vidas dos sujeitos passam a ser moldadas a partir do que se programou com a

informação. É um instrumento de dominação que beneficia os acionistas das plataformas "gratuitas", extrativistas de dados, que os monetizam em acordos com empresas de telefonia e serviços disfarçados de inclusão digital.

As relações humanas são complexas e a computação, a partir das fórmulas elaboradas em diversas combinações de zeros e uns (de sins e nãos), representa a simplificação de momentos, o que ajuda os cidadãos a sobreviverem no mundo complexo. Os computadores não têm a capacidade humana de interpretar a realidade a partir de um ponto de vista histórico e ideológico. A política baseada em inteligência artificial é a política de gerenciar efeitos.

O PSB é uma rede política que mantém relações internas definidas em normas aprovadas coletivamente e que dão coesão a esse grupo que comunga de um mesmo programa. Além da complexidade que envolve essa rede do partido, o cenário é de crise de representação política, que é global e se expressa no declínio de participação eleitoral, no crescimento da desconfiança em relação às instituições e no esvaziamento dos partidos.

A complexidade das relações em rede cria a necessidade de aprender a lidar com os sistemas de informação e os aparatos tecnológicos, e a lidar com a informação como ela se apresenta hoje em ambientes digitais, acessada por meio de diferentes tipos de aparelhos, através de sistemas computacionais diversos.

O (re)conhecimento do grupo está relacionado com o compartilhamento de experiências. No caso do PSB, no que diz respeito às redes, pode-se destacar a proposta da Lei da Transparência, que obriga o Estado a publicar em *sites* na internet, em tempo real, o desembolso de recursos públicos.

A liberdade não se adquire no mercado. Ela é fruto de lutas coletivas na arena política e os partidos são redes importantes a interferir nesses contextos. Os dados sobre filiados aos partidos, disponíveis no site do TSE, mostram um crescimento regular do PSB desde o ano de 2002, quando contava com pouco mais de 350 mil filiados, até este ano de 2019, em que superou 630 mil.

É uma rede significativa e bem distribuída pelo País, que pode aliar-se à ação via mídias digitais, capaz de atrair engajamento às ideias do partido, com a inserção em espaços públicos, onde se efetiva a luta política. A cibermilitância tem que fugir da armadilha de que a rede digital se basta. É preciso reconhecer que a estrutura da internet conta com múltiplas intermediações, muitas à revelia dos usuários. Tecnologia não é nem anjo, nem demônio. É instrumento social e, por esse motivo, tratar do tema deve agregar os conceitos de liberdade, autonomia, direitos coletivos e individuais e privacidade.

Investir em comunicação na rede não é apenas investir no modelo de comunicação de massas – produção de *releases*, assessoria – acrescida do uso

metrificado das mídias digitais, para conhecer o desempenho de perfis nas redes. Essa estratégia de comunicação deve ser mantida, mas é essencial investir na própria rede, no enriquecimento desta, para que se torne mais coesa, alinhada à orientação partidária. Mesclar, tornar híbrido, misturar tudo e também separar. Porque assim são as redes, um vasto emaranhado, arrumadinho em alguns lugares, embolados em outros, o que pede múltiplas estratégias.

A AUTORREFORMA E O PARTIDO QUE QUEREMOS

Um movimento criativo como o Processo de Autorreforma que o PSB vem realizando implica na construção de uma estrutura partidária também criativa. Se necessitamos dar a nossa contribuição para uma hipotética reinvenção da política, é necessário que também reinventemos o nosso partido. Movimento e estrutura devem se alinhar numa mesma direção, mesmo que em ritmos diferentes.

Normalmente, os movimentos que implicam novas propostas e teorias, e mesmo em novas ideias para a própria estrutura do Partido, dão sempre os primeiros passos.

Claro que as ideias contidas na Autorreforma, como Inovação e Economia Criativa, a estratégia de desenvolvimento sustentável, uma profunda reforma política, uma democracia mais participativa, da Amazônia 4.0, e mesmo uma concepção mais atualizada no socialismo democrático, que denominamos de Socialismo Criativo, vão necessitar de um partido democraticamente mais participativo, ideologicamente mais fortalecido e politicamente mais unificado.

A diversidade de ideias e a pluralidade de visões terão sempre, no PSB, os mais amplos espaços de debates, sem que isso prejudique a unidade política necessária para que o Partido cumpra com seus compromissos diante da sociedade.

Por isso, a unidade política se dará a partir dos princípios gerais e valores a que todos os militantes aderem, ao ingressar no PSB, e que fazem parte do ideário socialista desde a fundação do Partido.

Um desses princípios, ainda do primeiro programa de 1947, é que o partido não tem concepção filosófica de vida ou credo religioso, mas reconhece a "influência exercida sobre o movimento socialista pelos grandes teóricos e doutrinadores que

contribuíram eficazmente para despertar no operariado uma consciência política necessária ao progresso social".

Assim, o PSB considera-se herdeiro das melhores tradições teóricas, socialistas e democráticas, avesso a dogmatismos e consciente da necessidade de modernizar-se permanentemente.

E para inovar-se criativamente, o PSB precisa criar mecanismos que assegurem à sua militância o exercício de sua verdadeira soberania:

1. Fortalecer sua democracia interna por meios digitais e presenciais, assegurando aos militantes a certeza de seu poder de decisão sobre as questões fundamentais para o Partido:

- Estabelecer uma plataforma digital que permita, às direções municipais, estaduais e nacional, consultar os filiados sobre questões importantes e polêmicas, em caráter consultivo ou deliberativo, a critério de cada instância.

- Propiciar a elevação do nível cultural, intelectual e ideológico da militância, por meio da leitura dos documentos básicos do Partido, a começar pelo da Autorreforma.

- Fazer do aplicativo PSB40 uma ferramenta de efetiva participação, interação e efetivo pertencimento.

- Promover o voto direto para as eleições de direções partidárias municipais e estaduais, e de delegados para os Congressos Nacionais.

- Estabelecer critérios para escolha de candidatos a cargos eletivos em todas as esferas da Federação. Entre os critérios que devem ser verificados aos pretendentes a cargos eletivos pelo PSB, deverá se observar o compromisso do pré-candidato com o Programa e o ideário do Partido e, em especial, o compromisso no combate a todas as formas de desigualdade social. Todos esses valores deverão estar contidos numa carta-compromisso do candidato para com o Partido, de modo a permitir ao PSB e seus militantes acompanhar o exercício do mandato e cobrar os compromissos estabelecido na referida carta.

- Realizar cursos de formação política e profissional/administrativa para que os eleitos exerçam os mandatos segundo parâmetros e critérios administrativos, conforme as atribuições pertinentes ao cargo.

- Criar mecanismo de ouvidoria e a função de *ombudsman*, que terá o objetivo de assegurar ao filiado de qualquer lugar do País a possibilidade de apresentar críticas, sugestões ou denúncias, que serão recebidas, analisadas,

apuradas, e encaminhadas ao Diretório Nacional para as providências cabíveis. Além disso, o *ombudsman* terá, entre suas atividades, o papel de avaliar o comportamento das direções quanto às eventuais denúncias.

2. Revigorado o poder da militância, reorganizar as estruturas de base do Partido através de núcleos de base ou células vivas, não apenas por local de moradia, mas também por local de trabalho, atividade profissional, atividade cultural, religiosa e setor (saúde, educação, segurança, etc.).

- Os núcleos poderão se reportar diretamente a qualquer instância do Partido, oferecendo sugestões, críticas ou iniciativas.

3. Priorizar fortemente, com recursos da Fundação João Mangabeira e do Diretório Nacional, a formação de militantes, especialmente da juventude, com a oferta de cursos, seminários, educação a distância e material educativo.

4. Restabelecer a contribuição financeira obrigatória pessoal e intransferível, visando não só à manutenção do Partido, mas também a sensação do poder de cada militante.

5. Estabelecer um clima democrático para o debates de ideias, estimulando a prática sistemática da crítica e autocrítica.

6. Estimular a relação ética e solidária dentro de uma cultura de tolerância para fortalecer a noção de companheirismo que propicie forte sensação de pertencimento ao Partido.

7. O Partido deve se envolver e liderar iniciativas solidárias e criativas no campo da economia, como coletivos culturais e tecnológicos, cooperativas de microcrédito, cooperativas de trabalho e autogestão de trabalhadores.

8. As direções partidárias municipais, estaduais e nacional devem se esforçar para se expressarem publicamente sobre os fatos relevantes do Brasil e do mundo com o objetivo de orientar a militância e fazer com que se sintam representados.

Conferência Nacional da Autorreforma do PSB

28, 29 e 30 de novembro de 2019
Rio de Janeiro - RJ

PSB40

Fundação
João Mangabeira